



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Camile Alves Cezar

**A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2019

Camile Alves Cezar

**A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alzira Maria Baptista Lewgoy

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Alves Cezar, Camile

A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL
NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / Camile
Alves Cezar. -- 2019.

144 f.

Orientadora: Alzira Maria Baptista Lewgoy.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Serviço Social; Dimensão político-pedagógica;
Formação profissional; Trabalho profissional;
Supervisão de estágio. . I. Baptista Lewgoy, Alzira
Maria, orient. II. Título.

ATA AUTENTICADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social
Política Social e Serviço Social - Mestrado Acadêmico
Ata de defesa de Dissertação

Aluno: Camile Alves Cezar, com ingresso em 02/03/2017

Título: Supervisão de estágio em Serviço Social na política de assistência estudantil: estudo de suas particularidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul.

Data: 18/07/2019

Horário: 09:30

Local: Instituto de Psicologia - UFRGS

Banca Examinadora	Avaliação	Origem
Ana Lúcia Suárez Maciel	Aprovado	PUCRS
Tatiana Reidel	Aprovado	UFRGS
Vera Maria Ribeiro Nogueira	Aprovado	UFSC

Avaliação Geral da Banca: Aprovado

Data da homologação: 16/06/2020

Porto Alegre, 09 de novembro de 2020

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social
Rua Ramiro Barcelos, 2600 Campus Saúde - Bairro Rio Branco - Telefone 3308.5066
Porto Alegre - RS

Documento gerado sob autenticação nº QBH.414.971.857
Pode ser autenticado, na Internet, pela URL <http://www.ufrgs.br/autenticacao>,
tendo validade sem carimbo e assinatura.

DEDICATÓRIA

Para meus passarinhos Alice e Bento expressão de todo meu amor, de todos os afetos e da minha alegria de viver, a vocês dedico toda a minha determinação, força e dedicação para concluir este trabalho.

Pois aqui está a minha vida. Pronta para ser usada. Vida que não guarda nem se esquivava, assustada. Vida sempre a serviço da vida. Para servir ao que vale a pena e o preço do amor. Ainda que o gesto me doa, não encolho a mão: avanço levando um ramo de Sol, mesmo enrolada de pó dentro da noite mais fria. A vida que vai comigo é fogo: está sempre acesa. [...] Há que merecê-la! (Thiago de Mello)

Aos Assistentes Sociais colegas gaúchos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia minha admiração, respeito e cumplicidade na luta pela educação pública e de qualidade. Sigamos!

AGRADECIMENTOS

Permito-me, no fluir do tempo destes dois anos e meio de mestrado, porque precisei me afastar para parir Bento em 14.07.2017, não me julgar pelo que não pude abranger, aferir, dissertar, certamente que, no cotidiano miúdo da vida social, me faltou o fôlego necessário para aprimorar minha pesquisa, entretanto, coloco-me predisposta e comprometida em dar continuidade a essa discussão no meu trabalho profissional e devolver aos valorosos colegas, assistentes sociais dos Institutos, os resultados da pesquisa no formato de um Encontro, para socializar o que foi produzido e incentivar que mais profissionais assumam, na condição de supervisores de campo, o compromisso formativo.

Assim, agradeço a espiritualidade pelo amparo de **Deus** que me iluminou; que a árvore da vida me ofereça abundantemente seus frutos!

Aos meus filhos **Alice e Bento** que esperaram, ainda que cheios de saudades e demandas de atenção, a mamãe concluir esse ciclo de estudos.

ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, especialmente à **Diretoria Geral e de Ensino** do Campus Júlio de Castilhos/RS, pela concessão do afastamento parcial para participar desse Programa de Pós-graduação, a qual me possibilitou cumprir os compromissos acadêmicos para realizar o mestrado; e aos colegas da **Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)**, sempre companheiros/as nas lutas cotidianas em prol dos estudantes, entendendo meu afastamento de algumas atividades, compartilhando das minhas angústias e do meu cansaço.

Aos **assistentes sociais** que aceitaram fazer parte desta pesquisa e de compartilhar sua experiência profissional e tecer comigo algumas reflexões sobre a supervisão de estágio em Serviço Social. Sem essas contribuições, este trabalho não teria sido possível.

À querida **Prof.^a Alzira Maria Baptista Lewgoy**, que me brindou, nesse momento da minha formação, com a dedicação, a paciência e o rigor metodológico com que me orientou. Com certeza, a vivência no estágio docente e a oportunidade de ser tua aluna nas disciplinas do PPGPSSS me proporcionaram momentos ímpares de aprendizado com muito afeto. Nem sempre correspondemos às expectativas que nos são depositadas, mas trabalhamos juntas e produzimos bons frutos no que pude te acompanhar. Obrigada por ter respeitado o meu tempo, pela orientação e apoio nesta caminhada.

As participantes da banca examinadora, Prof.^a Dr.^a **Vera Maria** Ribeiro Nogueira Prof.^a Dr.^a **Ana Lúcia** Suárez Maciel e Prof.^a Dr.^a **Tatiana** Reidel, por aceitarem o convite para avaliar este trabalho, desde a pré-qualificação do Projeto, apresentado no Seminário “I Conexões Interdisciplinar em Pesquisa”, realizado no primeiro semestre de 2017, na disciplina de Metodologia da Pesquisa I, na qual foi decisiva no redirecionamento do tema e ajuste das lentes para a pesquisa. Especialmente pelas sugestões para o adensamento deste estudo no momento de qualificação e, agora, na defesa final.

Aos docentes do PPGPSSS **Dolores** Sanches Wunsch; **Fernando** Frota Dillenburg; Jussara Maria Rosa Mendes; **Miriam** Thais Guterres Dias; **Rosa Maria** Castilhos Fernandes; **Tháisa** Teixeira Closs e **Vera Maria** Vidal Peroni que, em suas disciplinas, contribuíram com a afirmação de um posicionamento crítico no que se refere às Política Social e ao trabalho do Serviço Social, confirmando o desafio que é para a profissão afirma-se na defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores, comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana. E aos **discentes** do curso de Serviço Social da UFRGS, os quais eu tive o prazer de estar no segundo semestre de 2018, na disciplina Tópicos de Serviço Social I, ministrando os conteúdos do Módulo I - Família: Concepção, história e transformações nos modos de organização familiar; e que me

proporcionaram uma experiência bastante singular no sentido de melhor compreensão do processo de ensino-aprendizagem mediante o estágio docente.

Aos participantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional – **GEFESS**, que me proporcionaram uma maior aproximação com a pesquisa científica e, também, por me permitirem conhecer profissionais comprometidos com a formação e o trabalho profissional.

Aos **colegas** do Mestrado por todo o aprendizado proporcionado e pelo carinho que tiveram comigo durante minha gestação e puerpério. Ao querido Herval pela amizade, pelas caronas e pelas reflexões tecidas durante o trajeto Santa Maria/Porto Alegre; à Jéssica meu “orgulhinho”, pois acompanhei sua trajetória desde a graduação e agora fico feliz por estar no doutorado; à Patrícia, à Raquel e à Francine com quem dividi o trabalho, as reflexões da pesquisa, as angústias e também as alegrias de vida.

A minha **mãe Cláudia**, pelo amor incondicional. Com ela aprendi que é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar (Gonzaguinha). E ao meu pai Ardevan, que mesmo distante está presente em pensamento, pois foi o primeiro grande incentivador dos meus estudos, junto de minha “vó Lala”, que me passou a significativa mensagem de que os estudos são minha melhor herança.

Ao meu **irmão Lucas** e à minha cunhada Jô que me presentearam em ser dinda do Miguel, obrigada pelo carinho e pelo apoio de sempre.

A **minha irmã Luna**, amada, que também me ajudou na coleta de dados da pesquisa e me acompanhou nas viagens para realizar as entrevistas; ao meu cunhado Tiago, pelo carinho comigo e com meus pequenos. Agradeço por toda ajuda material e espiritual necessárias durante os percalços que a vida me deu.

A minha **avó Ilza**, sempre telefonando para saber como eu estava.

Aos amados **dindos Bel e Gerson** e à Gabi que me acolheram no seu doce lar em Porto Alegre. Agradeço por ter vocês, o que seria de mim sem os cuidados e delicadezas com que me trataram e tornaram mais suportável a distância de casa e o cansaço das viagens e estudos? **Gratidão!**

Aos **queridos familiares e amigos** que no momento mais tenso, estiveram presentes me trazendo todo o apoio necessário para concluir o mestrado.

À **Enedina** que recentemente me reencontrou nessa vida e tornou-se uma madrinha de coração.

A minha **amigona** e agora **comadre Angelina** pela permanente companhia, carinho e cuidado comigo e com os meus filhos. És uma dinda nota 10 para o Bentinho e uma “tia Angelina” que com certeza deixará boas lembranças na infância da Alice.

A todos os estagiários que participaram da minha trajetória profissional, especialmente **Juliana** e **Amanda** que, no IFFAR, me provocaram na construção desta dissertação, ao mesmo tempo em que trouxeram para o campo sua criticidade, vigor e entusiasmo que, com certeza, deixaram meu cotidiano profissional melhor.

A vocês MINHA GRATIDÃO!

AULA DE VOO

*O conhecimento caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe e voraz, contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.
Depois pensa que sabe e se fecha em si mesmo: faz muralhas, cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.
Até que maduro explode em voos rindo do tempo que imagina saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia reconhecendo o suor dos séculos no orvalho de cada dia.
Mas o voo mais belo descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar: voltar à terra com seus ovos à espera de novas
e prosaicas lagartas.
O conhecimento é assim: ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma metamorfose movimento fluir do tempo
que tanto cria como arrasa a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo como a asa.*

Mauro Iasi

RESUMO

Esta dissertação objetiva apresentar como se constitui e se expressa a dimensão político-pedagógica do trabalho dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs a partir da supervisão de estágio em Serviço Social. As reflexões teóricas e empíricas ocorreram mediante a realização da pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Farroupilha (IFFAR) e Sul-rio-grandense (IFSUL). Buscou-se, através da área da educação profissional, enfatizar a sua importância para o acesso ao direito à educação pela classe trabalhadora, através da expansão da Rede Federal de ensino e conformação da Política de Assistência Estudantil. Analisou-se as demandas institucionais e requisições profissionais para o Serviço Social nos IFs, buscando evidenciar a dimensão político-pedagógica do trabalho profissional. Este espaço sócio-ocupacional se constitui um campo de mediações, que se tornam tanto mais complexas, quanto maior for a quantidade de determinações histórico-sociais, constitutivas do seu tecido social, visto que a educação não é um campo neutro, é um campo em que se disputam interesses de natureza diversa e antagônica. No desenho da pesquisa, identificou-se que a expansão dos Institutos e a nova forma de acesso à educação pública possibilitam o ingresso de estudantes com perfis socioeconômico, político, cultural e ideológico diferenciados, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, a partir das ações afirmativas formalizadas pela Lei nº 12.711/2012. Diante deste cenário e das demandas apontadas pelo Movimento estudantil e de trabalhadores da educação no que diz respeito às necessidades dos estudantes das Instituições Federais de Ensino, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). Nesse Programa, prioritariamente, os assistentes sociais desenvolvem suas atividades profissionais. Assim, procurou-se conhecer os aspectos constitutivos e singulares do trabalho dos assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional dos Institutos, considerando que estes aspectos compõem o processo de supervisão de estágio de campo, atividade que se configura espaço de mediações entre a formação e o trabalho profissional, bem como, desafia aos profissionais a articulação de forma mais contundente das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A investigação envolveu um universo de 14 assistentes sociais distribuídos entre os *campi* e as Reitorias. Adotou-se uma abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético crítico, cujas categorias trabalho, historicidade, totalidade, contradição e mediação foram utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa através de um enfoque qualitativo na perspectiva de Minayo. Evidenciou-se, neste estudo, que a dimensão político-pedagógica se constitui no cotidiano profissional, na relação com os estudantes, nas relações institucionais com outros profissionais e nas ações de gestão da Política de educação profissional e de Assistência Estudantil. Concluiu-se que a dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social se expressa na supervisão de estágio de campo, no processo de ensino-aprendizagem ao reconhecer e refletir supervisor e estudantes sobre a realidade profissional desse espaço sócio-ocupacional no âmbito da política de educação; no reconhecimento dos limites e das potencialidade das respostas profissionais ao enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional, na perspectiva de uma educação emancipadora. Sendo assim, compreende-se que a supervisão direta de estágio em Serviço Social deve ser potencializada no espaço sócio-ocupacional e garantida pela Universidade, articulada por meio da participação política e organizativa dos órgãos de representação da categoria.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho profissional. Formação profissional, Supervisão de estágio. Dimensão político-pedagógica.

ABSTRACT

This dissertation aims to present how the political-pedagogical dimension of the work of social workers in the Federal Institutes of Education, Science and Technology - FIs is constituted and expressed through the supervision of internship in Social Work. Theoretical and empirical reflections took place through research at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS), Farroupilha (IFFAR) and Sul-rio-grandense (IFSUL). We sought, through the professional education area, to emphasize its importance for the access to the right to education by the working class, through the expansion of the Federal Education Network and the formation of the Student Assistance Policy. The institutional demands and professional requirements for Social Work in the FIs were analyzed, seeking to highlight the political-pedagogical dimension of professional work. This socio-occupational space constitutes a field of mediations, which become all the more complex, the greater the amount of historical-social determinations, constituting its social fabric, since education is not a neutral field, it is a field in that interests of diverse and antagonistic nature are disputed. In the research design, it was identified that the expansion of the Institutes and the new form of access to public education allow the entry of students with different socioeconomic, political, cultural and ideological profiles, in the different modalities and levels of education, from the actions statements formalized by Law No. 12,711 / 2012. In view of this scenario and the demands pointed out by the student movement and education workers with regard to the needs of students at Federal Education Institutions, the National Student Assistance Program (PNAES) was created, via Decree nº 7,234, of 19 July 2010 (BRASIL, 2010). In this Program, as a priority, social workers develop their professional activities. Thus, we sought to know the constitutive and singular aspects of the work of social workers in the socio-occupational space of the Institutes, considering that these aspects make up the process of supervision of field internship, an activity that is configured as a space of mediations between training and training. professional work, as well as, challenges professionals to articulate more forcefully the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions. The investigation involved a universe of 14 social workers distributed among the campuses and the Rectories. A theoretical-methodological approach was adopted, guided by the critical dialectical method, whose categories work, historicity, totality, contradiction and mediation were used for the development of the research through a qualitative approach in the perspective of Minayo. It was evident in this study that the political-pedagogical dimension is constituted in the professional routine, in the relationship with students, in institutional relations with other professionals and in the management actions of the Professional education and Student Assistance Policy. It was concluded that the political-pedagogical dimension of the work of the social worker is expressed in the supervision of field internship, in the teaching-learning process by recognizing and reflecting supervisor and students about the professional reality of this socio-occupational space within the scope of the education; in the recognition of the limits and potential of professional responses to facing the social issue, in the sense of advancing in the construction of the professional project, in the perspective of an emancipatory education. Thus, it is understood that the direct supervision of internship in Social Work must be enhanced in the socio-occupational space and guaranteed by the University, articulated through the political and organizational participation of the representative bodies of the category.

Keywords: Social Work. Professional work. Professional training, Supervision of internship. Political-pedagogical dimension.

LISTA DE SIGLAS

AS	Assistente Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência Tecnologia
RS	Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CEP	Código de Ética Profissional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Federal de Serviço Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
IFSUL	Instituto Federal Sul-rio-grandense
MEC	Ministério da Educação
GEFESS	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional
PPGPSSS	Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado em Política Social e Serviço Social
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
NUCRESS	Núcleo de Assistentes Sociais da Região Centro
CEFETs	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
DCs	Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social
NUGEDIS	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	21
2.1 A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	38
2.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	46
3. A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	73
3.1 DIMENSÃO POLÍTICA-PEDAGÓGICA: CONSTITUIÇÃO E EXPRESSÃO.....	82
3.1.1 Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social – rebatimentos dimensão político-pedagógica	86
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	130
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	132
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL SUPERVISOR DE CAMPO.....	136
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SUPERVISORES DE CAMPO.....	138
	140

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), discute-se como a dimensão político-pedagógica se constitui e se expressa no trabalho profissional dos Assistentes Sociais, a partir da supervisão de campo de estágio em Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no estado do Rio Grande do Sul (RS). Ao pesquisar a supervisão de estágio neste espaço sócio-ocupacional, é preciso compreender como o contexto socioeconômico, a dinâmica institucional, a lógica da gestão pública e as características e demandas do público-alvo incidem no processo de ensino-aprendizagem do estágio supervisionado em Serviço Social. Objetivou-se destacar a relevância da dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social na Política de educação profissional e seu reatamento no processo formação e trabalho profissional, a partir da supervisão de estágio.

Desde o ingresso no programa de pós-graduação, questões de natureza teórica e também política nortearam a escolha do tema “Formação e Trabalho Profissional” como objeto de pesquisa. A escolha do tema ganha sentido e amplia sua força, quando referenciada no horizonte das lutas, das produções e das construções coletivas da profissão numa perspectiva crítica (CLOSS, 2015). Nessa direção, as discussões realizadas pela categoria sobre: “Formação profissional”, “Supervisão direta de estágio” e “Trabalho profissional” mobilizaram este estudo e guardam correspondência com as experiências profissionais da mestranda, as quais motivaram o interesse pela linha de pesquisa “Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho profissional” (2017)¹. Partiu-se do entendimento que a pesquisa de situações concretas aliadas às suas determinações macrossociais é uma exigência “[...] tanto para superar a defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com que o assistente social se defronta em seu cotidiano quanto para desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade” (IAMAMOTO, 2008, p. 466).

¹ Ementa: Apropriação do debate da teoria social marxista e seus aportes para a análise crítica da realidade contemporânea, para a produção de conhecimento e intervenção em Serviço Social e área afins. Estudo dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, contemplando os temas do trabalho profissional, da questão social, do projeto ético-político e das competências profissionais. Análise da formação graduada e da pós-graduada em Serviço Social, considerando as diretrizes curriculares da ABEPSS e a indissociabilidade entre a formação e o exercício profissional.

Considerada por estudiosos do Serviço Social como um dos pilares de sustentação do Projeto Ético - Político Profissional do Serviço Social ², a formação de Assistentes Sociais tem sido objeto de debates e de estudos na área, em particular o estágio supervisionado, no que tange à articulação entre formação e trabalho profissional. No entanto, os debates têm configurado um caráter mais político-normativo e pouco se tem produzido sobre os fundamentos que balizam a realização da supervisão. Minha experiência profissional como supervisora acadêmica de estágio curricular obrigatório, em diferentes espaços sócio-ocupacionais³, na política de saúde, no exercício da docência no curso de Serviço Social em uma instituição de ensino de âmbito público, na condição de professora substituta no período de 2013 a 2015, permitiu-me constatar que o esforço pela concretização da indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e a de campo possibilita um espaço de ensino-aprendizagem onde todos os sujeitos envolvidos – estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo - são beneficiados com a oportunidade de adquirirem novos conhecimentos, de reflexão, de questionamentos e de qualificar o trabalho profissional. Por isso, acredito que a dimensão político-pedagógica traz para o centro do debate o intercâmbio necessário entre as universidades e o trabalho do assistente social, no que se refere ao projeto de formação profissional que se propõem Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Com a minha inserção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), em 2016, e como assistente social supervisora de campo neste espaço sócio-ocupacional, nos períodos de 2016 a 2017 e 2018 a 2019, passei a problematizar a formação profissional a partir deste eixo teórico-prático. No processo de estágio supervisionado, ressalta-se a relevância político-pedagógica que o processo de ensino-aprendizagem assume a partir do compromisso com o projeto de formação do Serviço Social e no trabalho profissional no compromisso da qualidade do trabalho.

² Principais referências: Maria Beatriz Costa Abramides (2006); Joaquina Barata Teixeira (2009); José Paulo Netto (2007)

³ Compreendido como: instâncias da vida social, construídas historicamente (mediações), que vinculam e viabilizam a inserção orgânica da prática profissional no conjunto das relações sociais. Os espaços sócio-ocupacionais, como assistência, saúde, previdência, trabalho, lutas sociais, dentre outros, materializam-se no conjunto das instituições empregadoras, mediante as quais o assistente social se insere no mercado de trabalho. Glossário elaborado por ABREU & CARDOSO, Marina Maciel, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS- ABEPSS, 2009.

Essa motivação foi confirmada após inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional (GEFESS), coordenado pela Professora Orientadora Dr.^a Alzira Maria Baptista Lewgoy. Em atividade no GEFESS, foi possível a participação no estudo da referida líder e pesquisadora, em um projeto de investigação de nível nacional e internacional, fruto de seu pós-doutoramento intitulado “Fundamentos e mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: Estudo da particularidade Ibero-americana”. O objetivo foi compreender quais são as configurações contemporâneas da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional e contempla os seguintes países: Portugal, Espanha e Brasil.

Esse projeto serviu de inspiração para elaboração do problema de pesquisa da mestranda, pois suscitou questionamentos sobre o papel estratégico que a supervisão de estágio desempenha no processo de formação profissional do assistente social. O estágio não se configura em uma atividade complementar, mas essencial na formação, porque além de aproximar os estudantes do caráter interventivo da profissão, permite a convergência e o desvelamento dos conteúdos aprendidos nesse processo de formação pelo caráter teórico-prático da experiência. Como uma atividade ou componente curricular obrigatório, sua importância está diretamente relacionada às demais atividades que compõem a formação. A supervisão direta de estágio trabalha com os elementos que na realidade emergem das demandas efetivas para o profissional. Este aspecto é fundamental na formação, sendo assim o estágio supervisionado pode ser considerado o laboratório profissional do Assistente Social, onde as forças sociais se confrontam em projetos políticos com interesses diversos.

Por isso, a escolha de um tema de pesquisa além de emergir das trajetórias profissionais da pesquisadora, necessita se entrelaçar com a relevância social e originalidade na produção de conhecimento (CLOSS, 2015). E, assumir “Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional”, a partir da discussão sobre a Supervisão de estágio em Serviço Social, como objeto de pesquisa, não é de fácil escolha, não só por se tratar de um tema complexo, mas por envolver sujeitos de naturezas distintas que participam do mesmo processo de formação profissional – estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo, em encontros denominados por Lewgoy (2010) de tríade.

Neste estudo, optou-se por abordar a dimensão político-pedagógica a partir do trabalho profissional do supervisor de campo. Assim, elegeram-se como sujeitos de

pesquisa *os assistentes sociais supervisores de campo*, tendo em vista o compromisso estratégico que estes assumem com a defesa do projeto ético-político profissional⁴. A relevância da dimensão político-pedagógica foi pesquisada a partir de diferentes realidades locais no Rio Grande do Sul, tendo como referência o trabalho dos assistentes sociais nos Institutos Federais. Com a pesquisa foi possível o debate acerca da qualificação do trabalho dos assistentes sociais, bem como chamar a atenção para as especificidades deste campo de estágio na área da educação profissional, na direção da materialização de um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Para isso, o assistente social conta sua qualificação acadêmico-profissional especializada e com a regulamentação de funções privativas e competências.

Na relação de unidade trabalho e formação profissional, a reflexão sobre a supervisão direta de estágio está relacionada ao compromisso que os assistentes sociais assumem com o projeto ético-político profissional, que traz em seu arcabouço, entre outros princípios, a intransigente defesa dos direitos sociais construídos historicamente, a luta e a resistência contra toda forma de opressão e preconceito, bem como um direcionamento rumo à construção de uma nova ordem societária, livre da propriedade privada e da divisão de classes sociais. Nessa direção, o conteúdo da formação de assistentes sociais tem o compromisso com a classe trabalhadora. A formação profissional é componente de fortalecimento e de enraizamento do Projeto ético-político-profissional do Serviço Social. É por meio dele que

[...] as entidades reafirmam sua defesa e fortalecem sua continuidade. O que configura uma indispensável referência tendo em vista as ameaças sofridas mediante os constantes ataques da contrarreforma na educação, em que a expressão da mercantilização e da precarização do ensino superior se revela no fenômeno da modalidade da educação a distância, com fortes rebatimentos no exercício profissional, sobretudo na qualidade do serviço prestado à população usuária das políticas sociais (CFESS, 2011, p. 25).

O Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social se constituiu e se instituiu na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93), no Código de Ética Profissional do Assistente Social e nas Diretrizes Curriculares para a Formação

⁴ A construção do chamado Projeto ético-político profissional contemporâneo e hegemônico remete ao processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, o qual tem seu maior desdobramento a partir do Movimento de Reconceituação no Serviço Social a partir da década de 1960. É neste contexto que se efetiva a condição política para a emergência de um novo projeto profissional, o qual proporcionou um redimensionamento da prática dos assistentes sociais com a adoção de novos valores e princípios, comprometendo-se com a luta classe trabalhadora e das classes subalternas na cena política; processa-se o rebatimento no interior da categoria da disputa de projetos societários; gesta-se o terreno sócio-histórico que impulsiona e consolida a ruptura com o conservadorismo profissional. (NETTO, 2006)

Profissional em Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A direção político-organizativa pode ser identificada por meio das entidades: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). E apesar de hegemônico, está em constante disputa, uma vez que sempre existirão projetos alternativos e, “[...] por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo” (NETTO, 2007, p. 05).

Neste contexto, tem-se que o estágio interage com as dinâmicas do mercado de trabalho, nos setores públicos e privados, seja pelas determinações que incidem sobre o trabalho do assistente social, seja pelo posicionamento em não abrir vaga em campo de estágio. Então,

[...] estágio e supervisão, como elementos inerentes da formação e exercício profissional, sofrem conjuntamente os reflexos da crise do capital, da política reducionista de direitos sociais efetuadas pelo Estado, da reforma universitária, da mercantilização da educação, dos achatamentos salariais, do retrocesso ao pensamento conservador e suas sequelas desenfreadas (CAPUTI, 2016, p. 391).

No âmbito legal, em 2008, o CFESS aprovou a Resolução nº 533, a qual regulamentou a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Reverberando, na avaliação de Lewgoy e Maciel (2016), com forte impacto no âmbito da formação e do exercício profissional, gerando questionamentos, dúvidas e polêmicas, principalmente, no que concerne à concepção de supervisão direta.

[...] sua repercussão foi muito expressiva, pois impactou no comportamento dos profissionais que exerciam a atribuição de supervisor de campo, especialmente no alinhamento do número de alunos por supervisores, na redução de vagas nos campos, e até mesmo no fechamento de alguns (LEWGOY; MACIEL, 2017, p. 29).

Nas Diretrizes Gerais para o Curso de Graduação (ABEPSS, 1996), o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e de reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho “[...] determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da

questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais”. (ABPESS, 1996, p. 05). Nesse mesmo documento, são estabelecidos os princípios que fundamentam a formação profissional, entre eles a “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABPESS, 1996, p. 6-7).

Tendo em vista esses princípios e diretrizes do projeto de formação em Serviço Social, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a supervisão de estágio, pois este conteúdo é transversal ao processo de trabalho no qual os assistentes sociais estão inseridos pelos seus fundamentos históricos, teóricos, legais, metodológicos e técnicos como parte constitutiva deste processo. O projeto ético-político-profissional da categoria, por sua construção coletiva e perspectiva crítica, funciona como uma “âncora”, vinculando o trabalho profissional a um projeto societário comprometido com valores radicalmente democráticos e com os interesses da classe trabalhadora (LEWGOY, 2013). Contudo, a categoria profissional não é um bloco monolítico e o trabalho profissional realiza-se a partir do confronto entre o conjunto de condições objetivas criadas historicamente e a intencionalidade do sujeito profissional, fundada sobre determinados valores e visões de homem e de mundo.

A supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição do trabalho do Assistente Social e, por isso, pensar a supervisão de estágio em Serviço Social significa contextualizá-la no contexto formação profissional, tendo como cenário a contrarreforma do Estado expressa num contexto de precarização da educação superior no Brasil. Esta precarização tem sido apontada por autores como Lima (2007); Pereira, (2009); Lewgoy e Maciel (2016), que analisam a expansão acelerada do ensino ofertado como mercadoria com a implantação do ensino privado à distância, o que faz com que tanto as diretrizes curriculares, quanto o próprio projeto ético-político do Serviço Social sejam constantemente ameaçados.

Essa conjuntura tem impactos significativos para o trabalho e para a formação profissional, vive-se um contexto em que a educação vem sendo tratada como mercadoria, o que favorece a expansão de cursos “aligeirados e a distância” no âmbito privado, por exemplo, com várias repercussões para os estudantes de Serviço Social, que, em busca de estágio, não conseguem ser absorvidos nos espaços ocupacionais. Em relação ao estágio em Serviço Social, algumas situações são verificadas como a de supervisores de campo com número excessivo de estagiários; supervisores de campo sem vínculo trabalhista e atuando como voluntário; contratados exclusivamente para a

supervisão de estágio; estágios sem supervisão direta de assistentes sociais; excesso de estagiários em supervisão acadêmica, supervisão presencial esporádica, supervisão realizada a distância e acúmulo dos papéis de supervisor acadêmico e de campo (IAMAMOTO, 2017).

Com a expansão acelerada do ensino superior privado, tem ocorrido nas últimas décadas o crescimento do quadro profissional, o que, segundo Iamamoto (2008), acarreta implicações na qualidade da formação de Assistentes Sociais, devido ao aligeiramento no trato da teoria, há ênfase no treinamento de futuros profissionais e menos na descoberta científica. A autora nos fala que, nessa situação,

[...] a política de educação superior encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem: tanto as forças que impulsionam a financeirização da vida social — e dela se beneficiam — para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial quanto dos interesses da maioria dos trabalhadores e do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos. Ambos os feixes de interesses têm no Ensino Superior um nicho central na formação de força de trabalho altamente qualificada, da produção da ciência, da tecnologia e da inovação. Ele se torna, assim, uma arena de disputas em torno de projetos de formação universitária, afirmando-se também a possibilidade de propostas de resistência às orientações dominantes
(IAMAMOTO, 2014, p. 625).

Hoepner (2017) observa, em sua pesquisa, que esse fenômeno da modalidade à distância na educação já está atingindo a formação de Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul, sendo sua análise de imprescindível importância, onde o autor verifica, por exemplo, que se intensificou a pressão para a redução da carga horária mínima dos cursos de Serviço Social e para a flexibilização do processo de formação sob o ponto de vista da predominância do caráter tecnicista. Sob esse aspecto, conforme dados apresentados por Lewgoy e Maciel (2017), a oferta da educação superior pelo setor privado, no Brasil, repercutiu diretamente na expansão do número de Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS) e no conseqüente aumento do número de matrículas nos cursos de Serviço Social, aproximadamente 75% de todas as matrículas no ano de 2011. Destas, mais de 50% foram na modalidade a distância.

[...] o contingente de assistentes sociais brasileiros é o segundo no cenário mundial, com 160 mil profissionais ativos, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), apenas superado pelos Estados Unidos. Na América Latina, a *International Federation of Social Workers (IFSW)* estima um total de 200 mil profissionais congregados em onze associações nacionais. Na Europa, são 170 mil assistentes sociais em 35 países (IAMAMOTO, 2017, p. 20).

A expansão de cursos de Serviço Social acarreta o consequente processo de renovação de quadros profissionais, cujo perfil:

[...] trata-se de um segmento jovem que vivencia a instabilidade e a desproteção social do trabalho: ocupa postos de trabalho precarizados e encontra-se mais permeável à ofensiva tecnicista, pragmática e anti-intelectual, derivada da massificação do ensino e das pedagogias e metodologias de ação institucionais (MOTA, 2014, p. 9).

Assim, reafirma-se a necessária ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social, tendo em vista que o projeto profissional implica, também, o compromisso com o aperfeiçoamento intelectual do assistente social (NETTO, 2007). Nessa direção, a supervisão direta de estágio não pode ser pensada sem sua vinculação orgânica com o projeto político profissional, visto que, no âmbito da competência profissional, o compromisso com a profissão é elemento que prima pela qualidade dos serviços prestados à população. Por esta razão, o desafio é se pensar a supervisão por meio de suas relações e de seus processos, pois implica analisar o seu fazer pedagógico de forma dialética, a partir de uma postura investigativa diante dos elementos novos que se apresentam na realidade social.

Lewgoy (2010) atesta que a supervisão é processo que articula exercício e formação, permitindo ao acadêmico transformar o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações. Nesse sentido, nos espaços ocupacionais, segundo a autora, são os usuários do Serviço Social que passam a encontrar no atendimento qualificado nas instituições o justo acesso a garantia dos direitos sociais e humanos, o que implica na busca cotidiana de novas alternativas de intervenção. Ou seja, a supervisão qualifica o processo de formação profissional para o assistente social, já que, nesse espaço, se busca

[...] romper com uma visão focalista do fazer profissional, o que acontece na medida em que liga a supervisão a apreensão da profissão na história da sociedade da qual é parte e expressão, capturando novas mediações no movimento dialético da tríade singularidade – universalidade-particularidade. [...] a supervisão de estágio tem como matéria-prima, para o supervisor, o processo de aprendizagem, que vai se afirmando diante da intencionalidade, da orientação, do acompanhamento sistemático e do ensino, na perspectiva de garantir ao aluno o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimentos sobre a realidade com a qual se defronta no estágio e de intervir nessa realidade operando políticas sociais e outros serviços (LEWGOY, 2010, p. 120).

A autora aponta ainda que um dos desafios atuais da formação está em romper com a lógica mercantilista da educação, que vai se instituindo como uma forma de se evitar a efetivação de projetos que lhes sejam contrários. É parte da concepção de que a formação se caracteriza como

[...] uma relação que articula várias dimensões advindas das transformações e exigências do mundo e do mercado de trabalho. Nesse sentido, são exigidos do acadêmico e do profissional a especificação e o entendimento dos princípios e valores que envolvem o saber-fazer profissional quando de sua utilização no mercado de trabalho (LEWGOY, 2010, 26).

No Serviço Social, a formação tem relação direta com um projeto ético-político que se vincula a um projeto de transformação da sociedade, pela própria exigência que a *dimensão política* da intervenção profissional impõe nos singulares cotidianos de trabalho (LEWGOY, 2010). Essa dimensão configura-se na medida em que o trabalho do assistente social é polarizado por estratégias de classes que se corporificam através do Estado, e de outros organismos da sociedade civil e se expressam nas políticas sociais públicas e privadas nas instituições. São “organismos de correção e hegemonia que sofrem rebatimentos dos combates e das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais” (IAMAMOTO, 1994, p. 122)

É importante considerar que o estudante de Serviço Social, como sujeito coletivo, traz uma bagagem de vivências, potencialidades e também fragilidades da educação no ensino brasileiro, como expressão de um contexto sócio-histórico marcado por desigualdades sociais e por manifestações e resistências, especialmente quando se trata do aluno trabalhador. Sobre a formação de assistentes sociais, Cardoso (2007) aponta alguns desafios a serem superados na implementação das diretrizes curriculares, são eles: garantia da transversalidade da questão social nas disciplinas de fundamentos; garantia de unidade entre história teoria e método nessas disciplinas; domínio de categorias fundamentais das diferentes matrizes teóricas que subsidiam o profissional; apreensão de categorias pertencentes ao quadro referencial de Marx e da tradição marxista; aprofundamento do conhecimento histórico do contexto socioeconômico e político do Brasil por parte de docentes e discentes; compreensão histórica da profissão respaldada em uma concepção crítico-dialética.

Em relação à especificidade do processo de supervisão, Lewgoy (2010) afirma que este não pode ser reduzido a mera preparação de tarefas, ação atrelada à burocracia, aos ditames mecânicos, rotineiros e essencialmente técnicos. A formação profissional,

referida pela autora, não se reduz à oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao assistente social, uma vez que

[...] a construção de uma profissão não pode ser confundida com preparação para o emprego [...] uma vez que o trabalho do assistente social supõe um sólido suporte teórico-metodológico e técnico-político para propor, executar e negociar projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais (LEWGOY, 2010, p. 30).

Nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, (ABEPSS, 1996), estão expostos os pressupostos, princípios e diretrizes que norteiam o projeto pedagógico de formação profissional e definição do estágio supervisionado:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABEPSS, 1996, p. 20).

O estágio supervisionado é compreendido, a partir do processo de ensino-aprendizagem, como elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, que se consolida como exercício teórico-prático mediante a inserção do estudante nos diferentes espaços ocupacionais. Em 2010, a ABEPSS concluiu a elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE). Para Lewgoy e Maciel (2017), tal ação atendeu a uma demanda histórica do Serviço Social no que se refere a uma orientação mais clara quanto à natureza do estágio curricular. Especialmente, no que tange aos papéis e atribuições de cada sujeito participante do processo de supervisão, as questões referentes ao estágio curricular não obrigatório, de acordo com a Lei nº. 11.788/2008 (BRASIL, 2008), bem como às relacionadas ao estágio curricular obrigatório.

Segundo a PNE, o estágio caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os assistentes sociais, capacitando-o para o exercício profissional. Logo, é este o espaço onde se vivenciam e se concretizam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E se constitui em

[...] um instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que

precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2010, p. 11).

Nessa perspectiva, é preciso compreender que o processo de supervisão estágio não é algo dado, pois é um processo construído social, política e tecnicamente. É a partir desta relação que o estudante se aproxima do cotidiano profissional do assistente social. Esta aproximação vai requerer a adoção de uma concepção que preserve o compromisso ético-político da profissão, ao mesmo tempo em que o prepara para dar respostas que possam incluí-lo no mercado, o qual oferece à profissão visibilidade e validade social. O estudante encontra, no processo de supervisão, o espaço para investigar, refletir, discutir, acompanhar, propor, intervir, integrar equipes de trabalho no campo de estágio e interagir com seus pares, garantindo seu vínculo com a transformação da realidade (LEWGOY, 2013). Por essa razão, para a supervisão de estágio, o desafio está em promover a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e outras relações como:

[...] análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e a identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 2004, p. 348).

Portanto, a competência profissional que se pretende no projeto político pedagógico de formação em Serviço Social está alicerçada em projetos de transformação social, cujos princípios estão vinculados à liberdade, à equidade e à democracia. A visibilidade dessas competências, do ponto de vista político do trabalho profissional, ao ser decodificada no cotidiano da formação e da supervisão, impõe o exercício de uma competência crítica. Tal competência não pode ser confundida com aquela estabelecida pela burocracia das organizações, segundo a linguagem institucionalmente consentida e autorizada, que não reifica o saber-fazer, subordinando-o à direção social desse mesmo fazer (LEWGOY, 2010).

Na perspectiva de Vygotsky (1998), Lewgoy (2010) refere que a construção do conhecimento implica ação compartilhada, já que através dos outros é que as relações entre os sujeitos e o objeto de conhecimento são estabelecidas. A formação orientada para a heterogeneidade é um componente pedagógico-político fundamental para as

interações no cotidiano acadêmico. Investir na formação e na defesa de um espaço que possibilite aos acadêmicos um estudo crítico-reflexivo configura-se na valorização de um ensino emancipatório, comprometido politicamente com os processos sociais. Nesse movimento, tanto os meios acadêmicos quanto os campos de estágio têm responsabilidades de construir o conhecimento nos espaços ocupacionais em que se efetiva o trabalho dos assistentes sociais e dos estagiários, nas transformações e nas exigências do mercado de trabalho que desafiam a formação através da supervisão ao fortalecimento do significado social da profissão.

Para compreender o espaço sócio-ocupacional dos Institutos Federais, a pesquisa proporcionou identificar que o cotidiano profissional é marcado por preocupações, reflexões e desafios no que se refere à implementação da Política de Assistência Estudantil nos diferentes campi. A supervisão de estágio se configura um espaço de mediações entre a formação e o trabalho profissional, ao se receber estagiários há um movimento de exercício de criatividade e de resistência, que desafia os profissionais a articularem, de forma mais contundente, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Por essa razão, este estudo justifica-se pela possibilidade de aprofundamento acerca da formação e do trabalho profissional em Serviço Social, pela possibilidade de reflexão e de construção de estratégias para o enfrentamento dos desafios profissionais identificados nos depoimentos dos sujeitos pesquisados, que têm, no atual contexto de mudanças políticas, econômicas e societárias, se apresentado cada vez mais complexos, considerando a progressiva precarização do mundo do trabalho, a retirada dos direitos historicamente conquistados que penalizam ainda mais a classe trabalhadora.

Além disso, a pesquisa teve vinculação do tema aos princípios éticos e políticos do Serviço Social, visto que, como atribuição privativa do assistente social, o aprimoramento intelectual terá consequências positivas no que se refere à qualificação do trabalho e, conseqüentemente, ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população (CFESS, 1993). Assim, espera-se possibilitar aos assistentes sociais dos Institutos Federais pensarem coletivamente estratégias de enfrentamento das expressões da questão social, inspiradas pelos princípios do Projeto Ético Político Profissional, no âmbito da educação profissional, a partir de um olhar crítico “[...] para o curso real dos acontecimentos em sua processualidade histórica, permitindo compreender o tempo presente e, nele, os nexos causais dos determinantes da sociedade capitalista e do Estado burguês neoliberal” (LUSA; CARLOS, 2016).

Considerando a educação uma prática social que é “[...] atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social” (FRIGOTTO, 2010, p. 33); e a educação como política social pública, torna-se necessária sua discussão no âmbito da educação profissional, pois, na sociedade brasileira, diferentes projetos societários se confrontam com suas dimensões políticas e éticas distintas. Em Freire (1999), entende-se que a educação não é um processo neutro. Ela pode tanto formar “sujeitos sujeitados” quanto “sujeitos livres”. Ela pode ser tanto uma ação cultural para a dominação, quanto pode ser uma ação cultural para a libertação. Portanto, a educação é um campo em que se disputam interesses de natureza diversa e antagonica (GADOTTI, 2011).

Certamente, na ótica do capital, articular a educação ao mundo do trabalho é uma necessidade movida pelos princípios da preservação capitalista. Ao configurar-se como política pública, a educação também está sujeita às orientações de organismos como: Banco Mundial (BIRD); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais centralizam as mais importantes decisões econômicas, políticas e jurídicas (IAMAMOTO, 2008). Particularmente, a educação profissional e tecnológica ofertada nos Institutos, pois é,

[...] inseparável da atual dinâmica metabólica do modo de produção capitalista, tendo se tornado um componente indispensável e inseparável dos processos de recomposição das taxas de acumulação do capital global que, sob o comando hegemônico do capital financeiro, lucro do fundo público investido nos diferentes empreendimentos educacionais. (FERNANDES, 2018, p. 135)

A autora ressalta que, com a expansão dos Institutos Federais e a nova forma de acesso à educação pública, se possibilita o ingresso de estudantes com perfis socioeconômico, político, cultural e ideológico diferenciados, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, a partir das ações afirmativas formalizadas pela Lei nº 12.711/2012. O recorte dado pela política de ações afirmativas destinadas a estudantes da rede pública e o recorte de renda para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita revelam um perfil de estudantes com altos níveis de desigualdades, que certamente contribuem para a não permanência e conclusão de seus processos formativos. Tendo em vista este perfil e para atender as demandas apontadas pelo Movimento estudantil e de trabalhadores da educação, no que diz respeito às necessidades dos estudantes das Instituições Federais de Ensino, foi

criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). É com este Programa que, na maioria dos Institutos Federais, prioritariamente, os assistentes sociais irão desenvolver suas atividades profissionais.

Nessa perspectiva, o problema formulado se constituiu da seguinte forma: como a dimensão político-pedagógica se constitui e se expressa no trabalho profissional dos Assistentes Sociais, a partir da supervisão de campo de estágio em Serviço Social, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no estado do Rio Grande do Sul (RS)? Este se desdobrou em questões problematizadoras: a) De que forma se materializa, no cotidiano de trabalho, a dimensão político-pedagógica do Serviço Social?; b) Como vêm se constituindo a dimensão político-pedagógica na supervisão de estágio em Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul?; c) Quais as principais mediações e desafios neste espaço sócio-ocupacional para o trabalho profissional e para a supervisão de estágio em Serviço Social?

Assim, primeiramente, procurou-se na pesquisa conhecer os aspectos constitutivos e singulares do trabalho dos assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional dos Institutos, considerando que estes compõem o processo de supervisão de campo. Para tanto, as reflexões teóricas e empíricas ocorreram mediante a realização da pesquisa nos três Institutos no estado do Rio Grande do Sul, são eles: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL).

Adotou-se uma abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético crítico, cujas categorias trabalho, historicidade, totalidade, contradição e mediação foram utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, através de um enfoque qualitativo conforme Minayo (2013). A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados que permite compreender e interpretar a realidade social dos sujeitos e de suas relações. O pesquisador irá trabalhar com a matéria prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa estruturas e instituições (MINAYO, 2013). Essa opção está diretamente vinculada à “[...] intencionalidade ético-política do pesquisador, diante da investigação da realidade/objeto de estudo, pois a escolha do método exprime uma dada forma de análise da realidade e uma necessária valoração dos processos sociais (CLOSS, 2015, p.18) ”.

A amostra da pesquisa foi composta por assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul, supervisores de campo que supervisionaram estagiários nos últimos 10 anos, os quais, atualmente, não supervisionam estagiários, mas consideram importante esse compromisso com a defesa do projeto ético-político profissional. Para a coleta de dados, foi realizado um levantamento do número de assistentes sociais vinculados aos 42 *campi* e 3 Reitorias, viabilizado pela consulta aos sites institucionais e, posteriormente, por meio de contato telefônico e eletrônico com representantes das instituições, para a identificação da totalidade de profissionais e daqueles que realizam supervisão de campo. Foi identificado um total de 44 assistentes sociais. Destes, 31 foram selecionados para a pesquisa, conforme os critérios de inclusão: (a) assistentes sociais em exercício profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia há pelo menos 01 ano; (b) aceitar participar do estudo atendendo ao chamado da pesquisadora por livre e espontânea vontade; (c) supervisores de campo que tenham supervisionado estagiários de Serviço Social nos últimos 10 anos. E os critérios de exclusão foram (a) assistentes sociais que não puderam participar por motivo de ordem pessoal e (b) assistentes sociais que não preencherem os critérios.

Tendo em vista a disponibilidade dos sujeitos, 14 aceitaram participar da coleta de dados, respondendo inicialmente ao questionário eletrônico, um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que precisavam ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (LAKATOS, 2003). A aplicação deste instrumento teve o objetivo de identificar o perfil dos profissionais, as atividades realizadas e as concepções que orientam o trabalho, bem como reconhecer os supervisores de campo. Buscou-se também saber se os profissionais trabalham diretamente com a Política de Assistência Estudantil. Antes de sua aplicação, o questionário foi testado com uma profissional. Junto ao questionário foi enviada, para a apresentação, uma carta-convite para a participação no estudo, constando a natureza e a importância da pesquisa para o trabalho do assistente social. Foram enviados 14 questionários, destes, 9 se identificaram como supervisores de campo e 8 compareceram à entrevista.

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (CEP/UFRGS), com número de parecer 3.208.138, CAAE: 98914818.1.0000.5334, e conforme previsto na Resolução nº 510 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS no Brasil e de autorização institucional, foi

realizada a coleta dos dados, no período de 10 de maio a 15 de junho. Os sujeitos participantes do estudo foram esclarecidos com relação à participação na pesquisa, com base no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). Concomitante à coleta de dados foi realizada a transcrição das entrevistas.

Sobre o perfil dos assistentes sociais que participaram da pesquisa se percebe um quadro funcional altamente qualificado, tendo em vista que todos os participantes mencionaram ter realizado algum tipo de educação permanente, sendo que 57% obtiveram titulação com o mestrado e 43% estão no doutorado. Destaca-se que a capacitação profissional continuada é incentivada tanto pelo compromisso ético com a qualificação do trabalho profissional, como também pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, que incentiva e assegura acréscimos salariais aos servidores ao concluir cursos de especialização, mestrado e doutorado. Este é um aspecto muito importante que caracteriza o perfil do conjunto dos assistentes sociais que atuam nos Institutos, inclusive, caracterizando um dificultador para a realização da coleta de dados no que se refere à disponibilidade dos participantes e ao efetivo exercício em suas unidades, visto que muitos assistentes sociais se encontravam afastados para realizar seus estudos.

A competência profissional nas dimensões teórico-metodológica e ético-política e técnico-operativa requer, além de base formativa sólida, uma formação continuada do assistente social, conforme se observa no perfil dos sujeitos desta pesquisa, cuja capacitação continuada para mestrado e doutorado é incentivada tanto pelo compromisso ético-político, quanto pela demanda de trabalho que se coloca no cotidiano profissional e possibilidade de avanço salarial no que se refere à carreira do servidor público. Os programas de pós-graduação, além da possibilidade de produção de conhecimento e da realização de pesquisas científicas, contribui para a releitura e aproximação de conteúdo não vistos durante o período da graduação profissional. Este é um aspecto muito importante que caracteriza o perfil do conjunto dos assistentes sociais do Institutos, onde se destaca o perfil de formação profissional do assistente social supervisor de campo.

Deste universo, 3 ingressaram nos IFs no ano de 2010; 2 em 2011; 2 em 2012; 3 em 2013 e 4 em 2014. Em relação ao sexo, 85,78% são femininos e 14,28 masculinos, com uma média de idade de 35 anos e com tempo de formação de aproximadamente 10 anos, comprovando estudos já realizados no que se refere a formação continuada dos

assistentes sociais nos Institutos Federais.

Em sua tese de doutorado, Lígia da Nóbrega Fernandes (2018), avalia que no RS, a inserção de assistentes sociais nos Institutos Federais, ocorreu tardiamente, considerando que o nosso estado demorou 68 anos para legitimar, via concurso público, assistentes sociais no quadro funcional dos Institutos. A autora, com base em informações do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, referentes ao ano de 2015, sistematizou⁵ a evolução da admissão de assistentes sociais por ano no RS. No IFRS, por exemplo, em 2004 e 2008, ocorre o ingresso de apenas 1 (um) profissional em cada ano. As contratações mais expressivas aconteceram nos anos de 2009 e 2010, com o ingresso de 6 (seis) profissionais para cada um desses anos, decaindo para 5 (cinco) contratações no ano de 2011 e tendo baixa significativa de concurso em 2012, quando aconteceu o ingresso de apenas 2 (dois) profissionais em seus quadros. Já, para o ano de 2013, ingressam 5 (cinco) profissionais para seus diferentes *Campi*. O grande *boom* nas contratações aconteceu em 2014, com a entrada de 15 (quinze) assistentes sociais nos diferentes *Campi* do IFRS, IFFar e IFSUL. Em janeiro de 2015 havia 41 (quarenta e um) assistentes sociais na educação profissional e tecnológica do estado. O que, segundo a autora, caracteriza o maior número de assistentes sociais em relação aos outros estados dessa região (FERNANDES, 2018).

Figura 1 – Mapa dos campi e reitoria dos institutos no RS

⁵ Vide Gráfico n° 8: Evolução da admissão de assistentes sociais por ano nos IFs do Rio Grande do Sul, Farroupilha e Sul-Rio-Grandense em diferentes campi (FERNANDES, 2018, p. 154).



1 Panambi	15 Alvorada	30 Alegrete
2 Passo Fundo	16 Avançado Veranópolis	31 Avançado Uruguaiana
3 Avançado de Jaguarão	17 Bento Gonçalves	32 Jaguarí
4 Avançado Novo Hamburgo	18 Canoas	33 Júlio de Castilhos
5 Bagé	19 Caxias do Sul	34 Santa Rosa
6 Camaquã	20 Erechim	35 Santo Ângelo
7 Charqueadas	21 Farroupilha	36 Santo Augusto
8 Gravataí	22 Feliz	37 São Borja
9 Lajeado	23 Ibirubá	38 São Vicente do Sul
10 Reitoria Pelotas	24 Osório	39 Reitoria Santa Maria
11 Santana do Livramento	25 Rio Grande	40 Pelotas Visconde da Graça
12 Sapiranga	26 Rolante	41 Reitoria Porto Alegre
13 Sapucaia do Sul	27 Sertão	42 Restinga
14 Venâncio Aires	28 Vacaria	43 Reitoria Pelotas
	29 Viamão	

Fonte: Mapa elaborado pela autora com base em consulta nos sites institucionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2019).

Após a impressão e leitura do material coletado, foi realizada a análise de conteúdo descrita por Laurence Bardin (2011), um esforço teórico de desenvolvimento de técnicas que se pode aplicar em discursos diversos e em todas as formas de comunicação. Para Bardin (2011, p.20), “por detrás do discurso aparente, geralmente

simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar”. Minayo (2012) concorda que, por meio da análise de conteúdo, é possível descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. Essa é uma técnica de interpretação que se propõe a ultrapassar o senso comum, pois busca ir além do que está evidente de imediato. A análise de conteúdo procura estabelecer uma relação entre as estruturas semânticas (palavras, frases, expressões) e as estruturas sociológicas e psicológicas (condutas, ideologias, atitudes etc), tendo como objetivos centrais, ultrapassar as evidências imediatas, aprofundar a percepção da realidade, verificar a pertinência e desvelar a estrutura das mensagens. Para aplicar essa técnica, a autora indica três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

A primeira fase, denominada de pré-análise, consistiu na preparação e organização das transcrições de todas as entrevistas, retorno aos objetivos da pesquisa e procedimento à leitura “flutuante”. Esta leitura consistiu em ler compreensivamente todo o material, buscando obter uma aproximação do conjunto das ideias, bem como criar hipóteses e indicadores, ancorados aos objetivos da pesquisa. Por meio de uma primeira leitura do material coletado na pesquisa, foram realizados destaques que pudessem fundamentar a interpretação dos dados, observando os aspectos que estavam respondendo aos objetivos da pesquisa. O *corpus* de análise se constituiu observando-se os procedimentos analíticos de homogeneidade, a seleção de todas as entrevistas e de exaustividade, no qual foram agrupadas todas as respostas dos sujeitos aos objetivos correspondentes.

Concluída esta fase, passou-se para a segunda, a de exploração do material, que consistiu na codificação dos dados, que, segundo Bardin (2011, p.133), “[...] é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. Nesta fase foram formuladas as unidades de registro (que podem se constituir como palavras-chave, expressões, frases ou temas), bem como estruturadas unidades de contexto, que são superiores e servem para melhor compreensão da significação das unidades de registro. Nesta pesquisa, foi a análise temática, considerando que teve por objetivo o uso de entrevistas semiestruturadas junto aos supervisores para estudar suas concepções e mediações referente ao tema pesquisado.

Para visualização dos resultados, classificou-se em 2 grupos os sujeitos

pesquisados: a) somente de supervisores de campo identificados com a seguinte legenda AS01 - S01; AS02 - S02, AS03 - S03, AS04 - S04, AS05 - S05, AS06 - S06, AS07 - S07, AS08 - S08, AS09 - S09 AS10 - S010, AS11 - S11, AS12 - S12, AS13 - S13, AS14 - S014 (assistente social supervisor de campo). O outro grupo com os assistentes sociais que não são supervisores identificados pela legenda AS01; AS02, AS03 - AS04, AS05, AS06, AS07, AS08, AS09, AS10, AS11, AS12, AS13, AS14. Os assistentes sociais que não se identificaram como supervisores, mas que responderam ao questionário, e apontaram contribuições em relação ao trabalho nos Institutos, permitiram a compreensão da necessidade de promover maior aproximação entre as Universidades e campos de estágio, a fim de que mais assistentes sociais possam exercer a supervisão.

A categorização consistiu na classificação dos elementos constitutivos de acordo com suas semelhanças e diferenças, com posterior reagrupamento em função de características comuns. O critério de categorização utilizado foi o semântico, que teve inicialmente o objetivo de condensar e representar de forma ainda simplificada os dados brutos. Assim, a classificação de trechos de documentos analisados em categorias que auxiliassem na compreensão daquilo que estava sendo velado ou explícito no discurso possibilitou uma reinterpretação da mensagem transmitida. Foram observadas no processo de categorização, conforme Bardin (2011, p.149-150), a objetividade e a fidelidade, ou seja, às diferentes respostas as questões aplicou-se a mesma grade categorial, foram decodificadas da mesma maneira, pela definição clara sobre os elementos de cada categoria; a exclusão mútua, ou seja, cada elemento não pode ser classificado em mais de uma categoria, não havendo ambiguidade; a pertinência, porque as categorias associavam-se ao quadro teórico da pesquisa (BARDIN, 2011).

Assim, dando significação e interpretação às informações analisadas, foi-se relacionando com o quadro teórico que fundamenta a pesquisa, que consistiu no tratamento dos resultados obtidos. A pesquisadora procurou dar significância e visibilidade aos objetivos propostos relacionando o material coletado com o referencial teórico, explicitando a dimensão político-pedagógica do trabalho profissional.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro deles, a introdução. O segundo resgata historicamente e contextualiza a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Política de Assistência Estudantil. Aborda-se, ainda, neste capítulo, o trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional. No terceiro capítulo,

discute-se como se constitui e se expressa a dimensão político-pedagógica deste trabalho e qual o seu rebatimento no processo de supervisão de estágio com ênfase na supervisão de campo. E, por fim, são tecidas as considerações finais.

2. POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No Brasil, historicamente, a educação profissional foi pensada e construída a partir de seu direcionamento para as classes empobrecidas. O trabalho manual era delegado àqueles que, por suas precárias condições de existência, necessitavam se submeter a qualquer tipo de trabalho que lhes proporcionasse o mínimo para sua sobrevivência (SOUZA, 2017). Nessa concepção de educação, estão as “Casas de educandos artífices”, fundadas entre 1840 e 1856, destinadas a crianças e a jovens em situação de mendicância. Assim,

[...] o Estado conseguia mão-de-obra de homens livres, em condição de pobreza, transformando-os em operários da manufatura e artesanato – áreas desprestigiadas à época pela vinculação ao regime escravista – ao mesmo tempo em que realizava uma “limpeza” da pobreza, que incomoda ao país à luz dos prestigiados costumes e modos europeus (SOUZA, p. 47, 2017).

Entre 1858 e 1886, foram criados os chamados “Liceus de Artes e Ofícios”, estes por iniciativa de entidades da sociedade civil. Nilo Peçanha, governador do Estado do Rio de Janeiro, foi o responsável por iniciar o ensino técnico no Brasil, a partir do Decreto nº 787/1906. Em 1909, foram criadas as “Escolas de Aprendizes e Artífices”, via Decreto nº 7.566/1909 que instituiu o ensino profissional primário e gratuito (MANFREDI, 2002; SANTOS, 2011). Essas escolas foram criadas com a finalidade moral de repressão, com o objetivo de retirar da rua órfãos, pobres e desvalidos da sorte; pretendia-se educar pelo trabalho, a fim de se evitar a “vagabundagem e mendicância [...] a primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva mobilizadora da formação do caráter pelo trabalho.” (KUENZER, 1999, p. 122)

Em 1930, com o contexto econômico e social de industrialização e a crescente urbanização do país, no período de governo do Presidente de Getúlio Vargas, pela primeira vez, no Brasil, foram planejadas ações pelo Estado visando à organização nacional da educação. Nessa direção, a Constituição de 1934 apresentou leis sobre a educação, o trabalho, a saúde e a cultura, trazendo em seu texto a educação como direito de todos e de responsabilidade do Estado, com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, inclusive, para os adultos e com a determinação de que a educação desenvolvesse a consciência da solidariedade humana. Em seu Art. 149, encontra-se a

seguinte concepção:

A educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Para Souza (2017), a Constituição de 1934 trouxe as bases precursoras das ações de assistência estudantil, ao tratar dos recursos que deveriam ser destinados para o auxílio ao educando. Como pode ser observado no artigo 157, § 2º - que trata de fundos a serem destinados à educação: “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934).

A Constituição de 1937 trouxe em seu texto uma educação voltada para os trabalhadores dos centros urbanos brasileiros, quando as transformações econômicas impulsionadas pelas estratégias desenvolvimentistas propiciaram o desenvolvimento tecnológico e impulsionaram a industrialização. Esse processo promoveu a ampliação do operariado, exigindo uma nova qualificação dos trabalhadores para satisfazer as necessidades do mercado. Nesse contexto de uma educação voltada aos interesses do capitalismo, foram criadas as “escolas de aprendizes”, voltadas para a educação profissional dos filhos da classe operária:

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas. Foi nesse período também que “os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação, direito até então não reconhecido”, assim, iniciou-se formalmente o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo (SETEC/MEC, 2008, p.11). Nesse período, foram criadas as Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola, voltadas para o ensino técnico profissional, que estabelecia a organização e o regime do ensino profissional para os trabalhadores de graus secundários da indústria, do transporte, da comunicação, da pesca e das atividades

artesanais. E também, o Decreto nº 47.038/1959 regulamenta a promoção à permanência, por meio de incentivo financeiro aos estudantes, com a criação de uma “Caixa Escolar”. O objetivo era de propiciar ajuda e assistência aos alunos necessitados. Outras ações como: distribuir bolsas de estudos; colaborar em excursões, visitas, passeios e festividades escolares com fins educativos era também prevista. (SOUZA, 2017).

Assim, vão se construindo diferentes projetos de educação no Brasil,

[...] uma educação mais complexa voltada para a função político-social de comando e, outra para trabalhadores cuja oferta de ensino volta-se para o exercício de atividade de caráter instrumental, com conteúdo aligeirados, débeis, fragmentados, para o desempenho de atividades menos complexas no âmbito da divisão social e técnica do trabalho que, no máximo, possibilitam compensações salariais que asseguram apenas a reprodução material e de forma muito limitada (FERNANDES, 2018, p. 129).

Na década de 1970, o ensino técnico profissional para o currículo do segundo grau torna-se obrigatório através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, instituída pelo Decreto nº 5.692/1971 que

[...] equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, sepultando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da sorte” (SETEC/MEC, 2008, p. 281).

Na década de 1970, também foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Considerada por Souza (2017) uma importante conquista para assistência estudantil, por se constituir em um espaço com o objetivo de sistematizar uma política de assistência ao estudante. Este departamento, além de destinar ações de assistência aos estudantes oriundos de família de baixa renda, também se pautava pelo atendimento que abarcava os estudantes independentemente de sua classe social, sendo prioritários os programas de alimentação, de moradia e assistência médico-odontológica. De acordo com Imperatori (2017), a DAE implantou programas de assistência aos estudantes, com as denominadas “Bolsas de Trabalho”, por meio das quais eram proporcionadas oportunidades de atividade profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares e de “Bolsas de Estudo”; o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. No fim dos anos 1980, o DAE foi extinto e as ações de

assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino. Nesse novo formato, “a assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas” (IMPERATORI, 2017, p. 4).

Nos anos 1980, no contexto de lutas das classes trabalhadoras, a Constituição Federal trouxe a concepção de educação como direito social: “ a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, apresentou o princípio da universalidade no acesso de todos os cidadãos, um bem público que precisa ter qualidade voltada à equidade. Porém, esse princípio entrou em conflito com a tendência que prevalece na economia capitalista, principalmente com relação às políticas sociais públicas de restrição e redução de direitos, submetidas à lógica do ajuste fiscal, onde medidas de austeridade são aplicadas, ameaçando os avanços nos âmbitos dos direitos e do Estado social (BOSCHETTI, 2016).

Souza (2017), com base em Pereira-Pereira (1996), afirma que a educação como um direito social e como política de educação deve ser teoricamente demarcada no debate das políticas sociais.

[...] embora a educação não esteja incluída no sistema de seguridade social previsto na Constituição Federal vigente (o que é criticável), [uma vez que] ela é uma política social importante, que fortalece as demais políticas sociais e pode ser fortalecida por estas (SOUZA, 2017, p. 33).

A autora atribui que a importância da educação voltada para o trabalho está assinalada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na primeira Lei DB da Educação nº 4.024/ 1961. A LDB nº 5.692/ 1971 tornou compulsório o ensino profissionalizante. A LDB nº 9.394/ 1996 apresentou uma concepção de educação profissional concebida como processo educacional de caráter específico, conforme Art. 39: “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). Sendo, necessário o Decreto nº 2.208/1997 (revogado em 2004 pelo Decreto nº 5.154) no que se refere ao Ensino Médio e a educação profissional.

Diante disso, percebe-se que o processo de educação profissional sempre esteve diretamente relacionado ao mundo do trabalho e à empregabilidade. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) lembram que, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003),

se priorizou as ações neoliberais na condução das políticas sociais, com destaque para a redefinição das fronteiras entre o público e o privado, com a institucionalização do terceiro setor ou setor público não estatal, que é colocado como principal referência para o atendimento das necessidades sociais. Esse contexto foi marcado pela redução dos gastos públicos e desresponsabilização do Estado com os gastos sociais, bem como pela “retomada do mercado como instância mediadora da vida social” (ABREU, 2004, p. 59). Tais transformações políticas e econômicas agudizam as contradições e desigualdades sociais e acabam justificando projetos de formação profissional pelas noções de “empregabilidade” e “competências” associadas à flexibilidade dos currículos e das formações oferecidas (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005).

Onde predomina a falácia de que

[...] cada trabalhador, em função de sua força de vontade, de seus méritos e de sua capacidade, se desenvolverá profissionalmente independente da categoria profissional. É interessante notar que nesse pensamento ideológico há um princípio voltado para atribuir ao trabalhador a culpa por seu desemprego, que é por ele partilhado, ao assumir que não se preparou adequadamente, que é menos inteligente do que aquele que se encontra empregado, já que todas as oportunidades para o sucesso dessa caminhada foram disponibilizadas (NEY, 2006 p. 270 APUD SOUZA, 2017, p. 51).

Para Fernandes (2018), a reforma na educação profissional e tecnológica e na educação superior, proposta no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi orientada por interesses populistas, de legitimidade e de continuidade governamental. Foi assim que, em 2005, em seu governo, tem-se a primeira fase de expansão da Rede Federal de ensino. E na gestão do ministro da educação Fernando Haddad (PT), em 2007, tem-se a constituição de um Plano de Desenvolvimento da Educação, que se divide em quatro eixos norteadores: a educação básica, a educação superior, a educação profissional e a alfabetização. A autora chama a atenção para o fato dessa ampliação não se constituir apenas como elemento de legitimidade política e das determinações da reprodução capitalista, mas ainda como pauta de disputa, erguida como bandeira de luta das forças populares, estudantis, movimentos sociais e sindicais para o acesso e defesa por vagas na educação, como também por uma educação de qualidade, pública, laica, gratuita, autônoma e socialmente referenciada em todos os níveis e modalidades de ensino.

2.1 A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais foram criados como parte da reestruturação da educação, a partir da transformação das Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) em instituições de educação profissional, assim definidos:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Segundo a definição do MEC (2010), os Institutos são “um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica”. Consideradas autarquias especiais de base educacional humanístico-técnico-científica, na qual se articulam a educação superior, a básica e a profissional. Sua organização se dá por meio de estrutura multicampi, com formato multicurricular, com autonomia administrativa e pedagógica. Os Institutos possuem uma reitoria como órgão executivo, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Caracterizam-se principalmente pela oferta do ensino técnico (50%) e da licenciatura (20%), além dos cursos de qualificação profissional, tecnologia, pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Os Institutos oferecem também, conforme o Decreto 5.480/2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. (BRASIL, 2006; 2010; TAUFICK, 2014)

Prada e Surdine (2018) identificaram, com base nos dados governamentais do MEC (2016), que no território brasileiro há 38 institutos federais distribuídos em todos os estados. Em 2016, foram contabilizados, pelas autoras, o total de 605 *campi*, instalados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, localizados geograficamente em municípios que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e elevado índice de pobreza. Este é o grande desafio para que os Institutos Federais cumpram com sua finalidade, ou seja, de oferecer educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos, considerando a atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, aferindo que no Brasil,

[...] a oferta de uma educação gratuita e de qualidade à classe trabalhadora não constitui, na prática, um direito de todos, como prevê a Constituição da República. Ou seja, a oferta da educação gratuita reflete a própria composição desigual da sociedade brasileira ao longo da sua história. Portanto, pela educação, é necessário incluir socialmente um grupo de indivíduos – que não é minoria – no interior da escola, cujas questões ultrapassam o processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que integram este processo. (SOUZA, 2017, p. 131).

Talita Prada (2015), em sua pesquisa de doutorado, avalia a implantação dos Institutos Federais no Brasil e aponta alguns questionamentos no que se referem às suas diretrizes de expansão, cuja proposta é de possibilitar o desenvolvimento regional, diminuir as desigualdades sociais e econômicas, ao atender às demandas sociais locais por meio da oferta de formação profissional e tecnológica. Para a autora, embora possa ter havido essa intencionalidade e a expansão das instituições tenha ocorrido nos estados onde não havia essas instituições de ensino, tal expansão não foi capaz de alterar o quadro assimétrico do desenvolvimento regional no país. Isso porque a criação dos Institutos Federais conta com 10 anos de existência, um tempo reduzido para alterar o quadro assimétrico de desenvolvimento regional no Brasil.

Os Institutos Federais podem sim contribuir para reduzir a situação de assimetria, conjugados com outras políticas de desenvolvimento econômico e social, por exemplo. Com o processo de expansão deles, ocorreu a possibilidade de aumentar a oferta de matrículas e de interiorizar a Rede Federal. Tendo em vista, as desigualdades sociais comuns às diferentes regiões do país, justifica-se a necessidade de um conjunto de ações e de programas que viabilizem o acesso e permanência da classe trabalhadora nas instituições de ensino (PRADA, 2015).

Historicamente, o trabalho dos assistentes sociais dá-se no âmbito das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, no enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”. O Estado se constitui no maior empregador dos assistentes sociais e o campo das políticas sociais um espaço profissional privilegiado de requisição e intervenção desse profissional (ORTIZ, 2010; IAMAMOTO, 2015). Nesse contexto, o assistente social tem sido solicitado para o trabalho no campo da reprodução material e ideológica da classe trabalhadora, trabalhando não somente na “execução terminal das políticas sociais”, mas na gestão, no planejamento e na pesquisa (NETTO, 1996). Assim é importante ressaltar que,

[...] nas lutas e conquistas da classe trabalhadora a educação sempre esteve presente como uma das prioridades, pois ainda que de forma contraditória, por meio dela assegura-se, via de regra, a inserção no mercado de trabalho (condição fundamental à sobrevivência da classe) o que ressalta a sua dimensão econômica, bem como a disputa por projetos de sociedade pela via da ampliação de conhecimentos e construção de formas de sociabilidade, da vivência coletiva e da cultura, ou seja, sua dimensão ético-política [...] Nesse sentido, nunca foi tão necessário questionar: educar para quê e em qual direção? (ABEPSS; CFESS, p. 786, 2011).

É necessário considerar que as mudanças ocorridas no período atual do capitalismo têm implicações para as redefinições do papel do Estado, em especial para as políticas sociais. Segundo Vieira (2007), as políticas sociais são respostas às lutas sociais, em um processo de correlação de forças, ou seja, estão ligadas aos reclamos populares. O Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, os direitos sociais significam a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores, daquilo que é aceitável para o governo. Assim, concorda-se com o autor que, ao examinar as políticas econômicas e sociais, se deve levar em conta o desenvolvimento contraditório da história. O método lógico mostra a vinculação dessas políticas com a acumulação capitalista e em nível histórico verifica se consistem em respostas às necessidades sociais.

O argumento dos empresários e dos organismos internacionais para influenciar nas políticas sociais parte do diagnóstico de que a crise está no Estado, que é ineficiente. Logo, o mercado deve compensar suas falhas, assumindo no interior do próprio aparelho do Estado a lógica mercantil via gestão gerencial, repassando as políticas sociais para o mercado, através da privatização ou em parcerias com instituições. O repasse de dinheiro público para o privado não é algo novo. O governo apenas repassa recursos para instituições privadas executarem as políticas sociais ou realizarem parcerias onde instituições privadas levam para o setor público a sua proposta de qualidade com parâmetros de mercado (PERONI, 2013).

O atual governo federal (2019) tende a seguir uma linha ainda mais severa no que diz respeito aos investimentos de recursos para as políticas sociais, a exemplo da educação que sofreu um duro golpe com os cortes orçamentários na educação, ainda no primeiro semestre do primeiro mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro. Em nome da crise econômica, no Brasil, tem-se buscado diminuir o investimento estatal em diversas áreas, em 2016, ainda no governo de Michel Temer foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, cujo objetivo foi congelar o teto de investimentos do

governo por 20 anos para a educação e saúde. Na prática, a PEC 241 determinou um limite máximo de investimento nessas áreas.

Neste contexto político e econômico, reitera-se a importância de pensar o processo de formação profissional e sua relação com a inserção e trabalho dos assistentes sociais na política de educação. Destaca-se o espaço sócio-ocupacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008 pela Lei Federal nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, espaço onde o Serviço Social se insere e onde os assistentes sociais irão trabalhar com a operacionalização do Programa de Assistência Estudantil.

2.2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS.

De acordo com Costa (2010), as primeiras ações de assistência social ao estudante por parte do Estado, ocorreu com o Decreto nº 5.612/1928, que instituiu a “Casa do Estudante Brasileiro”. Localizada em Paris, era destinada a auxiliar estudantes brasileiros que tinham dificuldades de se manter na capital francesa. Desse modo, foi no contexto da educação superior que se registrou o apoio destinado a jovens provenientes da aristocracia brasileira.

A mencionada Casa do Estudante contém em si elementos da formação brasileira e seus condicionantes de forte concentração de renda, diferenciação do acesso a bens e serviços e o próprio usufruto de direitos. Mesmo sendo uma ação voltada para as elites, ela é simbólica no desdobrar da assistência estudantil, porque para muitos entendimentos ela não se configurava como assistência ao estudante por seu destinatário não apresentar como “qualificação” o fator pobreza (SOUZA, 2017, p. 44).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), conseguiu dar maior visibilidade às demandas de Assistência Estudantil com a divulgação dos dados das pesquisas realizadas nos anos de 1996 a 1997 e 2003 a 2004 sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (ARCOVERDE, NASCIMENTO, 2012; TAUFICK, 2014). Esta pesquisa sustentou a necessidade de construção de uma Política de assistência estudantil diante dos desafios colocados para o ensino superior, principalmente no que se refere à permanência dos estudantes nas instituições. Decorre daí a incorporação da assistência estudantil, em 2001, no texto do Plano Nacional de Educação e a construção, em 2007, de um Plano Nacional de

Assistência Estudantil (PNAE). O PNAE, marco regulatório da assistência aos estudantes, previa recursos para as universidades públicas que desempenhassem ações em conformidade com as suas diretrizes (ARCOVERDE, NASCIMENTO 2012; TAUFICK, 2014).

A institucionalização da política ocorreu, inicialmente, pela Portaria Normativa nº 39/2007, considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais; dada a sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e de permanência dos jovens no ensino superior público federal. Este programa representou a conquista coletiva do movimento dos estudantes universitários, com o apoio de organizações da categoria de trabalhadores da educação, que pode ser considerada como a consolidação da luta pela garantia da assistência estudantil enquanto direito social. No PNAES, a assistência estudantil foi definida como: “estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior”, cujos objetivos são:

[...] democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2007).

Atendendo às demandas colocadas pelos representantes das instituições de ensino superior, dos movimentos estudantis, alinhados à política de ampliação do atendimento das universidades federais aos estudantes de mais baixa renda, essa Portaria foi alterada, em 2010, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Este dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, tendo como finalidade: “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010). O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), conforme seu artigo 1º tem como finalidade: ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. E como objetivos, no artigo 2º: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES prevê ações de caráter social no âmbito da permanência na educação, nas seguintes áreas: moradia

estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Além disso, podem ser disponibilizados auxílios financeiros para os estudantes. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Em 2010, os Institutos Federais foram incluídos no PNAES que, inicialmente, havia sido criado para atender ao público das universidades. A partir de 2011, às instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tiveram um aumento significativo do aporte de recursos na rubrica de assistência estudantil, ocasionando, de acordo com Taufick (2014), a necessidade de elaboração e aprovação de uma Política de Assistência Estudantil. Isso porque o PNAES garante a cada instituição autonomia para utilizar os recursos disponibilizados de acordo com suas demandas, peculiaridades locais e características regionais.

No Art 4º e 5º, o Programa estabelece a quem serão direcionadas prioritariamente as ações de assistência estudantil e quais são essas ações.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Para Souza (2017), o PNAES preconiza a assistência estudantil na ótica da política de educação, como um direito dos estudantes de baixa renda de terem garantidas suas condições de permanência nas universidades públicas. Sua finalidade é avaliada a partir do entendimento de implementação de uma política democratizante, que busca reduzir os efeitos das desigualdades sociais, a inclusão e a justiça social. Assim, à assistência estudantil é conferida importância devido a:

[...] sua capacidade de ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência de segmentos da população que não têm inserção no espaço educacional, devido a sua desigual posição de classe. E com isso, busca-se reparar uma incômoda condição limitadora de acesso à escola de legítimas

demandas, ou resgatar uma persistente “dívida social”. [...] independentemente do nível educacional ou da modalidade de ensino, a assistência estudantil tem, por essência, o reparo das desigualdades sociais que impedem o usufruto do direito universal à educação; pois, em uma sociedade de formação social desigual, como a brasileira, a dificuldade de permanecer na escola ou a evasão escolar, antes configurar “vagabundagem” de quem não quer estudar, encontra explicação na condição de classe do aluno desertor; isto é, daquele estudante que se encontra privado, ou precariamente provido, dos meios de sobrevivência para sua manutenção, como alimentação, moradia, saúde. Por isso, são sobre estas condições que esta política procura desenvolver ações de inclusão. (SOUZA, 2017, p. 132).

Em relação à concepção da Assistência Estudantil nos Institutos Federais, Taufick (2014) identificou em seu estudo que nem todas as instituições adotaram o título de “política” para o regulamento da assistência estudantil, algumas adotaram “plano” ou “programa”. A autora ressalta que essa não é apenas uma questão semântica, mas de orientação do trabalho que promova o acesso dos estudantes aos recursos necessários, tanto para sua permanência, quanto para o seu aproveitamento acadêmico na instituição. Por essa razão, indica, por parte das instituições, a necessidade de uma orientação clara para a definição de suas ações, a fim de que a política não seja confundida com um grupo isolado de ações organizadas em um Programa. (TAUFICK, 2014).

Em sua pesquisa, Taufick (2014) analisou também a regulamentação da assistência estudantil em 30 (trinta) Institutos Federais. Destes, 26 (vinte e seis) têm regulamentado a assistência estudantil por meio de Resolução do Conselho Superior – CONSUP⁶, que, na organização dos Institutos Federais, exerce a função de administrá-los conjuntamente com o Colégio de Dirigentes, um órgão consultivo formado pelo Reitor, Pró-reitores e Diretores gerais dos *campi*. Para a autora, é a partir da regulamentação da Política que se torna possível legitimar uma concepção de Assistência Estudantil na Rede de Educação Profissional.

Partindo-se do entendimento de que a Política de assistência estudantil existe para atender reivindicações dos estudantes, Souza (2017) considera imprescindível que os estudantes tenham assento, voz e voto no CONSUP, espaço no qual há uma diversidade de interesses, a partir das demandas e reivindicações de cada segmento, permitindo também o reconhecimento de direitos e como instância maior de deliberação confere legitimidade à política. Souza (2017), acredita que é possível alargar o espaço

⁶ O Conselho Superior é um órgão consultivo e deliberativo, que tem em sua composição, representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar: docentes; estudantes, inclusive os egressos; servidores técnico-administrativos; sociedade civil, representantes do MEC e do Colégio de Dirigentes, em uma representação de caráter paritário entre estes segmentos

de atendimento da política de Educação, com a inclusão de segmentos sociais historicamente excluídos do acesso e viabilização desse direito. E, portanto, compreende a concepção de universalização da educação como política social e não uma mercadoria, visando: “à construção de uma combinatória de ações e procedimentos em prol do satisfatório atendimento de múltiplas demandas sociais que não se apresentam de forma segmentada” (PEREIRA-PEREIRA APUD SOUZA, 2017, p. 170).

O público prioritário da assistência estudantil é aquele estudante com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Isso significa que não se trata de uma política universal, ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários. É necessário considerar que não se trata de uma política consolidada, mas que se situa em um campo de disputa, assim como as demais políticas sociais. Por isso, a partir do PNAES, a assistência estudantil passa a ser reconhecida com uma definição bastante ampliada, como uma estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal. Assim, se evidencia que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes e na sua permanência nas instituições, portanto, não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas se inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica dos estudantes e suas famílias, e se expressa pelas demandas por moradia estudantil, alimentação, transporte, entre outros. (IMPERATORI, 2017).

Prada e Garcia (2017) e Fernandes (2018) evidenciam a significativa expansão ocorrida na Rede Federal de ensino nos anos de 2003 a 2016, período em que as instituições passaram de 142 (Institutos Federais), em 2003, para 644 previstos até o final de 2016. Tal expansão refletiu diretamente na inserção profissional dos assistentes sociais e nas condições de trabalho deste profissional. Posterior ao processo de expansão física das instituições, iniciado em 2005, foram aprovadas as políticas de assistência estudantil em 2010 e de cotas em 2012. Tais políticas foram a motivação da contratação de assistentes sociais em muitos institutos. A expansão de vagas para as assistentes sociais ocorreu a partir de 2010, com a aprovação do PNAES, ou seja, esse profissional adentrou no Instituto com uma clara demanda institucional de atender aos estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica, no que tange a sua permanência institucional.

Nos Institutos Federais, a educação está voltada para atender às necessidades sociais e culturais da classe historicamente destituída de direitos, a classes trabalhadora.

Nesse sentido, as autoras Taufick (2014), Imperatori (2017) e Souza (2017) reconhecem a assistência estudantil a partir da concepção de uma “modalidade de assistência social” praticada nas instituições de ensino, como forma de garantir apoio ao estudante de baixa renda para a sua permanência nas instituições. As autoras situam a assistência estudantil na interseção da assistência social com a educação, ressaltando o avanço no reconhecimento da política de assistência estudantil como um direito social. Portanto, a Assistência Estudantil tem papel fundamental na garantia do direito à educação.

2.2 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No sentido de pensar o trabalho profissional dos assistentes sociais, a obra de Marx tem sido reconhecida, na medida em que traz categorias que se originam da realidade para explicar o movimento de constituição dos fenômenos sociais. Em Marx, encontramos a concepção de trabalho que é entendida como a ação do homem sobre a natureza. Nesse processo, o homem vai se diferenciando dos demais seres vivos, como atividade pela qual ele transforma a natureza e a si próprio. Assim, o trabalho é um processo em que o homem com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ou seja, põe em movimento as forças naturais de seu corpo a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Para assinalar essa afirmativa, Marx exemplifica:

A abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim de seu processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em vista, o qual constituiu a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1985, p. 202).

Dentro desta concepção, o trabalho é tido sob forma exclusivamente humana e, como categoria teórica, é entendido como a dimensão explicativa do homem como sujeito histórico, caracterizando-se assim como uma atividade social que se baseia na cooperação entre os indivíduos, com divisão técnica, mesmo que de forma rudimentar. Na teoria de Marx, no capitalismo, o produto do trabalho humano pertence ao capitalista. O capitalista, possuidor de dinheiro e dos meios de produção é quem compra

a força de trabalho do homem como mercadoria. O possuidor da sua força de trabalho, o homem, a vende como mercadoria para a sua subsistência. Portanto, nessa relação, os *dramatis personae* são o capitalista e o trabalhador.

[...] o antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o curtume (MARX, 1985, p. 293).

No interior desta complexa trama das relações sociais que compreende a produção e a reprodução da vida social, a parte que o trabalhador produziu e não recebeu é denominado por Marx de mais valor ou mais-valia, que se torna o objetivo final da produção capitalista. De acordo com Marx (1985, p. 203-204), o capitalista não paga, de fato, o valor da força de trabalho ao trabalhador.

[...] o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio. Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução e perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista.

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária. Nessa relação, Yamamoto (2008, p. 421) entende que o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão:

[...] enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato - , mero coágulo de tempo de trabalho social médio - , possibilitando que esse trabalho privado adquira caráter social.

Dito de outro modo, o assistente social é o proprietário de sua força de trabalho, especializada, fruto de uma formação acadêmico-profissional, com regulamentação de funções privativas e competências, que o capacita para realizar um trabalho complexo. Essa mercadoria força de trabalho, nos termos de Marx, é considerada por Yamamoto (2008) uma potência que só se transforma em trabalho quando aliada aos meios necessários à sua realização, ou seja, recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização desse trabalho concreto que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais.

Nessa direção, Yamamoto (2008) observa que existe uma ingerência direta, de parte dos empregadores, na definição do trabalho profissional, na contramão de sua integral autonomia. O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo. Além de assumir perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais, a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho irá depender do recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas. Nesse sentido, no âmbito dos espaços ocupacionais, o assistente social conta com a articulação com outros agentes institucionais que participam no mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem (IAMAMOTO, 2008).

Considerando o trabalho profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais, de acordo com Yamamoto (2008), a partir das competências e atribuições privativas do assistente social, a supervisão direta de estágio como uma atribuição privativa do assistente social, faz pensar sobre o processo de formação dessa força de trabalho qualificada. Processo que, na atualidade, também está sujeito às injunções econômicas, políticas e ideológicas dos interesses do capital e de seus centros estratégicos mundiais. Por essa razão, a importância de compreender como a dimensão político-pedagógica do Serviço Social se constitui e se expressa nessa relação trabalho profissional e formação, no sentido de fortalecer o projeto político pedagógico expresso nas diretrizes curriculares de formação profissional da ABEPSS (1996).

Reafirmando, assim, os esforços que, no Serviço Social, se direcionam para uma formação que preserve a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a assegurar a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir

conhecimentos, ou seja, a defesa de uma universidade que se caracterize como “centro de produção de ciência, tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades [...] voltada à qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado” (IAMAMOTO, 2008, p. 432).

O Serviço Social ao trabalhar na operacionalização da assistência estudantil depara-se com uma multiplicidade de demandas dos diversos sujeitos envolvidos com esta Política: os estudantes, as Instituições Federais de Ensino e o Estado. Nascimento e Arcoverde (2012) entendem que, quando restrito à burocracia dos programas desenvolvidos na Assistência estudantil, tais como: preenchimentos de fichas, conferência de documentos, declarações, entrevistas e avaliações de cadastros socioeconômicos, reduz-se às iniciativas da profissão em experiências que viabilizem outras dimensões do fazer profissional, como por exemplo a dimensão político-pedagógica, que se expressa no trabalho em grupos de pesquisa, núcleos temáticos e em discussões voltadas para a elaboração de propostas que interfiram na realidade institucional e que sirvam para fundamentar planos, programas e projetos correntes com a realidade social dos estudantes.

Para Nascimento e Arcoverde (2012, p. 173), as políticas afirmativas que obedecem à lógica da discriminação positiva e definem públicos e estratégias para suprir o que as políticas universais não conseguem realizar, são programas seletivos e focalizados, que aderem temporária e provisoriamente às políticas estruturadoras em todas as esferas das políticas públicas. Na educação, são exemplo de focalização, os Programas de Assistência Estudantil que, na avaliação das autoras, seguem a tendência de “assistencialização das políticas sociais” através da “bolsificação” da assistência estudantil. Nesse caso, a dimensão política da profissão acaba sendo sobreposta pelas demandas de caráter emergencial ou focalista.

Para Mota (2014), esses programas não conformam ações permanentes e tampouco asseguram direitos, embora atendam às necessidades emergentes, pontuais e específicas, neste caso, dos estudantes. Tal contradição,

[...] coloca-se como um desafio à intervenção profissional dos Assistentes Sociais em tencionar, nas suas práticas, os limites da política e trabalhar junto aos seus estudantes/ usuários a proposta de construção de um perfil de assistência estudantil que esteja, de fato, comprometido com os interesses do seu público alvo (NASCIMENTO E ARCOVERDE, 2012, p. 8).

Sobre a dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social na

assistência estudantil, Nascimento; Arcoverde (2012) entendem que ela se constitui na construção de práticas educativas de caráter político e oferece suporte à busca de alternativas para o enfrentamento das problemáticas que desafiam a atuação do Serviço Social. O comprometimento com os interesses dos estudantes é priorizado através da interpretação do campo da assistência estudantil como instância de poder, na qual se abrem espaços para promover junto aos estudantes processos educativos e democráticos. Na concepção das autoras, a adoção de práticas político-pedagógicas possibilitam dar visibilidade à dimensão política do trabalho do assistente social na perspectiva de constituição de uma nova cultura pelas classes subalternas (ABREU, 2004).

Consideramos, com base em Alves (2018), que o assistente social, ao atuar juntamente com outros profissionais em equipes multidisciplinares, desempenha uma função político-pedagógica, assim, como os demais profissionais tendem a desenvolver nas respectivas áreas de atuação, a qual se revela quando os profissionais que com ele atuam são levados a pensar sobre si em seu processo de atuação e na identificação deste com os interesses dos usuários. Pode-se citar o acesso à educação, onde diferentes demandas irão impactar no acesso, permanência e êxito do estudante nesta política. Por isso, compreender a concepção de educação a qual orienta o trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia significa compreender que direção política e referenciais teóricos têm pautado tanto o trabalho profissional, quanto ao processo de supervisão de estágio em Serviço Social, contribuindo assim para desvelar suas particularidades a partir de uma concepção de educação que esteja sintonizada com o projeto ético-político do Serviço Social.

Considerando que os Institutos Federais foram criados com a finalidade de viabilizar o acesso da classe trabalhadora à educação em todos os níveis de ensino, sobre a sua expansão, cabe ressaltar que a política de educação, cujo objetivo é a formação para o trabalho, não explica por si como necessidade social, mas como uma demanda que se institucionaliza e se inscreve para atender funções e requisições tanto dos trabalhadores como do capital. A educação é uma necessidade social que,

[...] não é uma necessidade posta apenas pelos aparelhos ideológicos do Estado, mas também pela classe trabalhadora que espera nela estar contidas possibilidades de melhorias de suas condições de vida e trabalho. Não é, portanto, para provocar substanciais alterações no quadro macroscópico societário, no sentido de superação das desigualdades que são fomentadas-formuladas um conjunto de políticas sociais educacionais voltadas para a formação para o trabalho, particularmente políticas de formação profissional

Um dos desafios do trabalho profissional nesta área é a problematização e a busca de estratégias para a superação das contradições dessa realidade, que se apresenta carregada de significado político e organicamente vinculada à perspectiva da classe trabalhadora. Nesta direção, em documento elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação, “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, a categoria entende a educação a partir da seguinte concepção:

Educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e amplamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. [...] sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CRESS, 2013, p. 17)

Mészáros (2008) entende a educação como parte de um processo complexo, que envolve a necessidade por parte do capital de “manutenção ativa dos trabalhadores”. Assim, o autor fala que uma das principais funções da educação formal é

[...] produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. (Mészáros, 2008, p.45),

O significado estratégico da educação, do ponto de vista das requisições do capital, cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital, revelando “como a educação hoje se inscreve em um amplo processo de desumanização, a serviço da barbárie, assumindo uma feição moderna” (CRESS, 2013, p. 21). Neste cenário, Fernandes (2018) considera que a educação

profissional e tecnológica brasileira se desenvolveu a partir da seguinte dualidade: ao mesmo tempo que fortalece a hegemonia de classes privilegiadas, insere os trabalhadores em propostas educacionais mecanicistas. Na sua avaliação, essas propostas acabam por subjugar as capacidades técnicas e intelectuais dos sujeitos “à banal e livre comercialização nos mercados”.

A concepção de educação para AS07 é pensada a partir de duas dimensões, por um lado o mercado de trabalho e suas exigências de qualificação e, por outro, a educação na perspectiva de uma pedagogia emancipatória.

A educação tem duas dimensões: essa dimensão de socializar o conhecimento humano acumulado, então, é uma questão de passar para adiante o que foi pesquisado. Tem essa questão que envolve valores morais e éticos, tem todo um peso cultural da educação que faz o ser humano ser o que ele é. O que foi pensado por outros e que chega até nós. E aí dá uma percepção de mundo, uma percepção de onde tu estás dentro do espaço e do tempo. E uma outra dimensão mais específica, que é o papel das instituições onde trabalhamos, que é essa questão do conhecimento acumulado específico, que dá aos sujeitos a oportunidade de eles viver daquele conhecimento, uma questão mais de técnica de iniciar uma profissão. É um conhecimento a partir do qual a pessoa tem capacidade de sobreviver em função daquele conhecimento, que seria mais uma questão de profissão e de atuação no mundo do trabalho. São essas as concepções que eu entendo fundamentais da educação. Claro, dá para aprofundar a discussão, por exemplo, o que entra na pauta que será socializado? Qual é o conhecimento que interessa? Isso é disputa ideológica, é no campo político, que envolve decisões, briga de ideologia e tudo mais. (AS07)

Outra concepção de educação se expressa na fala de AS10 – S06 “Educação que busca a **autonomia dos sujeitos**, com o intuito de formar cidadãos críticos e políticos, buscando uma visão diferenciada do tecnicismo alienante” e no entendimento de que a educação deve ser “emancipadora e integral” expressado por AS08, podendo ser considerada “um instrumento de transformação social” para AS12. Constata-se que essas concepções partem do entendimento de que a educação é protagonizada por sujeitos que compõem uma classe e que ela ocorre a partir de ação política e pedagógica, podendo construir relações de contra hegemonia ao contemplar os modos de vida dos sujeitos, da classe trabalhadora, das instituições educacionais e de todas as demais (ABREU, 2009). Por esta razão, uma educação de caráter emancipador não precisa estar atrelada à educação escolarizada, também não deve ser considerada como único caminho possível (CFESS, 2013). Nessa direção, a concepção de educação que orienta o trabalho dos assistentes sociais não se restringe à educação voltada somente a formação dos indivíduos para o trabalho.

Em Paulo Freire, o conceito de autonomia é apreendido do processo de ensino-

aprendizagem como princípio pedagógico para uma educação libertadora, “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996 p. 25). Nessa direção, Scheffer (2013) fala sobre o legado de Freire para o Serviço Social, que proporciona aos profissionais importantes reflexões acerca do papel do educador e da educação comprometida com a liberdade e a autonomia. No sentido da educação emancipadora, identifica-se que a maioria dos profissionais entrevistados mencionou a *autonomia* como uma exigência ética para se pensar a educação:

A educação nos permite ter autonomia, uma emancipação tanto individual, quanto coletiva, em âmbito familiar ou na comunidade. A educação nos permite transformar a realidade que a gente vive, no concreto do dia a dia, ter consciência dos processos que a gente faz parte. No contexto em que a gente vive e aí a nossa capacidade de poder intervir. (AS03 – S02)

Eu penso a educação [...] de Paulo Freire, tem um livro que ele fala que a educação é libertadora, que a educação pode servir tanto para reproduzir a ideologia dominante, a ideia de ideologia dominante quanto para desmascarar. Que a gente possa também com a educação poder ter esse olhar um pouco mais crítico em relação à sociedade como um todo, não ser a massa de manobra, principalmente na juventude, se tu entrar para tua vida adulta já com esse entendimento com certeza tu vais ser um cidadão mais crítico, mais político. (AS02 – S01)

Sobre o conceito de emancipação, Tonet (2016, p. 08) esclarece:

Os homens serão efetivamente (plenamente) livres quando puderem, de fato, ser senhores do seu destino. Isto nada tem a ver com liberdade absoluta, anárquica ou irrestrita. Tem a ver apenas (e isto é essencial) com a possibilidade de os homens estarem em condições – a partir de uma base material capaz de criar riquezas suficientes para satisfazer as necessidades de todos – de serem efetivamente sujeitos da sua história. Como o capital é o sujeito fundamental da atual forma de sociabilidade – nesta sociedade quem é livre é o capital e não os homens – a plena liberdade humana só pode florescer para além do capital.

A autonomia na educação, a partir de Marx, tem relação com a emancipação das classes trabalhadoras e, por essa razão, necessita estar em consonância com a luta em direção aos direitos e deveres iguais e eliminação da dominação de classe. Taborda (2017, p. 51) refere que, em Marx, a autonomia é a autonomia política, “precondição indispensável para a libertação econômica das classes trabalhadoras. A questão social é, pois, inseparável da questão política: sua solução depende da solução desta última e é possível apenas no Estado democrático”. O capitalismo tende a suprimir a autonomia dos trabalhadores, tendo em vista o princípio fundante do sistema capitalista, onde a

dependência econômica dos indivíduos em relação aos detentores do capital, produz relações de alienação, “Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho” (MARX, 1985, p. 347).

[...] em Gramsci, a autonomia é evidenciada em suas análises relativas à estrutura social e às classes dominantes e dirigentes na sociedade moderna. A problemática atual da autonomia dos indivíduos deve ser analisada no decorrer da evolução social e econômica da sociedade moderna. Pela práxis, a autonomia é construída mediante a tomada de consciência da realidade socioeconômica e de suas estruturas dominantes, como estratégia de manter seus interesses em detrimento do desenvolvimento dos indivíduos sociais (TABORDA, 2017, p. 64).

A concepção de educação para além do capital, mencionada pelos entrevistados, faz referência ao livro *A educação para além do capital*, escrito por István Mészáros (2008), assim como o de uma educação libertadora faz referência a Paulo Freire (1996), cujo princípio pedagógico está pautado em propiciar condições para que o “educando” crie suas próprias representações de mundo, de acordo com suas concepções, construa argumentos e defenda um modelo de sociedade com mais cidadania.

Compartilho do projeto de uma educação libertadora, emancipatória, inclusiva, afirmativa, que assegure a pluralidade de ideias e de seu público. AS09 – S05

Minha concepção de educação pressupõe uma educação libertadora, uma educação para além do capital. Que desenvolva o ser humano em sua plenitude e que este tenha a consciência da luta de classes e do seu papel enquanto sujeito transformador das realidades na contradição vivenciada pela sociedade de classes. AS06-S04

A educação deve ser pensada como libertadora e não dogmática. A ideia de promoção, acesso das diversas culturas brasileiras, propõe-se a busca de uma educação que ampliem o olhar para além dos muros institucionais. AS14 – S08

Quando apontado como um conceito amplo, os assistentes sociais fazem referência ao entendimento da função pedagógica que o assistente social desenvolve neste espaço sócio-ocupacional, onde as ações pedagógicas se concretizam com a ação material e ideológica no modo de vida, de sentir, pensar e agir das classes subalternas, interferindo na reprodução subjetiva dessas classes (ABREU, 2008). Assim, percebe-se nos depoimentos o entendimento que a educação não se reduz às relações escolares.

A concepção de educação ela é muito ampla e complexa. Todo trabalho que a gente desenvolve de forma individual e tu consegue ver o todo. É difícil o trabalho interdisciplinar, mas é uma experiência ou uma possibilidade? O estudante não é um ser isolado, ele tem uma vida complexa, um histórico de vida e uma comunidade, cultura, enfim, e esse mundão do estudante vem para dentro da escola. Entra o trabalho interdisciplinar, tantos dos profissionais quanto dos professores e o instituto tem essa proposta do trabalho interdisciplinar. [...] esse trabalho da rede para mim aqui no meu histórico, da forma como eu cheguei eu acho que foi assim um dos maiores ganhos, para o reconhecimento do trabalho do assistente social, que não estava fechado lá no canto, lá junto com a moradia, só fazendo auxílios [...] O assistente social pode contribuir com a sua experiência, com o seu olhar, com o seu fazer naquele contexto ali de sala de aula no grupo maior. O trabalho interdisciplinar é ótimo para isso, para o assistente social conseguir se fortalecer e mostrar que ele está para além da assistência e dos auxílios. AS01

A educação eu penso que é algo mais amplo do que o que é visto em sala de aula. [...] a educação é o nosso cotidiano, que a gente vivencia no dia a dia. é o que a gente consegue fazer um paralelo do que a gente vivencia, do que que a gente tem de concepção de mundo [...] educação não só aquela matéria formal passada em sala de aula. A educação é o que nos é transmitido, que é nos passado e o que que a gente consegue a partir disso, assimilar através de livros, de pesquisas, das vivências do dia a dia. AS04 – S03

Pode-se considerar que a política de educação também apresenta um caráter ressocializador e pode ser considerada constitutiva dos processos de organização da cultura, uma vez que a educação é uma forma de acesso das classes subalternas à produção de conhecimento, de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades, ao mesmo tempo em que está voltada para a qualificação profissional. Nessa perspectiva, a função pedagógica do assistente social é “determinada [...] pelo vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos [...]” E, portanto, terá papel estratégico na defesa de uma educação para além das necessidades do capital e do mercado. (ABREU, 2008, p. 17).

O conceito de educação para mim é bem amplo. É a dimensão política da vida dos sujeitos. [...] faz parte da educação a nossa concepção, a nossa visão de homem e de mundo, de como a gente se relaciona na família, no trabalho, nas relações na sociedade. Educação como elemento central para a tomada de consciência sobre a vida em sociedade, para o exercício ativo da cidadania e autonomia. É o que possibilita a intervenção e transformação social da realidade concreta cotidiana vivida. Eu entendo educação não apenas como um ato educativo ou como o ensino, ou então como uma política social. Eu entendo a educação como algo que é bem mais amplo, que norteia a nossa vida enquanto sujeito que faz parte de uma sociedade. [...] são as concepções que a gente constrói ao longo da vida, a nossa forma de ser, de agir, de comportamento, inserção na sociedade, tudo isso faz parte do conceito de educação. [...] é um conceito político que, que tem a ver com a realidade concreta que a gente vive. AS03 – ASS02

A partir do entendimento da educação como direito social, AS11 – S07 refere que a “educação é direito social, público, laico, universal, gratuito e revolucionário”. Portanto, garantir a educação como direito é compreender que as tensões entre Estado e as classes subalternas estão impregnadas de determinações estruturais que correspondem a própria manutenção do capitalismo, nessa relação, na sua condição de legislador e de controlador das forças repressivas, o Estado está voltado à manutenção do poder e da ordem consoante aos interesses das classes dominantes. Nas palavras de Iamamoto (2008), representando um ilusório interesse geral, intervindo na gestão dos serviços sociais como uma forma de amenizar as expressões da questão social:

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo o ser reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO, 2008, p. 259)

Conhecer a concepção de educação que tem orientado o trabalho dos assistentes sociais e dos supervisores de campo nos Institutos Federais revelou que a direção política do trabalho, bem como a articulação das referências teóricas, evidencia uma concepção de educação que está em consonância com o projeto ético-político do serviço social, portanto, para os assistentes sociais dos Institutos a educação é concebida mediada pelas relações societárias ou relações de classes. Nessa perspectiva, foi possível identificar que essas concepções compõem o processo de trabalho no qual o assistente social está inserido no âmbito da educação, a partir do entendimento que não existe um processo de trabalho do Serviço Social, e sim um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais os o assistente social se coloca na condição de trabalhador especializado (IAMAMOTO, 2008). E que essas concepções se expressam no cotidiano profissional por meio de sua dimensão política, no sentido de compreender sua relação com o poder das classes ou quando se estabelecer alguma disputa no âmbito do cotidiano.

A educação é um direito social. É uma política pública de educação gratuita. Enquanto assistente social da assistência estudantil o trabalho é todo voltado para a base, para esses alunos, para eles terem condições de permanência e êxito. E todo trabalho social que implica, não é apenas, a entrada por cota, é o acesso a instituição pública e ter a oportunidade de estar na sala de aula com educação de qualidade. AS05

Como já sinalizado, com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a política educacional profissionalizante se expande no Brasil. Essa expansão não ocorre sem contradições, a política de educação profissional ao mesmo tempo em que é permanentemente capturada pelo sistema capitalista, buscando consolidar concepções ideológicas, comportamentos e atitudes adequadas à ordem da produção e sua reprodução, representa para as classes trabalhadoras a possibilidade de acesso ao ensino público, de qualidade e gratuito.

É nesse contexto contraditório, que os assistentes sociais são chamados para intervir no conjunto de necessidades sociais, que nos Institutos se expressam nas desigualdades econômicas, sociais, educacionais e políticas das condições de vida, de trabalho e existência dos estudantes e suas famílias. Por isso, Fernandes (2018) assinala que é necessário o trabalho de profissionais especializados, como o dos assistentes sociais que, especialmente, a partir de 2008/2010, tem ampliado seu espaço ocupacional no âmbito da política de educação.

O trabalho mais requisitado aos Assistentes Sociais é o estudo socioeconômico. Outros trabalhos também são realizados, mas estão atrelados às demandas do PNAES. Ou seja, quanto maior o envolvimento com a Política de Assistência Estudantil menor o tempo para o desempenho de outras atividades. Eu vim trabalhar na reitoria para chefiar o departamento de gestão de assistência estudantil. Nesse contexto eu me inseri na gestão do programa e foi quase quatro anos trabalhando com a gestão, com todas as questões que envolvem a política. Nos institutos é uma coisa relativamente nova, tu vais construindo a política, construindo a normatização, construindo processos de trabalho e esses processos tu vai construindo e revisando. Não são todos os campi da instituição que tem as equipes para trabalhar com a política e isso afeta a qualidade do trabalho que tu vais ofertar para os estudantes. AS07

O relato acima vem de encontro ao que foi sinalizado pela categoria sobre a inserção dos assistentes sociais na política de educação, cujo trabalho que irá responder as requisições tanto da política quanto socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais. Assim, compreende-se que a concepção de assistência estudantil, quando pautada na perspectiva de direito social, coloca-se no campo de forças políticas em torno de projetos para a sociedade no enfrentamento das desigualdades expressões da questão social. No entanto, “as políticas sociais não têm o

poder de fazer eversão da questão social erradicando-a”, apesar de viabilizarem direitos, frutos de lutas históricas dos trabalhadores pelo seu reconhecimento político (IAMAMOTO, 2008 p. 275).

Tal sentido se expressa no trecho a seguir:

Para pensar a atuação do assistente social nos institutos, tem que olhar de uma perspectiva da política de assistência estudantil que foi construída nas universidades. Uma política que foi estruturada a partir duma longa história de luta por direito, por conquista do direito à educação, do direito à moradia, do direito à alimentação. Os institutos não tiveram essa trajetória. E nessa trajetória da universidade, o assistente social foi um ator muito relevante junto à organização dos movimentos sociais, brigam por direitos e tal [...] como o instituto já começou no período político favorável, com um recurso muito grande, se tinha dinheiro para um monte de coisa, a nossa atuação ficou muito baseada na política e no que se faz com aquele dinheiro oriundo do programa. A gente tem que avançar para além das questões financeiras, para além das bolsas de estudo, para além dos auxílios. a principal mediação do serviço social é ter essa visão mais ampla, que engloba o mercado de trabalho, como esses estudantes vão se inserir nesse mercado de trabalho? Trazer a família para dentro da instituição e ter essa percepção mais ampla, que é uma questão que os professores não têm. Eu identifico isso, se o estudante rodou, se o estudante está com baixa frequência, ele vai rodar, vai perder o benefício, mas não se sabe o porquê ele rodou, o porquê que ele está faltando. E aí nós podemos atuar, nesse campo que ainda está para ser desbravado, não foi incorporado ainda. AS07

As concepções sinalizadas pelos profissionais vão ao encontro do que é preconizado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). O PNAES prevê a implementação de dez áreas de ações estratégicas, através de Programas cujas intervenções devem estar direcionadas para minimizar os efeitos das desigualdades sociais dos estudantes das instituições de ensino federal. As ações estratégicas são desenvolvidas através de:

[...] I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Na lógica do PNAES, AS07 entende que “a assistência estudantil é uma política social de direito dentro da política de educação, pois:

Ela é necessária, enquanto manifestação do poder do estado, em razão das expressões da questão social que se manifestam no campo educacional, para garantir que, especialmente, os filhos da classe trabalhadora e da classe que Jessé Souza classificou como ralé, possam aos menos acessar e tenham condições de permanecer nas instituições públicas de ensino durante seu percurso formativo. A finalidade da política, o fato dela ser focalizada é por

essa necessidade que tem esse público tão marginalizado, que tem o direito à educação, mas apenas o direito à educação não garante o acesso a permanência e a conclusão. Precisa-se de um fomento, dum ação pública, de uma ação de governo. O programa nacional da assistência estudantil ele é uma expressão do poder público, é uma ação de governo para garantir que esse pessoal também tenha o efetivo direito à educação. AS07

Nessa perspectiva também é considerada nos depoimentos como:

Uma política pública que visa garantir o acesso, a permanência e o êxito escolar de estudantes ingressantes nas Instituições Federais de ensino. Sendo está um direito a ser materializado no cotidiano institucional dos alunos, especialmente aqueles que possuem maior necessidade econômica em virtude de um sistema capitalista e desigual de distribuição de riquezas, de oportunidades em nosso Brasil. AS06 – S04

Programa assistencial no âmbito da política de Educação, de direito de todos os estudantes, universal, focalizada quando necessário, pessoas com deficiência ou altas habilidades, ou diferenças regionais, ou que priorizam situações de desigualdade e de vulnerabilidade social, que abrange dez linhas de atendimento, regulamentado de acordo com a realidade de cada instituição. AS11 – S07

A inserção do assistente social ocorre com o propósito e a necessidade de operacionalizar o PNAES e este reconhecimento pela instituição empregadora, neste caso o IFSUL, encontra consonância nas competências do Serviço Social no que se refere a Lei n. 8.662/1993, sobre “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; e realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. No entanto, sabe-se que o Serviço Social trabalha com interesses contraditórios e, nesse sentido, precisa estar vigilante para fortalecer o projeto profissional em que a questão social não pode ser enfrentada de forma moralizante e de responsabilidade individual. Seu enfrentamento deve se dar coletivamente (MATOS, 2015).

Ao conceber a Assistência Estudantil como uma política de caráter universal, AS08 afirma que ela é “*Uma política que perpassa todos os estudantes independente do critério de renda*”, a partir do entendimento de que é uma política que tem por finalidade oferecer a todos os estudantes as mesmas condições para o seu desenvolvimento acadêmico, visando seu bem-estar, qualidade de vida, fomento de seu senso crítico por meio da participação das instâncias políticas institucionais, para que o

conhecimento apreendido reverta em prol da sociedade; e mais, para que estabeleçam relações recíprocas de respeito às diferenças em suas mais diversas ordens, viabilizando o avanço de sua aprendizagem de forma plena (SOUZA, 2017).

Assim, encontramos, no Art. 4º da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, que a Assistência estudantil possui um amplo escopo de atenção, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, incluindo, desde Ações de Caráter Universal, até Programas de Benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar. Sobre a concepção de Ações de Caráter Universal, entende-se que são ações oferecidas: “§ 1º [...] pelas equipes multiprofissionais das Coordenações de Assistência Estudantil do campus, contemplem em seu público a todos os estudantes regularmente matriculados no IFRS, sem quaisquer distinções”. No entanto, a profissional desconsidera as ações de caráter seletivo, como os auxílios financeiros que são ofertados de acordo com o critério socioeconômico.

A assistência estudantil também é concebida a partir do seu espaço institucional, confundindo a política com o serviço, tal como mencionado AS10 – S06, que entende ser a assistência estudantil um *“espaço político e crítico que busca tensionar o pensamento crítico dos demais servidores acerca das diferentes oportunidades que a sociedade oferece aos diferentes sujeitos de diferentes origens, com o objetivo de estimular uma educação mais inclusiva que trabalhe focando nas potencialidades dos sujeitos e não nas suas dificuldades”* e AS13 que menciona ser a assistência estudantil *“um local de apoio e acompanhamento ao estudante em risco social ou qualquer estudante que necessite de um atendimento”*. AS01 faz referência a *“Um espaço onde é possível desenvolver ações de apoio aos estudantes em suas inúmeras necessidades, buscando mediar seu acesso aos seus direitos enquanto estudantes e enquanto sujeitos no seu processo de aprendizagem”*, porém compreende que a assistência estudantil está implementada como política:

A assistência estudantil ela é um suporte, principalmente para os estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica, os estudantes que recebem o auxílio, realmente aqueles que mais precisam, eles se sentem, parece que mais gente até por poder consumir um pouco mais. Entra um pouco daquela visão capitalista, que o capitalismo prega que para você ser alguém tu tens que ter um bom celular, um bom tênis. Esse estudante, no momento que ele consegue consumir, ele entra dentro do mundo capitalista e sente um pouco mais igual que os demais, fazer parte do grupo. Em outras situações até condições de ir para casa visitar a família, porque no nosso campus, naquelas

pesquisas que a gente faz, a maioria dos nossos estudantes tão dentro daquela situação de renda per capita menor que 1,5, de vulnerabilidade, e outros de extrema vulnerabilidade[...] a assistência estudantil é importante, embora sendo vista às vezes como caridade. Quando você analisa e você vê todo esse trabalho aqui e você consegue ver a história daquele estudante, a situação socioeconômica, toda a história, todo o complexo dele, você vê o quanto é importante aquele R\$150, que daqui a pouco parece que é só uma caridade e não é, faz a diferença. AS01

Nos sites institucionais, encontram-se as seguintes definições de Assistência Estudantil: para o IFRS a Assistência Estudantil está vinculada às atividades da Pró-reitoria de Ensino, com a consolidação da Política de Assistência Estudantil que, entre os principais objetivos, procura minimizar as desigualdades sociais e ampliar a democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no Ensino Público Federal (IFRS, 2019).

Para o IFFAR, o desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil é realizado em cada campus, que possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), a qual, juntamente com uma equipe multidisciplinar articulada com os demais setores da instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, à permanência, ao êxito e à participação dos estudantes no espaço escolar. As finalidades, diretrizes e normatizações da Assistência Estudantil do IF Farroupilha estão previstas em documentos específicos, elaborados pelas CAEs, Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil, Pró-reitoras e seus respectivos Comitês Assesores, aprovados pelo Conselho Superior (IFFAR, 2019).

No site institucional do IFSUL encontra-se um material com perguntas e respostas sobre o que é a Política de Assistência Estudantil (PAE), cuja definição é: um Programa Institucional que busca contribuir com o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, através da implementação de ações assistenciais. Todas estas ações são implementadas na perspectiva da equidade, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (IFSUL, 2019).

A assistência estudantil, como uma dimensão estratégica de ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência na educação, não esgota o potencial e o alcance do trabalho profissional dos assistentes sociais (CFESS, 2013). Quando se fala em permanência dos estudantes, a Assistência Estudantil visa promover ações que impeçam os altos fluxos de repetência e evasão, de acordo com AS14-S08:

A assistência estudantil como proposta de acesso, permanência e êxito foi

pensada num primeiro momento como proposta dos movimentos progressistas na luta por direitos sociais e educacionais, assim a integralidade das ações entre os diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais de saúde e professores), devem ser trabalhadas de forma interdisciplinar para uma maior efetividade no acompanhamento biopsicossocial pedagógico.

Na concepção de AS12, a Assistência Estudantil “*Possibilita condições para a permanência e o êxito do estudante*”, no entanto nem sempre consegue, tendo em vista o perfil de estudante dos Institutos, que, segundo Fernandes (2018, p. 152), compõe uma série de desigualdade sociais, apontadas pela autora como:

[...] ausência ou precários acesso aos serviços básicos para tratamento de saúde e/ou medicamentos, violência doméstica familiar, diferentes formas de violação de direitos, uso abusivo de drogas lícitas e/ou ilícitas, desemprego/subemprego estrutural, vitimização de estudantes pelo machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, racismo, transfobia etc. – dentro ou fora do espaço educacional –, falta de acesso à justiça gratuita, baixo desempenho educacional, conflitos relacionais docente-discente e/ou discente-discente etc.,

Destaca-se neste espaço como um dos principais desafios profissional dos AS nos Institutos assegurar as condições de permanência dos estudantes na educação, tomando-as como expressões das desigualdades que atravessam a política educacional e que, em última instância, expressam as desigualdades sociais que esta política contribui para reproduzir. Percebe-se que, no espaço dos Institutos, o trabalho está voltado para “*a promoção, acesso, êxito e permanência dos estudantes na sua integralidade*”, conforme relata AS14-S08. Nesse sentido, é igualmente importante o desafio de reconhecimento dos diferentes sujeitos coletivos e dos processos de luta para tecer articulações profissionais com os mesmos, a exemplo, do movimento estudantil e dos espaços de representação da categoria profissional, como os Grupos de Trabalho que foram criados com a finalidade de discutir e problematizar temas importantes nas áreas correlatas ao exercício profissional do/a assistente social. Esses espaços organizativos possibilitam que os profissionais socializem experiências, elaborem proposições coletivas para qualificar as políticas públicas e serviços, e demandem ações ao conjunto CFESS/CRESS. Partindo dessa concepção, a política de assistência estudantil é pensada no seguinte sentido:

Deve viabilizar e contribuir para os processos de inclusão, democratização do ensino, redução das desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e afetivas dentro das instituições. Por meio de suas ações pode

contribuir para o desenvolvimento de relações mais justas e equânimes, contribuindo assim para a permanência e conclusão da trajetória escolar.
AS03 – S02

Sobre as concepções de Assistência Estudantil que têm orientado o trabalho profissional, nos Institutos, os sujeitos apontaram como desafio pensar a Assistência Estudantil para além dos auxílios financeiros, conforme segue:

Que seja uma parte, não o todo de uma instituição, que busque o acesso, a permanência e o êxito de um público que está fora do padrão elitizado dos espaços formais de educação. A Assistência Estudantil é ensino, é pesquisa, é extensão. Está para além das bolsas de auxílio financeiro, pois tem com estudantes e comunidade seu espaço privilegiado de atuação. Podendo ir além de um órgão trefista e executor de orçamento, podendo ser a engrenagem para um projeto de sociedade que de fato pensa e planeja a educação para todos e todas, para as minorias, para a classe trabalhadora.
AS09 – S05

Tudo que engloba a questão da assistência estudantil, os alunos eles dão esse retorno se não tivesse o auxílio não iam conseguir estar se deslocando até o IFF das suas casas. Isso é importante para o nosso trabalho, mas eu vejo que a gente pode fazer muito mais. A nossa formação enquanto assistente social, eu acho que dentre as formações que trabalham com esse lado mais humano, eu acho que ela é uma formação muito completa, muito complexa para a gente simplesmente ficar só fazendo o auxílio. AS02-S01

Quando a gente foi convocada para o Instituto Federal Farroupilha a gente veio para gerir os recursos da política de assistência estudantil. Porque na verdade teria que ter um assistente social, quando tem transferência de renda tem que ser feita através da análise de renda, da análise socioeconômica do assistente social, foi por isso que a gente veio. A gente começou a pensar na política numa forma mais ampla. Além dos auxílios, que mais que daria para ser feito? Daí entrou toda a parte de cultura, de esporte, de lazer. Daí se começou a pensar o que o assistente social poderia fazer além dos auxílios.
AS04-S03

Por isso, cabe destacar para além da concessão de auxílios, outras ações que podem ser realizadas, tais como desenvolvimento de projetos de intervenção junto à comunidade acadêmica e comunidade externa aos campi, projetos de ensino, pesquisa e extensão; e no âmbito da formação constituir campos de estágio em Serviço Social mediante a supervisão de estágio.

O projeto de ensino esse que eu coordenava [...] ele é um grupo com os alunos, um grupo aberto aos diferentes estudantes, de diferentes modalidades de ensino, que tem a finalidade de ser um espaço de escuta aos estudantes, em especial na questão da saúde mental e aí os desafios que tem a vida acadêmica. É livre assim, eles podem trazer para nós debater o assunto que eles quiserem, mas o norte é essa questão da prevenção na saúde mental. É uma outra forma de intervenção no espaço coletivo, que eu avaliei que contribuía muito mais para eles, muito mais efetivo o atendimento dessa forma em grupo pela socialização, pelo contato e pela troca de vivências com

outros estudantes, de outros cursos, a ideia era essa troca de experiências e aí atendimentos mais específicos eu encaminho para a rede de atendimento. O projeto de extensão surgiu a partir desse projeto de ensino. Naquele momento tinha um edital aberto, tinha um recurso disponível de extensão e aí então a gente escreveu um projeto para este edital. Foram agregados outros estudantes, outros técnicos administrativos e professores. Foi um projeto de uma amostra cultural. Era para ser uma amostra de talentos, no fim ficou bem maior do que a gente esperava. A gente até publicou um livro do relato da experiência e das obras que eles realizaram. Tinha alunos que faziam teatro, os que também tinham uma banda de um outro projeto de um outro professor também se apresentou. AS03-S02

[...] consegui desenvolver alguns projetos aqui dentro que eu tinha adormecido, mas que hoje estou voltando com eles, que é o projeto de teatro, tem um projeto de drogas com a Cruz Azul, tem um projeto com uma psicóloga que vem de fora, a gente trabalha inteligência emocional, que são coisas que a gente faz além do trabalho burocrático em si, dos auxílios. AS04-S03

Em um universo de múltiplas possibilidades, as ações relacionadas às análises socioeconômicas se destacam em razão da própria característica da assistência estudantil, constituindo-se uma exigência posta pelas instituições e também pelo público de estudantes. Nesse sentido, destaca-se a fala de AS05:

Quando eu vim para cá eu fui aprendendo e com o desenvolvimento da instituição, depois que você domina alguns desses processos de trabalho, como os auxílios, daí tu fica pensando o que que eu poderia fazer mais? Eu me voltei aos documentos institucionais e daí a gente vê que toda política da assistência estudantil é a própria criação dos institutos federais. Eles também são muito no viés da nossa formação. O que eu amo e adoro fazer é trabalhar com o movimento estudantil, a parte de direitos, a parte de orçamento, transparência pública, [...] eu sempre digo para os colegas, não é nada mais que a nossa obrigação enquanto profissionais, enquanto assistência estudantil. Mas o serviço social ele é o que ele dá aquela cutucadinha sabe? Que ele vai mediar, ele vai lembrar que nós precisamos chamar os alunos, trazer eles para esses espaços de participação. Os espaços, institucionalmente eles tão lá, eles tão nos documentos, eles existem, toda a instância da instituição, mais muitas vezes com o dia a dia, com a tua rotina de trabalho, do próprio setor a gente vai esquecendo isso. AS05

Esta dinâmica de configuração do trabalho impõe aos assistentes sociais a busca da compreensão do trabalho numa perspectiva de totalidade, compreendendo na dinâmica contraditória dos processos societários de luta, as particularidades da Política de Educação, não reduzindo a dimensão de sua inserção e trabalho profissional aos procedimentos técnicos e operacionais que manuseia no cotidiano institucional (CFESS, 2012, p. 40), conforme verbalização de AS05:

Hoje a gente tem uma aproximação muito forte com o movimento estudantil. Nós temos uma aluna que participou no CONSUP comigo. A gente fez um

projeto de gestão participativa aqui em 2017. O nosso aluno que está no CONSUP também é responsável pelo diretório acadêmico de arquitetura e se inscreveu no RENOVA BRASIL [...] ele agora vai para a seleção, são milhares de pessoas no Brasil que se inscreveram, tem que fazer um vídeo depois, a gente já está vendo para ajudar ele a fazer um vídeo. Se eu fosse trabalhar só com a parte dos auxílios eu te digo que para mim é maçante, é muito documento, tem duas caixas de documento ali. É importante para os alunos, a gente vê necessidade, mas eu gosto mesmo são das entrevistas, das visitas domiciliares. Esse processo se encerra (dos auxílios). Essa parte de mobilização com os estudantes, de discutir com eles, de fazer grupos, de trabalhar orçamento público, nesses espaços elas acontecem naturalmente, elas estão lá, o que faltaria é nós colocar no papel algumas questões, desenvolver como uma proposta de trabalho, um plano de ação, um projeto de ensino. AS05

Percebe-se nos depoimentos que, nos Institutos, os profissionais buscam, para além das aparências e dos dados imediatos, tornar claro junto aos estudantes as reais implicações de suas demandas, bem como os meios e condições de ter acesso aos direitos. De acordo com os “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, os profissionais trabalham com diferentes dimensões: 1. Abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação; 2. Intervenção coletiva junto aos movimentos sociais (movimento estudantil, conselhos de direitos das políticas públicas); 3. Investigativa; 4. De controle social e construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras nas conferências e conselhos desta política e de outras; 5. Pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social; 6. Gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços. Também é destacada nos depoimentos a participação:

[...] Na Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE. Avaliação socioeconômica; análise de renda; atendimento individual e coletivo; acompanhamento de estudantes; trabalho de encaminhamento para a rede intersetorial de políticas públicas; realização de visitas domiciliares; participação de atividades institucionais e externas, tendo como objetivo a divulgação do trabalho realizado pela CAE e na sua contribuição para a permanência e êxito escolar dos estudantes; participação em projetos de ensino e extensão; dentre outras. AS06 – S04

[...] na realização de análises socioeconômicas, atendimento e orientação a estudantes, familiares e comunidade externa. Monitoramento do recurso da AE do Campus e acompanhamento das condicionalidades para recebimento de Auxílios. Mediação nos conselhos de classe e em todos os espaços institucionais para a garantia dos direitos dos/das estudantes. Acolhimentos de estudantes, familiares e comunidade externa, a análise econômica para ingresso pelo sistema de cotas de renda inferior/cotas sociais, entre outras atividades em núcleos, comissões e grupos de trabalhos. Grupos de trabalho;

participação em comissões e núcleos e projetos de ensino, pesquisa e extensão. AS09 – S05

Nessa direção, o trabalho dos assistentes sociais também pode estar vinculado a outras políticas dentro do Instituto, como na situação relatada por AS13 que não trabalha vinculada diretamente ao setor de assistência estudantil, desenvolvendo suas atividades de trabalho no Departamento de Educação Inclusiva, por exemplo. Observa-se que tanto no trabalho desenvolvido nos campi, como no das Reitorias, o assistente social irá trabalhar com a dimensão político-pedagógica, como se observa nas falas abaixo:

[...] a garantia dos direitos sociais aos estudantes e familiares, assessorar a instituição no cumprimento dos direitos na instituição de ensino, planejar, implementar, monitorar e avaliar programas governamentais que viabilizem serviços sociais aos estudantes, assessorar equipes multidisciplinares na Reitoria e nos campi. Assessorar gestores nas decisões que impliquem viabilização de direitos sociais, assessorar equipes multidisciplinares, viabilizar capacitação permanente; formular normativas institucionais para a implementação de programas de socioassistenciais e educacionais. Atuar interdisciplinarmente, politicamente, fomentar a formação política e a organização estudantil, emitir laudo social e estudo social ou multidisciplinar quando necessário. Realizar pesquisas em âmbito institucional/sistêmico, realizar denúncias, quando necessário, dentre outras, de acordo com o momento político do país, a realidade institucional e regional e as condições de trabalho do assistente social, de acordo com a Lei de Regulamentação da profissão, com o Código de Ética e com as demais normativas que fazem parte do cotidiano do Serviço Social, conforme a necessidade. AS11-S07

[...] em comissões específicas que não necessariamente são vinculadas à Coordenação de assistência estudantil, como Comissão de ingresso discente, Comissão de formatura, Conselho do Campus, ainda dentro da Coordenação de Assistência estudantil: [...] membro dos colegiados de Curso e Conselhos de Classe entre outras. Atender individualmente estudantes e suas famílias em questões sociais decorrentes das desigualdades sociais. Encaminhamento para a rede de serviços municipais e regionais. Esclarecimentos sobre direitos e deveres. Acompanhamento pedagógico no sentido de dar visibilidade para os demais profissionais da instituição da realidade vivenciada pelo/a estudante e sua família no intuito de buscar formas mais inclusivas de educação, com uma visão não compartimentada deste estudante, para que o ensino consiga estimular as potencialidades do mesmo. Realização de estudos socioeconômicos para acesso por reserva de vagas bem como para a concessão de auxílio estudantil financeiro. Todas as ações são voltadas para um resultado que é a contribuição para a emancipação dos sujeitos através da educação, para isso o grande objetivo é a colaboração nos processos de acesso e permanência escolar/acadêmica. AS10-S06

Os profissionais apontam como as principais mediações possíveis do trabalho do assistente social neste espaço sócioocupacional:

[...] referem-se ao acesso aos auxílios da Assistência Estudantil, moradia estudantil e auxílios financeiros, pois há sempre uma grande demanda em relação a disponibilidade desses auxílios. Ações de acolhimento a inúmeras situações vivenciadas pelos estudantes tanto no espaço escolar com em suas casas ou famílias e que afetam sua vida acadêmica como todo, implica na convivência em grupo, no processo de aprendizagem, rendimento em sala de aula. A resolução de conflitos em sala de aula com o trabalho interdisciplinar, atendimento e acompanhamento de estudantes em processo de inclusão, trabalho interdisciplinar de atendimento e acompanhamento a estudantes em situação de infrequência[...]AS01

[...] é ter essa visão mais ampla, que englobe o mercado de trabalho, como esses estudantes vão se inserir nesse mercado de trabalho. Trazer a família para dentro da instituição e ter essa percepção mais ampla que é uma questão que os professores não têm. [...] se o estudante rodou, se o estudante está com baixa frequência, ele vai rodar, ele vai perder o benefício, mas não se sabe porque que ele rodou, porque que ele está faltando. E aí que nós podemos atuar nesse campo que ainda está para ser desbravado, não foi incorporado ainda. AS07

[...] através do caráter político e educativo da profissão em conformidade com o Código de Ética e o projeto ético-político, intervir junto aos alunos, a partir de suas realidades e necessidades, processos sociais de autonomia e emancipação humana a partir do pensamento crítico. AS02 – S01

Nesse sentido, AS06-S04 apontou as seguintes mediações possíveis: 1) Aproximar o IF da classe trabalhadora, principalmente daqueles em condições socioeconômica mais vulneráveis; 2) Aproximar o IF da rede intersetorial de políticas públicas, local ou regional, de modo a socializar os serviços oferecidos pela instituição; 3) Interpretar e traduzir para o corpo docente do IF o perfil de aluno ingressante na instituição, bem como suas particularidades sociais, econômicas, culturais, dentre outras; 4) Socializar junto a equipe de trabalho e demais colegas docentes, técnico-administrativos em educação e discentes sobre a materialidade do exercício profissional do/a assistente social no IF e suas especificidades de atuação, as quais se concretizam para além da operacionalização dos auxílios estudantis; 5)Trabalhar com a comunidade escolar de uma forma geral, o contexto contraditório da política de educação, da crise do capital na perspectiva neoliberal e dos seus rebatimentos na política pública e nas instituições federais de educação.

Como sinalizado por AS02-S01, AS07 e AS06-S04, é neste contexto que ganha visibilidade a ampliação da requisição de assistentes sociais nos Institutos, para operarem diretamente com as políticas, programas e projetos no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas. Essa dimensão particulariza tanto a inserção, quanto o trabalho dos assistentes sociais que necessitarão mobilizar para além dos procedimentos técnico-instrumentais, processos de articulação com as lutas sociais pela

ampliação das condições de permanência dos estudantes em seus diferentes momentos de formação. Assim, um dos desafios para a profissão apontados pelos assistentes sociais foi superar o trabalho vinculado à execução dos auxílios financeiros, expresso na seguinte reflexão:

Se acabar o recurso? Como que nós vamos justificar a nossa atuação dentro da educação? Não é uma reflexão tão presente na categoria profissional, mas que tem urgência para ser feita essa reflexão. Para além do PNAES, como que a gente pode se inserir nas questões de ensino e extensão? Eu acho que é uma coisa, que precisa ser consolidada[...]O assistente social foi chamado, nesse campo de trabalho em razão do programa, focalizando no estudo sócioeconômico. Todo momento na instituição tu tem que está dizendo a que tu veio. Tu tens que está informando que é a tua profissão, como que tu trabalhas, quais são as tuas metodologias, quais são as técnicas que tu utilizas. E muitas vezes, os professores e colegas de outros segmentos, entendem que podem dar uma opinião sobre o teu trabalho. As outras pessoas não conheciam a profissão. Tem coisas que é do psicólogo, do pedagogo, mas essa questão de informar sobre direitos, de atender priorizar os estudantes em situação de vulnerabilidade e não deixar virar chacota, de ter que está justificando a todo o momento, porque que o estudante vem com tênis, assim, e está ganhando assistência estudantil. E aí dizer olha questão de vulnerabilidade não se manifesta só nisso, só na aparência e na renda da pessoa, tem outras tantas coisas que interessam e que influenciam. Se não fosse pelo programa provavelmente nós não estaríamos na instituição, mesmo sabendo de toda a contribuição que a profissão tem dentro da política de educação. AS07

O trabalho do assistente social tem uma dimensão que é pedagógica, inscrito em processos contraditórios de organização e reorganização da cultura, onde “[...] as relações pedagógicas fazem parte do nexos orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, mediante o qual são articulados os interesses econômicos, políticos e ideológicos [...]”(ABREU,2004, p. 45) Nessa direção, coloca-se a necessidade de um trabalho voltado para a preservação e ampliação dos direitos conquistados e da crescente democratização das políticas públicas (IAMAMOTO, 2008), tendo em vista que, sob à ótica do capital,

[...] coloca-se a necessidade de manutenção de sua hegemonia a qualquer custo, alicerçada numa concepção de mundo mistificada/mistificadora da realidade, tendendo a ocultar as desigualdades e antagonismos de classes, na tentativa de dissimular a realidade, mas sobretudo, esta necessidade se manifesta em decorrência das ameaças ao sistema, colocadas pelas constantes crises econômicas (ABREU, 2004, p. 45).

Portanto, destacou-se a necessidade de qualificar no trabalho profissional a dupla dimensão presente no trabalho do assistente social, por um lado, a contribuição na

reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais previstos nas políticas públicas; por isso necessita do reconhecimento que a dimensão educativa perpassa o que os entrevistados caracterizam como processos burocráticos. Fernandes (2018) identifica que as concepções instrumentais, pragmáticas e focalistas que regem as seleções das Políticas Estudantis e Afirmativa, como a Política de Assistência Estudantil e de Ingresso por Cotas, são expressões da própria política educacional, que não disponibiliza recursos suficientes para empreender programas de permanência estudantil de forma universal. Por outro lado, é possível incidir na cultura das classes subalternas, nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, por meio da dimensão educativa que dispõem de uma dimensão coletiva na construção de uma contra-hegemonia, nos termos gramscianos. Garantindo, assim, a concretude de projeto societário que crie um patamar mínimo de unidade para contribuir na construção coletiva de um projeto para o país (IAMAMOTO, 2017).

Sobre os desafios, penso que a cada dia, a cada situação que se apresenta, os desafios são uma constante, pois as situações são sempre únicas e por isso complexas. Para além desse trabalho cotidiano, ainda há o desafio institucional a nível de campus pela resistência deste em ter em seu quadro de servidores um profissional do Serviço Social. Embora já tenha sido amenizada pela prática do trabalho desse profissional, ainda se percebe em alguns espaços (ou entre alguns servidores) essa resistência ou entendimento da não necessidade da presença do profissional da nossa área. Outro desafio importante fica por conta do acúmulo de trabalho no primeiro semestre do ano (processo dos auxílios e moradia estudantil) que dificulta a presença do AS em espaços e situações importantes que envolvem a os estudantes. Percebe-se que essa ausência do profissional também contribui para o seu não reconhecimento nesses espaços. São espaços a serem conquistados e penso depender da organização do trabalho pelo próprio profissional, em priorizar ou organizar seu trabalho a fim de contemplar mais espaços e ações. Sair um pouco daquilo que lhe foi posto como principal ação, os auxílios. AS01

Outro limite apontado pelos profissionais foi o reconhecimento da identidade profissional. O depoimento a seguir demonstra que o assistente social precisa se afirmar como trabalhador de conhecimentos específicos no âmbito da educação. Nas palavras de Netto (2008), os profissionais buscam uma autoimagem da profissão, buscando traçar estratégias de materialização dos princípios veiculados no Projeto Ético-Político.

Acho que um dos limites é isso, a instituição não sabe o que que é a nossa profissão e aí quando sabe parece que a gente é colocada num patamar abaixo das outras. Em alguns momentos eu precisei dizer que eu estudei quatro anos e meio, eu tenho uma pós, eu tenho um mestrado, eu também estudei. Em algumas reuniões eu precise me colocar dessa maneira. Vejo que uns dos

limites é isso sim, diariamente a gente tem que está se colocando. Somos um profissional que não só executa, mas que pensa também, nós enquanto assistente social a gente tem que está pressionando, tem que está na gestão da assistência estudantil, no planejamento, tem que está pensando essas coisas. Só de tu estar nesses espaços é cansativo, mas é importante. Nesses espaços tu vai se colocando aos poucos, as pessoas vão sabendo, a direção de ensino, a direção geral, a própria coordenação da CAE, os colegas vão sabendo o que que é um assistente social, o que o assistente social pode fazer, o que que a graduação de serviço social. Eu já escutei que era assistencialista porque em algumas reuniões eu dizia que eu achava que o auxílio não podia diminuir, o número de bolsas. Isso é garantir um direito. Depois em outra reunião, de outra maneira eu dei uma resposta que eu não sou assistencialista. É cansativo, mas a gente precisa estar nesses espaços. AS02-S01

Parece que as pessoas elas querem qualquer encaminhamento para assistente social e para psicóloga e daí resolveu. Não, a gente não tem uma fórmula mágica, que como bate na cabeça da pessoa ela volta para a sala sem nenhum problema, nós temos questões estruturais na sociedade. Que não são simples de resolver e muitas vezes são impossíveis porque a educação não tem como resolver uma questão de desemprego, situação de saúde. AS05

No espaço dos Institutos, assim como em outros espaços ocupacionais, o assistente social conta com uma relativa autonomia para perfilar o seu trabalho. Nesse espaço, os dilemas da alienação, indissociáveis do trabalho assalariado, também incidem sobre o trabalho do assistente social, que se vê mediado por normas, rotinas, objetivos, princípios e diretrizes institucionais e relacionais que, de algum modo, exercem influência ou imprimem direção às ações e à condição de realização deste trabalho. O Serviço Social, que não tem meios necessários para empreender seu trabalho, no âmbito do Estado, passa a incidir sobre o seu trabalho a estrutura burocrático-administrativa das instituições atribuindo uma característica de *servidor público* a esse profissional (IAMAMOTO, 2008, FERNANDES, 2018).

Quando eu cheguei no campus me colocaram dentro da coordenação de registros acadêmicos, no setor das matrículas. Eu não tinha nada a ver com aquilo, a leitura que se tinha do assistente social, do trabalho era muito equivocada, num papel administrativo burocrático. Num primeiro momento eu fiquei num local, com uma equipe que não era a qual eu deveria fazer parte, um ano depois eu consegui trocar de sala, para ficar junto com as pedagogas e um estagiário de psicologia. Depois é que a gente passou a ser uma equipe de assistência estudantil. Quando eu cheguei o pessoal não sabia muito bem o que fazia o assistente social [...] a questão da avaliação econômica das matrículas das cotas, era um stress na minha vida, porque eu não podia tirar férias, nem no período de férias, nem o período de aula, era um processo extremamente desgastante, nossa era terrível, então isso eu consegui me desvincular assim, mas foi, foi bastante trabalhoso. AS03-S02

A gente não tem mais autonomia, porque não sei se em todos os campus, mas a gente tem uma estrutura muito fechada de gestão vamos supor, a gente não

tem um coordenador do Serviço Social. Tem o diretor geral, o diretor de ensino, o coordenador de ensino e o nosso coordenador (Assistência Estudantil). Então tem que passar por todas essas instâncias para a gente conseguir aprovação de alguma coisa, tudo é muito burocrático e às vezes se torna muito trabalhoso, acaba dificultando o trabalho, ou até mesmo fazendo a gente perder a vontade de desenvolver o trabalho. Eu não consigo me acomodar, mas muitas vezes já tive vontade de fazer isso, por causa dessa questão burocrática em si sabe, que é tudo muito, muito dificultoso. AS04-S03

O Serviço Social dispõe de estatutos legais e éticos que atribuem uma autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa à condução do exercício profissional, ao mesmo tempo em que esse trabalho se realiza mediante um contrato, neste caso com o Estado (IAMAMOTO, 2004).

Me parece que nossa autonomia profissional está cada vez mais atrelada aos processos institucionais de execução orçamentária. Por vezes, para além da consciência de sermos técnicas administrativas, a alta carga burocrática acaba engessando ou tornando distante o que nos particulariza nos Institutos Federais/Política de educação. Os embates com chefias também por vezes é um limitante de nosso trabalho. Contudo, uma possibilidade é estar sendo sempre vigilante quanto ao compromisso ético e político em materializar o que nos constitui, procurando estar em permanente formação e ligada às pautas de luta da categoria profissional. AS09-S05

O trabalho dos assistentes sociais adquire uma dimensão política estratégica no processo de luta pela qualidade da educação, visto que, na condição de sujeito coletivo, já vem atuando no reconhecimento dessa política como integrante da seguridade social, ampliando o alcance do campo da proteção social no país (CFESS, 2013). Nessa direção, a dimensão político-pedagógica do trabalho dos assistentes sociais nos IFs para AS12 irá “possibilitar que os usuários se reconheçam como sujeitos de direitos, influenciando na sua forma de pensar e agir. Traz aos envolvidos uma nova forma de pensar sobre determinado assunto, possibilita esclarecimentos e reconhecimento de direitos”, essa dimensão irá se constituir e se expressar, “no atendimento aos estudantes e suas famílias, esclarecendo que os auxílios não são ajuda, ou favor, mas sim um direito a educação para permanecerem e concluírem seus estudos, possibilitando a transformação social”.

Destacou-se, nesta pesquisa, a dimensão político-pedagógica a partir do campo de estágio, compreendendo que esta dimensão se constitui e se expressa no cotidiano de trabalho profissional e irá reverberar no processo de supervisão direta de estágio. Desse modo, tanto a Lei de Regulamentação da Profissão, quanto o Código de Ética são os

instrumentos legais que, para além do papel jurídico, assumem uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e, principalmente, firmam a aliança com a classe trabalhadora, na qual estão inseridos os estudantes dos Institutos e suas famílias.

3. A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Para ancorar a discussão sobre a “dimensão político-pedagógica”, buscou-se as contribuições das autoras Abreu (2008; 2004), Iamamoto (2008), Mota (2014) e Nascimento e Arcoverde (2012) e Freire (1998) pautado pela leitura do trabalho profissional como uma dimensão da práxis. As considerações realizadas buscaram identificar as particularidades do trabalho profissional, ressaltando suas contribuições no processo de ensino-aprendizagem proporcionado pela supervisão direta de estágio. Para isso, entende-se que a dimensão político-pedagógica da profissão se expressa na construção de práticas educativas estratégicas de caráter político, que desafiam o Assistente Social a procurar respostas ao enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional numa perspectiva emancipadora (ABREU, 2004; NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012).

Abreu (2008), com base em Gramsci, destaca a função pedagógica do assistente social mediada pelas políticas públicas e pelos processos organizativos e lutas das classes subalternas⁷. Em Gramsci (apud IAMAMOTO, 2008. p. 317), “cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, não se reduzindo as relações pedagógicas às relações escolares, pois estas se dão na luta de classes pela hegemonia na sociedade (IAMAMOTO, 2008). A função pedagógica desempenhada pelo Serviço Social pressupõe “inscrever a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade”. (ABREU, 2008, p. 11).

Em seu estudo, Abreu (2008) apresenta os perfis pedagógicos do assistente social, destacando como campo de pesquisa à política de assistência social, em que a função pedagógica é

[...] determinada pelo vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos no processo da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e

⁷ Classes subalternas: categoria gramsciana que contempla “todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital no conjunto das relações de produção e das relações de poder: assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário (elementos dos setores produtivo e improdutivo); os que exercem atividade manual e os que exercem atividade não manual e intelectual. Incluem-se, ainda, os segmentos não incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial, inclusive o exército industrial de reserva, que é um segmento extremamente funcional ao capitalismo” (CARDOSO, 1995, p. 63 apud ABREU E CARDOSO). Glossário elaborado por ABREU & CARDOSO, Marina Maciel, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS- ABEPSS, 2009.

a sociedade civil no enfrentamento da questão social (ABREU, 2008, p. 17).

Na análise sobre “A tese da função pedagógica do assistente social”, realizada em Serviço Social em tempo de Capital Fetiche (2008), as ações pedagógicas são definidas como

[...] a ação material e ideológica do modo de vida, de sentir, pensar e agir das classes subalternas envolvidas nos espaços ocupacionais, interferindo na reprodução física e subjetiva dessas classes, ao mesmo tempo que rebatem na constituição do Serviço Social como profissão (IAMAMOTO, 2008, p. 317)

Abreu (2008) destaca três perfis pedagógicos relacionados às estratégias educativas da profissão nos diferentes marcos históricos: a pedagogia da ajuda, a pedagogia da participação e a pedagogia emancipatória.

Na pedagogia emancipatória encontra-se um projeto profissional identificado com os interesses das classes subalternas, em que

[...] a solidariedade e a colaboração intraclasses subalternas, bem como a mobilização, a capacitação e a organização das mesmas classes apresentam-se como elementos constitutivos de um novo princípio educativo[...] na medida em que condições históricas determinadas contribuem para subverter a maneira de pensar e de agir, isto é, a ordem intelectual e moral estabelecida pelo capital [...] (ABREU, 2008, p. 135)

Sobre essa perspectiva, Abreu e Cardoso (2009) sustentam a tese de que o Serviço Social, como profissão, inscreve-se na divisão sociotécnica do trabalho como uma atividade de cunho eminentemente educativo. As autoras destacam a construção de práticas educativas concretizadas no estabelecimento de vínculos e de compromissos, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda humanidade. Contrapondo-se à tendência histórica da profissão de vincular-se à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e de reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho.

Abreu (2004, p. 66) entende que a dimensão pedagógica do Serviço Social diz respeito:

[...] aos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de conduta individuais e coletivas, elementos esses constitutivos de

uma cultura, a qual, com base na análise gramsciana, diz respeito ao modo de vida, isto é, maneira de pensar e agir, sociabilidade, adequada a racionalização da produção e do trabalho, portanto, uma dimensão das relações de hegemonia na sociedade.

Ao vincular o trabalho do assistente social a um “projeto de classe revolucionário de vocação socialista”, Iamamoto (2008, p. 323) defende que essa argumentação remete ao reconhecimento do assistente social como um “intelectual orgânico”. Segundo Duriguetto (2014), em Gramsci, a dimensão intelectual está presente em todas as atividades profissionais: “[...] em qualquer trabalho físico [...] existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”. Mas o exercício da atividade intelectual tem um limite advindo da própria função, do próprio tipo de trabalho que é exercido. Assim,

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI apud DURIGUETTO, 2014, p. 284).

Considerando o ponto de vista dos interesses do capital, Abreu e Cardoso (2009, p. 689) avaliam que está posta “a necessidade de manutenção de sua hegemonia, a qualquer custo, alicerçada numa concepção de mundo mistificada/mistificadora da realidade, que tende a ocultar as desigualdades e os antagonismos de classes [...]”. Nesse ponto de vista, a cada crise econômica, o capital procura além de reestruturar-se e reconstituir-se materialmente, para garantir a recuperação e a contínua elevação das taxas médias de lucro às custas do aprofundamento dos processos de exploração e de dominação sobre o trabalho, necessita também recompor as bases político-culturais de sua hegemonia. Desse modo,

[...] reorganizar a cultura, para adequá-la às exigências do padrão de racionalização da produção e do trabalho, na perspectiva da unidade em torno dos interesses da acumulação capitalista. Visa, portanto, eliminar as resistências, o dissenso, na busca da adesão e do consentimento do trabalhador aos imperativos do desenvolvimento econômico (ABREU apud ABREU; CARDOSO, 2009).

Tendo em vista os distintos e contraditórios projetos societários e culturais na

sociedade brasileira, Abreu e Cardoso (2009, p. 5) entendem que a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais define-se a partir de estratégias educativas postas na luta de classes, são elas: a) as estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade; b) as estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital.

Sobre a função pedagógica do assistente social voltada à emancipação das classes subalternas, Iamamoto (2008) salienta que é necessário compreender o caráter contraditório da profissão e das possibilidades diferenciadas de autonomia nos vários espaços ocupacionais e a força dos interesses sociais distintos que neles se refratam, a efetivação de um projeto profissional depende

[...] da direção social e política impressa ao trabalho nos diferentes espaços ocupacionais, consoante os limites e possibilidades de um fazer profissional que, embora denso de conteúdo político, distingue-se da arena da militância política. Esta não se encontra necessariamente permeada pelos mesmos constrangimentos institucionais de um trabalho profissional, realizado mediante uma relação contratual com entidades estatais, empresariais, organizações filantrópicas e organismos privados não lucrativos (IAMAMOTO, 2008, p. 329-330).

Observa-se na produção acumulada nas últimas duas décadas e no crescimento da pós-graduação que a profissão se redimensionou num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente (IAMAMOTO, 2008). Na construção do projeto profissional merece destaque que

O projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo. Não está exclusivamente voltado para a obtenção da legitimidade e status da categoria na sociedade inclusiva e no mercado de trabalho em particular [...] ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético-político. [...] estabelece um norte, quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social. (IAMAMOTO, 2008, p. 227).

Iamamoto (2008) compreende, a partir de Gramsci, que a política no sentido amplo não se restringe ao Estado e nem à relação entre governado e governante, permitindo aos homens ultrapassarem os determinismos econômicos, incorporando-os e

transformando-os em meio de sua liberdade, a fim de criar uma “ *nova forma ético-política da vida em sociedade*”, ou ainda, pela articulação de iniciativas em um bloco majoritário, que, vinculado a uma classe nacional, aspira a hegemonia na sociedade e, portanto, dispõe de um “*projeto para a sociedade*”. Nesse contexto, a autora considera que os projetos profissionais são indissociáveis de projetos societários, impregnando o trabalho da “*grande política*” (IAMAMOTO, 2008, p. 227-228. Grifos da autora).

Nesse sentido, sobre a dimensão política do serviço social, entende-se que ela não se confunde com partido político,

[...] trata-se de uma categoria cravejada por diferenças sociais e ideológicas [...] é nesse sentido que se reclama a *autonomia do projeto profissional perante os partidos e governos*. Mas não se trata, também, de reduzi-lo à *pequena política* ou *contrapolítica* dos técnicos, que se pretende asséptica e neutra, mas afirma o instituído. Outrossim, sua efetivação implica a decisão de ultrapassar a *pequena política do dia-a-dia*, tal como se expressa na competência permitida e autorizada pelas organizações, restrita a prática manipulatória imediata e a recepção passiva das informações, que se traduz no empirismo, nas rotinas, no burocratismo, que frequentemente se repõem no trabalho profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 230. Grifos da autora).

Mota (2014) considera que a materialização da dimensão política ocorre no cotidiano de trabalho profissional e se constitui um dos principais desafios da formação, tendo em vista os novos espaços ocupacionais e competências profissionais, que revelam significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e no trabalho profissional. Essa tendência também é observada por Mota nas pesquisas no âmbito do Serviço Social, requerendo novas problematizações e aportes de conhecimentos que se reflitam no trabalho profissional, no ensino e nos campos de estágios. Espaços tradicionais como saúde, assistência social e previdência sofrem com o impacto da agenda neoliberal e com a reestruturação do Estado, atualizam as demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo do trabalho dos assistentes sociais. Na esfera da educação pública, por exemplo, as demandas se relacionam com a ampliação do nível de escolarização da população e com as políticas de discriminação positiva e as ações afirmativas em virtude da situação socioeconômica dos alunos. Na escola fundamental, essas demandas se vinculam ao trabalho socioeducativo e têm como objeto a violência, as discriminações de raça, gênero, sexo e etnia (MOTA, 2014).

No caso do ensino médio, técnico e superior, a exemplo da expansão da Rede Federal de ensino, com a chamada política de apoio ao estudante ou *política de*

assistência estudantil. O que fica evidente é a incorporação, pelas políticas públicas, de uma série de iniciativas que nascem das necessidades imediatas do modo de produção capitalista e que são transferidas para a esfera do Estado, como necessidades de toda a sociedade (MOTA, 2014). Nessa direção, as políticas públicas

[...] atualizam as necessidades do grande capital sob a aparência do atendimento às necessidades do trabalho e, tendencialmente, transformam-se em objetos de atuação que parecem deslocar-se das estruturas que as determinam. Obscurecem as determinações econômicas, políticas e ideoculturais sob o argumento de atenderem a necessidades reais que afetam as classes trabalhadoras no seu cotidiano de vida e trabalho (MOTA, 2014, p. 10).

Esse quadro de expansão do mercado de trabalho e de ampliação das demandas ao Serviço Social, descrito por Mota (2014), se evidencia nas mediações que os processos sociopolíticos vêm operando na realidade brasileira. Nesse contexto, para que seja possível o profissional exercer uma relativa autonomia intelectual em suas propostas de intervenção, faz-se necessário problematizar as manifestações cotidianas dessa realidade, bem como as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos e que se constituem em demandas às instituições e ao Serviço Social. Na cena contemporânea, Iamamoto (2008) afirma que as configurações assumidas pela questão social se apresentam sob inéditas condições históricas, uma potenciação dos determinantes de sua origem identificados por Marx. É importante referenciar que a gênese da questão social, na sociedade burguesa, deriva do caráter coletivo da produção, que é apropriado de forma privada à própria atividade humana, ao trabalho, às condições necessárias à sua realização e de seus frutos. A concepção de questão social

[...] condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008, p. 156).

No sentido de constituição dessa dimensão política do trabalho do assistente social, é necessário considerar que as condições e as relações sociais que permeiam o cotidiano de trabalho irão interferir em seu direcionamento, nas atribuições delegadas ao profissional, nos recursos autorizados, entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político. Assim, Iamamoto (2018, p. 424) verifica que ocorre

[...] uma *tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia profissional para perfilar o seu trabalho*. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, a consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (Grifos da autora).

Por isso, os dilemas da alienação, indissociáveis do trabalho assalariado incidem no trabalho do assistente social, mesmo que se apresentem de distintas formas nos vários espaços ocupacionais. Segundo Yamamoto (2008), ainda que as características do trabalho concreto exercido por esse profissional sejam as mesmas nos vários espaços ocupacionais, traduzidas por competências e atribuições profissionais, sujeitas à fiscalização dos Conselhos Profissionais e legalmente resguardadas, a organização dos processos de trabalho em que se inscrevem os assistentes sociais tem significados particulares.

O Estado tem sido historicamente o maior empregador dos assistentes sociais e um dos elementos que incide sobre o trabalho realizado neste âmbito é a burocracia. Yamamoto (2008), com base em Lefebvre (1979), entende que

O espírito da burocracia é o segredo de sua competência, guardada pela hierarquia, pelo caráter fechado da corporação burocrática. Inserida entre o Estado e a opinião pública, a burocracia propõe-se a impedir a profanação do Estado, tido como espírito supremo, coroa da cabeça burocrática. O princípio efetivo da burocracia é o *culto a autoridade*, que constitui a mentalidade burocrática por excelência, em contradição com o sistema de saber. A representação idealizada das altas esferas se materializa no reclamo a sordida obediência passiva aos mecanismos de atividade fixada em formas e rotinas (LEFEBVRE apud YAMAMOTO, 2008, p. 426).

Nesse sentido, o assistente social não está livre desta ação e necessita pensar em mecanismos passíveis de desburocratizar as relações com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços. Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do estado, por exemplo, merece atenção a socialização de informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social. Esta atividade não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e os recursos disponíveis, pois é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão (YAMAMOTO, 2008).

Portanto, esta ação pode ser caracterizada no âmbito da dimensão político-

pedagógica, uma vez que envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos. Especialmente na política de assistência estudantil, percebe-se que, por meio da socialização de informações, procura-se tornar transparente aos sujeitos/estudantes as reais implicações de suas demandas, para além das aparências e dos dados imediatos, assim como os meios e as condições de ter acesso aos seus direitos. Nesse sentido, essa atividade extrapola uma abordagem com foco exclusivamente individual, ainda que, por vezes, realizada junto a um único indivíduo, à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade (IAMAMOTO, 2008).

O entendimento de Abreu (2004) de que o Serviço Social como profissão de cunho educativo inscreve-se no campo das atividades que incidem na formação da cultura⁸ como um elemento constitutivo das relações de hegemonia, buscou-se compreender como a dimensão político-pedagógica se constitui e se expressa no trabalho do assistente social e na supervisão de campo. Compreendendo que essa dimensão é constitutiva da relação de unidade teoria e prática, compondo os processos pedagógicos no que se refere à formação profissional. O fundamento básico da dimensão pedagógica do trabalho do assistente social, profissional inscrito em processos contraditórios de organização e reorganização da cultura, apontado por Abreu (2004), encontra-se na teoria de Gramsci de que “toda relação de hegemonia é eminente pedagógica”, e que a vinculação das relações pedagógicas à luta pela hegemonia na sociedade é elemento estratégico na base dos processos formadores de cultura. Segundo Abreu (2004), em Gramsci, a hegemonia refere-se não apenas a função de domínio, mas de direção intelectual e moral que uma classe ou frações dela imprime ao conjunto da sociedade, mediante processos coercitivos e persuasivos, em que a ideologia como concepção de mundo é elemento central. Nessa concepção,

[...] a construção intelectual e moral materializa-se em cultura, na medida em que ocorre a transformação de ideologias em ações vitais, mediante formação de subjetividades e normas de conduta individual e coletiva – entendidas como componentes moleculares da cultura. Assim, na luta pela hegemonia, distinguem-se processos contraditórios de organização/reorganização da cultura em permanente confronto (ABREU, 2004, p. 45).

⁸ Cultura: concepção de cultura Gramsci, na relação estrutura e superestrutura, a partir da sua análise sobre o americanismo e fordismo, quando considera que “os métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. (GRAMSCI, 2001, p. 266, apud ABREU E CARDOSO). Glossário elaborado por ABREU & CARDOSO, Marina Maciel, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS- ABEPSS, 2009.

A cada crise, o capital procura recompor as bases político-culturais de sua hegemonia, reorganizando a cultura para adequá-la às alterações do padrão de racionalização da produção e do trabalho, tendo em vista a unidade em torno dos interesses da cumulação capitalista (ABREU, 2004). Busca eliminar as resistências, o dissenso, na busca da adesão e do consentimento do trabalhador às exigências e aos imperativos do desenvolvimento econômico. Em contraposição a esse processo, desenvolve-se a luta da classe trabalhadora pela constituição da hegemonia, considerada por Gramsci estratégia revolucionária para a superação da ordem do capital. A partir deste entendimento, a autora entende que a função pedagógica do trabalho profissional, na sociedade capitalista, está vinculada aos processos político-culturais na luta pela hegemonia e se objetiva a partir de estratégias educativas. Estas são identificadas como propostas subalternizantes, envolvendo “a pedagogia da ajuda” e da “participação” e propostas de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas.

Nesse contexto de retomada do mercado como instância mediadora da vida social e intensificação do Estado mínimo para os gastos sociais, que orienta a reforma do Estado para o mercado, as alterações na função pedagógica do trabalho do assistente social na organização e reorganização da cultura refletem as demandas contraditórias do processo de estabelecimento de novas relações sociais. No contexto da atual reestruturação capitalista, coloca-se a necessidade de instauração de um “novo conformismo” (ABREU, 2004, p. 60).

Os processos contraditórios da luta pela hegemonia na sociedade brasileira incidem sobre o trabalho dos assistentes sociais, inflexionando sua função pedagógica, cujas alterações refletem, fundamentalmente, nas mediações estabelecidas entre o modo peculiar como as atuais transformações se processam no mencionado contexto, a quais reconfiguram as expressões da questão social, o mercado do trabalho profissional, as demandas e necessidades sociais e, conseqüentemente, as condições profissionais na construção de respostas. Essas mediações redesenham e reconectam o trabalho do assistente social no movimento social mais amplo. Na esfera estatal, destaca-se a necessidade de administrar as contradições principais e secundárias decorrentes das defasagens entre a redução dos gastos sociais e o aumento da demanda por serviços públicos, considerando o agravamento da questão social. (ABREU, 2004).

3.1 DIMENSÃO POLÍTICA-PEDAGÓGICA: CONSTITUIÇÃO E EXPRESSÃO

Nos Institutos Federais, a dimensão pedagógica do trabalho profissional pode ser identificada no atendimento direto aos estudantes, junto aos núcleos de estudo e de trabalho, tais como: Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e ainda no âmbito da gestão, como se expressa no depoimento abaixo.

Essa dimensão ela se dá inclusive no próprio recebimento dos documentos para os auxílios, se tu estás explicando para os alunos quem tem direito, quem não tem, quais são os documentos. [...] Os alunos que não foram classificados vieram me questionar e eu tive que sentar e explicar: tu não recebeu auxílio porque a renda per capita é essa, porque embora a lei diz de uma forma geral ela abrange geral, mas faz o corte prioritário, ou seja, se tivesse recurso conforme a lei todos teriam direito, mas por essa palavra aqui, infelizmente não se tem, só as pessoas com menor condição socioeconômica [...] Fora o auxílio tu tem que explicar toda a estrutura que se tem de acompanhamento, de saúde, de dizer tem psicólogo, não é clínico, mas tu tá ali pra fazer e para atender num primeiro momento, que tem pedagogo que pode acompanhar, que se tiver alguma dificuldade pode conversa com o próprio docente, que pode enfim marcar um horário. Enfim, é todo um trabalho nessa perspectiva pedagógica. AS06-S04

As práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, às necessidades de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e de reprodução social, consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho (ABREU E CARDOSO, 2009). Em contraposição a essa tendência, evidencia-se a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e de compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Entende-se que, nos Institutos, os assistentes sociais têm como público prioritário da política de educação profissional, estudantes oriundos de realidades sociais diversas, onde a questão social se expressa. Para os assistentes sociais, a dimensão político-pedagógica do trabalho na supervisão de estágio se constituiu,

[...] em minha concepção pautada em Abreu, quando trata da pedagogia emancipatória das classes subalternas, ou seja, do dever que temos enquanto profissionais atuantes nas políticas públicas, de promover a socialização das informações, a garantia do acesso aos direitos sociais e do nosso

compromisso em defender o nosso projeto ético político na contradição diária vivenciada pela luta de classes e pelos ditames impostos pelo capital. Exemplo prático: Informar ao estudante de que o mesmo não irá receber o auxílio estudantil, em virtude de um contingenciamento ou atraso da liberação de recursos públicos pelo governo federal e de que este deve ser organizar coletivamente para se manifestar em relação ao fato, tendo ciência das contradições existentes quanto às prioridades de execução do orçamento público pelo atual governo. E que tal estudante poderá contar com o apoio do Serviço Social para serem tomadas as devidas providências seja em âmbito institucional ou externas a esta. AS06-S04

Outra postura profissional que revela a dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social na supervisão de estágio é quando se referem:

[...] a questão de gênero, da diversidade sexual. A gente escolheu estar nesses núcleos por afinidade. Eu vi no NUGEDIS nesses dois anos, outro campo de atuação no IFF, muito importante, interessante para o assistente social. O NUGEDIS é institucional. Esse respaldo da instituição nos dá melhores condições de trabalho. Essa questão por exemplo do feminismo, eu sempre tentei debater, se tu tens algo institucional te dá uma garantia que teu trabalho possa ser visto também. Quando eu escolhi estar lá, me escolheram como presidente, eu vi um outro sentido do meu trabalho dentro da assistência estudantil, dentro das coordenações, da CAE, das ações inclusivas. É importante o atendimento individual aos alunos, às famílias, perceber quais são as questões sociais que tem na educação, é um ambiente extremamente complexo, tem aluno de tudo que é estado do Brasil. Eu vejo que essa outra dimensão de tu poder trabalhar o coletivo, tu poder trabalhar essas outras questões que emergem fora de sala de aula, a questão do preconceito, de tu aceitar o outro, do respeito, poder trabalhar com o aluno que ele possa crescer enquanto ser humano integral, isso inclusive está na missão do IFF. Um trabalho coletivo junto aos alunos, eu vi um outro sentido. AS02-S01

E também se referem à questão de:

[...] trazer o cotidiano, a gente traz toda a parte da questão social em si, quando a gente trabalha a parte do projeto de drogas e traz o que está acontecendo na sociedade hoje, a drogadição, a questão da família e a destruição que tudo isso ocasiona na sociedade. A parte do teatro que a gente traz os preconceitos, traz a imigração, a discriminação. Toda essa questão, a gente envolve o pensar do aluno [...] quando traz o NUGEDIS, os núcleos, o pensamento político do aluno, o posicionamento dele. Eu estou no NEABI e no Nugedis. A gente fez um trabalho esses dias justamente nisso, porque veio os alunos de fora, de São Paulo [...] a guria estava trabalhando no comércio e foi demitida uma semana depois porque os clientes não queriam ser atendidos por ela [...] porque ela era negra. Vivo muito isso, que a cidade é muito preconceituosa. Hoje com o SISU vem bastante gente de fora. AS04-S03

O trabalho junto aos usuários como sujeitos de direito também foi apontado como uma dimensão político-pedagógica, tendo em vista que:

Possibilita que os usuários se reconheçam como sujeitos de direitos, influenciando na sua forma de pensar e agir. Traz aos envolvidos uma nova forma de pensar sobre determinado assunto, possibilita esclarecimentos e reconhecimento de direitos. No atendimento aos estudantes e suas famílias,

esclarecendo que os auxílios não são ajuda, ou favor, mas sim um direito a educação para permanecerem e concluírem seus estudos, possibilitando a transformação social. AS12

A dimensão política-pedagógica no trabalho profissional no processo de supervisão de estágio também se evidencia na relação com outros trabalhadores, quando:

Eu sempre tento trabalhar com os professores e com as direções para a gente entender quem são esses nossos alunos. Tem que entender a realidade, da onde é que vêm esses nossos alunos. A partir disso tem que trabalhar para inserir ele da melhor maneira possível aqui e dar conta das dificuldades que ele possa enfrentar aqui. E dessa maneira que consigo ver que a gente consegue fazer a diferença na vida dele, para que ele possa permanecer aqui [...] AS04-S03

[...] a dimensão político-pedagógica está exatamente nos tensionamentos realizados com os demais servidores, assim como com os próprios estudantes, nos momentos em que o diálogo com os demais sujeitos possibilita novas percepções da sociedade e das expressões da questão social, com o objetivo real de promover uma sociedade mais inclusiva. No dia a dia com diálogos com técnicos e professores, nos conselhos de classe e colegiados de curso, reuniões com equipe de trabalho, é possível verificar que a visão do todo, da complexidade da sociedade e da compreensão do que realmente se trata as expressões da questão social são apreendidas, mesmo que de forma lenta e controversa pelos colegas, e principalmente quando percebemos que essas compreensões se expressam em ações diretamente voltadas aos/as estudantes. Ainda é possível verificar a materialização desta dimensão político-pedagógica pelos discursos dos próprios estudantes, em que se percebe uma mudança drástica de postura frente a sociedade, em que em um momento a postura era pautada pela alienação e de repente verifica-se um discurso crítico, engajado que luta pelos seus direitos e de sua comunidade. AS10-S06

É reafirmado pelas assistentes sociais que o trabalho tem essa dimensão política, e essa dimensão não está nas atividades em si, que são os meios para sua concretização, mas na finalidade do trabalho por que

[...] o trabalho do assistente social é político. Envolve questões que cotidianamente estão em disputa no campo ideológico e operacional das instituições. Nosso trabalho se manifesta a partir dos preceitos éticos da profissão e pela consolidação e ampliação dos direitos sociais, da educação como direito, da justiça social, do respeito à diversidade, as necessidades dos sujeitos, visando relações mais igualitárias e que os IFs sejam espaços educacionais de pertencimento social e para todos. [...] busca transformar a realidade concreta cotidiana em prol dos direitos humanos e de relações mais justas e igualitárias, compreendendo a educação como política social de direito da população e dever do Estado e que, portanto, deve atender a todos sem distinções e com equidade. Por ser um trabalho político em si, acredito que em todas atividades realizadas, sinto potencializada esta dimensão nos espaços coletivos onde há a possibilidade da troca, do diálogo e da construção conjunta como, por exemplo, nas reuniões de equipe, conselhos de classes, articulação com o movimento estudantil, espaços de planejamento e gestão, comissões, grupos e atendimentos coletivos, supervisão de estágio.

A dimensão política não está nas atividades em si, que são os meios para sua concretização, mas sim na finalidade do trabalho do assistente social. AS03-S02

Nessa perspectiva, essa finalidade também perpassa a atividade de gestão, como atesta o depoimento a seguir:

Esse trabalho de ter que está construindo esses conceitos para os colegas e para gestão inclusive, se for pensar também tem uma dimensão político pedagógica. Com os estudantes eu acho que sempre, porque eu tento não fazer um atendimento meramente assistencial, mas fazer mais no sentido pedagógico, de fazer eles refletirem sobre o espaço que eles participam e da responsabilidade que eles têm. Sempre tentei organizar e participar no movimento estudantil, fortalecer os órgãos de representação estudantil, o grêmio e o diretório acadêmico, numa perspectiva política. A organização estudantil é muito precária, muito incipiente. O grêmio hoje é recreativo, o DA na verdade, o grêmio nem está atuante. Tentei fazer encontros, discutir essa questão da educação enquanto um direito, da responsabilidade que eles estudantes tinham de também lutar por ela, de também está participando da gestão, da organização do campus, do ensino, do currículo. Não só estar lá como meros expectadores, mas que eles pudessem participar mesmo. Essa questão não dependia só de mim e só deles, dependia de todo um conjunto que nem sempre foi favorável. AS03-S02

O conjunto dos sujeitos envolvidos na execução da política educacional, considerando as convergências e as divergências de ideias, é decisivo para que ocorra a dimensão política nos processos de trabalho, nos quais os assistentes sociais estão inseridos, requerendo também interlocução com as entidades representativas da profissão, para que possa estar na agenda de lutas do conjunto CRESS/CFESS, conforme verbalização a seguir:

[...] a dimensão político-pedagógica é determinante no exercício profissional na política de educação. Minha concepção se baseia no potencial que temos, dentro da teoria crítica, de mobilizar a consciência dos sujeitos que chegam até nós, sejam por demanda espontânea, busca ativa, etc., despertando, dialogando, problematizando a respeito da importância de uma consciência crítica. [...]. Por exemplo, no espaço de atendimento, nas ações de mobilização sobre a educação pública, no planejamento e na intervenção, nos projetos de extensão, na atuação nos núcleos de ações afirmativas, e nas variadas frentes e expressões que a educação proporciona e que marca a inserção profissional do Serviço Social. AS09-S05

[...] a dimensão político-pedagógica pode ser pensada sob o ponto de vista político na direção da agenda de lutas do conjunto CRESS/CFESS, bem como na direção do que é pautado nos planos político pedagógico discutidos em cada universidade ou instituto. Busca-se ampliar as formas de atuação do Assistente Social na direção de uma maior participação dos estudantes na emancipação e discussão dos recursos e da própria política. AS14-S08

A dimensão político-pedagógica do trabalho profissional do Assistente Social se constitui e se expressa no atendimento às necessidades dos estudantes dos Institutos e

nas relações de poder institucionais, que se expressam na condução das ações de gestão dentro do serviço público. A supervisão de campo, como uma atribuição privativa no trabalho do assistente social, tem a sua dimensão político-pedagógica expressa no processo de ensino-aprendizagem, através da construção junto ao estagiário de práticas educativas de caráter político, que desafia o Serviço Social a buscar respostas de enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional na perspectiva de uma educação como um direito social e emancipador.

3.1.1 Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social – rebatimentos dimensão político-pedagógica

O estágio supervisionado, como atividade de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional, é uma

[...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71).

Nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (ABESS, 1996), um dos principais princípios para a formação é a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e profissional. A supervisão configura-se no processo de trabalho, no qual o assistente social está inserido, nos campos de estágio e na docência, como uma atribuição privativa. Tal perspectiva aponta para a necessidade de explicitar a dimensão pedagógica que permeia essa relação, por articular a relação entre ensino e serviço na efetivação da competência profissional. Essa relação nem sempre ocorre de forma fluida, pois não há na formação conteúdos que abordem a dimensão pedagógica e nem é essa a centralidade da intervenção. Isso cria um problema para o profissional que deve assumir uma função sem preparo específico para tanto. (LEWGOY, 2010).

Lewgoy (2010), com base em Toledo (1984), destaca que, na década de 1980, ainda não havia muita clareza sobre o profissional que se queria formar, muito menos uma política de estágio definida que incluísse o assistente social supervisor de campo

como um dos agentes da formação. Esse cenário sofre mudanças na medida em que a categoria passa a discutir a relação entre educação e trabalho, tendo como pressuposto a construção de uma nova direção política para o projeto profissional. Este projeto apresenta a autoimagem da profissão, pois

[...] elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelece as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2007, p. 95).

No Serviço Social, realizou-se um esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, que passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista, conhecido como Movimento de Reconceituação (1965 a 1975). Este possibilitou a construção de um novo projeto profissional para o Serviço Social, que traz em seu arcabouço, entre outros princípios, um direcionamento rumo à construção de uma nova ordem societária, livre da propriedade privada e da divisão de classes sociais.

O projeto profissional do Serviço Social envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética, vinculada a determinados projetos societários que se relacionam a outros projetos coletivos em disputa na sociedade. (REIS, 2008). O Projeto ético-político tem um “corpo material” que possui três dimensões articuladas entre si:

1. produção do conhecimento; 2. Político organizativa; 3. Jurídico – política. Essa última compreende duas esferas: o aparato político – jurídico de caráter estritamente profissional (Código de ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares) e outro mais abrangente (Leis advindas da Constituição Federal Brasileira) (REIS, 2008, p. 78).

Sobre o Projeto profissional, Netto (2007) entende que este implica, também, o compromisso com o aperfeiçoamento intelectual do assistente social, com a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social. O autor entende que a formação deve preocupar-se com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

No compromisso com a formação profissional na relação formação e trabalho

profissional, o estágio supervisionado em Serviço Social envolve supervisor de campo, acadêmico e aluno, bem como as entidades representativas da profissão, que podem ser considerados elo de ligação entre a universidade e os espaços sócio-ocupacionais de trabalho do assistente social na formação profissional. O se que configura “[...]”, ao mesmo tempo um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções [...]” (LEWGOY, 2010, p. 103).

Nessa relação, destacam-se como instrumentos articuladores do processo de supervisão acadêmica e de campo: o Código de ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Nº 8662/93) e as Diretrizes Curriculares (1996). Esses instrumentos que dão o norte e sustentação para a formação e o trabalho profissional, na direção de uma proposta pedagógica que rompa com a fragmentação do processo ensino-aprendizagem, por meio da relação acadêmica entre professores, alunos e sociedade.

A partir desse entendimento, um dos princípios do Código de ética Profissional que se destaca: o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. Nas palavras de Iamamoto (2008, p. 226), esses princípios impregnam o cotidiano e indicam “um novo modo de operar o trabalho profissional”, e por isso, constitui parte integrante do projeto ético-político. Nessa perspectiva, Lewgoy (2010) assinala o desafio de se pensar a processualidade da supervisão de estágio, entendendo não somente a partir de uma mudança na organização curricular, mas a partir na predominância da dimensão teórica-metodológica e pedagógica que orienta o diálogo entre os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão de estágio.

No CFESS, encontra-se normatizado um conjunto de informações sobre as determinações legais e normativas acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, no documento “Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social” (2014), no que se refere: ao credenciamento de campo de estágio; ao número de estagiários/as por profissional; à aplicação de multas; às garantias éticas e técnicas para o exercício profissional do/a supervisor/a. Esse documento tem em sua origem um posicionamento político da categoria profissional no que se refere a defesa de um projeto de formação, em oposição ao desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, reafirmando a unidade entre teoria e prática que se expressa na interação indissociável entre as dimensões teórico-

metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa interação exige a necessidade de se trabalhar as três dimensões de forma articulada, para que o projeto profissional, que tem como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético para que possa ser traduzido em ações concretas no estágio supervisionado. Possibilitando, assim, experiências aos estudantes que ultrapassem o atendimento exclusivo de demandas institucionais para o desenvolvimento da capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos (LEWGOY, 2007).

Compreendendo-se o contexto de precarização do ensino, o processo de supervisão de estágio vem se constituindo em instrumento pedagógico e político de qualificação da formação e também do trabalho profissional. O estágio em Serviço Social caracteriza-se pela atividade teórico-prática efetivada por meio da inserção do estudante nos espaços sócio-institucionais em que trabalham os assistentes sociais, capacitando-o nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o trabalho profissional. No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de estágio, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação (ABPESS, 2009).

Esta etapa da formação profissional também se caracteriza como:

[...] momento ímpar de análise concreta de situações concretas e relevantes para se compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põem no campo de estágio, como também para a instrumentalização do/a estagiário/a. [...] espaço para se equacionar o significado e o lugar do instrumental técnico, para se criar e recriar possibilidades políticas para a ação profissional; para se desenvolver valores éticos, e é, sem dúvida, momento privilegiado para se superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana, e possibilitar a construção de mediações (CAPUTI, 2016. p. 393).

Vincula-se às unidades de formação por meio da coordenação do estágio e docentes supervisores, em parceria com os campos ocupacionais através dos assistentes sociais supervisores de campo, com o objetivo de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. Nesse processo, pretende-se a construção de determinado perfil profissional: crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional (CFESS, 2011). O perfil do bacharel de Serviço Social encontra-se nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, como um profissional que:

[...] atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; possui formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; é comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do/a Assistente Social (ABEPSS, 1996, p. 1).

Como consequência do cumprimento da realização do estágio curricular supervisionado, em conformidade com o projeto ético-político, tem-se o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a competência e o pluralismo como princípios que precisam se objetivar no cotidiano profissional e nas vivências de estágio (ABEPSS, 2010). Além dos valores ético-políticos, outros princípios devem nortear a realização do estágio em Serviço Social, na perspectiva de preservar importantes dimensões do processo formativo, tais como: a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Nessa perspectiva, o estágio evidencia o princípio da unidade teoria-prática como atividade didático pedagógica. Pressupõe a supervisão acadêmica e de campo numa ação conjunta, integrando o planejamento, o acompanhamento e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do estagiário, no desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social (ABEPSS, 2010). Outro princípio dessa atividade fundamenta-se na articulação entre universidade e sociedade, o estágio se constitui como um elemento potencializador dessa relação, fomentando o conhecimento acerca da realidade e contribuindo na identificação e construção de respostas às demandas e aos desafios contemporâneos. Por isso, destaca-se o princípio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O princípio da interdisciplinaridade também é apontado como balizador do processo de estágio supervisionado, tendo em vista que ele se efetiva por meio da inter-relação das diversas disciplinas e áreas de conhecimento trabalhadas ao longo da formação profissional, bem como, quando possível, com a vivência no espaço sócio-institucional, compartilhada com diferentes categorias profissionais num mesmo processo coletivo de trabalho (ABEPSS, 2010).

A responsabilidade e a competência para regulamentar as questões de atribuição privativa dos assistentes sociais é do Conselho Federal de Serviço Social, o conjunto CFESS-CRESS, e nessa lógica a necessidade de regulamentar a supervisão direta de estágio por meio da Resolução nº 533/2008. A classificação de estágio curricular

obrigatório constante da Resolução reafirma a caracterização definida na Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008): “[...] definido no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”. Ressalta-se que deve constar na política de estágio das Unidades, conforme as diretrizes curriculares da ABEPSS. Em relação ao estágio não obrigatório, este é definido como: “aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. Esta modalidade de estágio está submetida a regulamentação de igual forma que o estágio curricular obrigatório.

A Resolução nº 533, em seu artigo 1º, estabelece que a abertura de campo de estágio deverá ser comunicada formalmente pela UFA ao CRESS (no prazo máximo de 30 dias), a fim de possibilitar os procedimentos necessários à fiscalização da supervisão direta, conforme o artigo 140 da Lei 8.662 (BRASIL, 1993). A Resolução define também o número de estagiários a serem supervisionados, que deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. Assim, evidencia-se a responsabilidade ética e técnica da supervisão direta. De acordo com a Resolução, a responsabilidade por verificar se o campo tem as condições necessárias para realização do estágio é das Unidades de ensino e também do assistente social supervisor de campo, conforme parágrafo único:

[...] a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

Em relação à supervisão direta de estágio, na Resolução, igualmente, supervisor de campo e acadêmico têm a responsabilidade de acordar a abertura e o encerramento do campo de estágio, planejando conjuntamente as atividades do estágio, com cronograma de supervisão sistemática e elaboração do plano de estágio. Recomenda-se também realizar reuniões de orientação, discutir e formular estratégias para enfrentar questões atinentes ao estágio, atestar/reconhecer a carga horária realizada pelo estagiário, bem como emitir avaliação e nota, quando necessário. A supervisão direta está assim explicita o art. 2º

[...] é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino.

O exercício da supervisão de campo está submetido às normativas emanadas pelo CFESS (2011), inclusive às normas técnicas e éticas que regulamentam o trabalho profissional. A Lei nº 8.662/1993, no parágrafo único diz: “[...] somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta do assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio em Serviço Social”. A supervisão direta de estagiários é uma atribuição privativa do assistente social, conforme o art. 5º da Lei de regulamentação da profissão. Condição reafirmada pela Resolução do CFESS Nº 533/2008, que considera e ratifica as disposições do Código de Ética do Assistente Social, conforme as alíneas “d” e “e” do artigo 4º, que vedam a prática de estágio sem a supervisão direta. Nessa mesma direção, as Diretrizes curriculares apontam para a indissociabilidade entre o estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Caracterizando o movimento histórico e político da categoria profissional, a construção da Política Nacional de Estágio (PNE), da ABEPSS (2009/2010), consolida no âmbito da formação as diretrizes gerais para o estágio, em conformidade com as diretrizes curriculares do Serviço Social de 1996. A PNE assume a importância no âmbito da formação ao atender a uma demanda histórica da profissão, com uma orientação mais clara quanto à natureza do estágio curricular e os papéis e atribuições de cada sujeito participante do processo de supervisão. Assim, Lewgoy (2016) avalia que um dos desafios da PNE é que, ao mesmo tempo em que está “[...] na contramão da reforma neoliberal da educação superior no Brasil [...] é exatamente aí que se encontra sua potência”. Isso porque esta política nasce de uma necessidade concreta que se caracteriza em seu maior desafio, o irrefutável enfrentamento da precarização do ensino superior e da reforma universitária. E se apresenta como possibilidade concreta de materialização das diretrizes curriculares e do projeto profissional, consoante aos princípios do Código de Ética do Serviço Social.

Na PNE (2009), o estágio supervisionado objetiva capacitar o estudante para o exercício profissional por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social. E deverá

[...] oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a

capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABPESS, 2010, p. 14).

O estágio em Serviço Social deve se nortear pelos seguintes princípios: indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade entre teoria e prática; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABPESS, 2010, p.12-14). Tais princípios requerem dos supervisores e dos estudantes uma análise que supere a “[...] imediatividade, a fragmentação e a alienação que caracterizam a cotidianidade”, assim, o estágio possibilita ao estudante a identificação com a profissão (LEWGOY, 2013). É realizado sob a supervisão direta de um assistente social, atuante na instituição onde ocorre o estágio, denominado de “supervisor/a de campo” e supervisão de professor assistente social vinculado à instituição de Ensino Superior, denominado “supervisor/a acadêmico/a” (ABPESS, 2010).

Na perspectiva de concretização da PNE, explicitar as atribuições, funções ou papéis dos sujeitos que protagonizam esta atividade curricular, por meio do processo de supervisão acadêmica e de campo, reafirma a indissociabilidade entre estágio e supervisão. Por isso, a

[...] processualidade da supervisão de estágio não implica somente uma mudança na organização curricular, mas na concepção que subjaz a tal processo: não significa mais entendê-la na predominância na realização técnica, mas histórica e criticamente. [...] um desafio é a dimensão teórico-metodológica e pedagógica que orienta o diálogo entre os sujeitos envolvidos diretamente no processo de estágio, os supervisores assistentes sociais dos campos de estágios e os supervisores professores, para avançar e amadurecer em propostas substantivas ao projeto de qualificação teórico e técnico-político profissional (LEWGOY, 2016 p. 147).

Portanto, a supervisão de estágio envolve duas dimensões que se complementam: a acadêmica, que caracteriza o trabalho docente e, portanto, está sob responsabilidade do professor supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades práticas-institucionais do estudante, pelo assistente social nos campos de estágio. Estas dimensões devem estar articuladas, uma vez que sua operacionalização abarca um conjunto de sujeitos: o estudante, o professor supervisor acadêmico, o assistente social supervisor de campo, os demais profissionais e os usuários dos serviços, envolvidos no cotidiano do campo de

estágio, ou seja, que estão diretamente envolvidos na relação de ensino-aprendizagem e que desempenham diferentes papéis e funções na efetivação das atividades didático-pedagógicas (ABEPSS, 2010).

A PNE define que aos supervisores acadêmicos compete orientar os estagiários, visando à qualificação do estudante durante o processo de formação e avaliar seu aprendizado quanto às dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão; aos supervisores de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio. Tanto os supervisores acadêmicos como os de campo devem pautar suas ações em conformidade com o plano de estágio, bem como garantir um diálogo permanente no processo de supervisão (ABPESS, 2010).

Reitera-se que as atribuições dos supervisores, acadêmico e de campo e dos estudantes de Serviço Social estão vinculadas às orientações consoantes nas seguintes legislações: a Lei nº 8.662/93, que regulamenta a Profissão e a Resolução do CFESS nº 533/2008 que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social e a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Em relação ao estagiário, as Diretrizes Curriculares definem que a ele, “sujeito investigativo, crítico e interventivo”, cabe conhecer e compreender a realidade social, a partir do processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos e as contradições da realidade social (ABPESS, 2010). Desse modo, percebe-se que o estágio supervisionado além de oportunizar aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o exercício profissional, oportuniza também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social (OLIVEIRA, 2004).

Além de configurar-se como atribuição privativa, para Lewgoy (2010, P. 105), tal perspectiva proporciona, nos distintos espaços, “[...] a necessidade de se explicar a dimensão pedagógica que permeia essa relação por articular a relação entre o ensino e serviço na efetivação da competência profissional”. Em relação aos desafios pedagógicos da supervisão, por exemplo, pode ocorrer de o assistente social optar por não ter estagiários sob sua supervisão, quando há falta de condições propícias para que possa realizar a supervisão de campo com qualidade, visto que o processo de supervisão apresenta limites próprios dos determinantes advindos da precarização do mundo do trabalho e da educação. Nesse cenário, muitas vezes, permeiam o cotidiano do trabalho

do assistente social as atividades rotineiras e burocráticas das instituições, como aparelhos ideológicos do Estado Capitalista, fazendo com que o estágio perca sua caracterização formativa, trazendo implicações para o processo de supervisão. Por outro lado, a instituição também se caracteriza como um espaço de luta entre interesses diversos, assim, o desafio se constitui em conceber o lugar estratégico para uma apreensão da práxis que não se reduza a um “ensinamento da prática”. (CAPUTI; MOREIRA, 2018).

A supervisão faz parte do trabalho profissional e, por essa razão, faz parte das condições objetivas de trabalho dos assistentes sociais e dos professores. Assim, compreendendo a profissão que tem um caráter educativo, o trabalho dos assistentes sociais supervisores de campo tem uma dimensão pedagógica e constitui o fio condutor desse processo, tanto pela supervisão quanto pelo trabalho exercitado na organização de uma dimensão técnico-política. Sobre a dimensão pedagógica do processo de supervisão, considera-se que ela

[...] envolve o esforço de realizar o movimento da relação entre teoria e realidade, articulando os elementos ético-políticos e teórico-metodológicos como requisitos essenciais para o exercício de atividades técnico-operativas no processo de trabalho do estagiário. O desafio é responder como se dá essa mediação (LEWGOY, 2010, p. 106).

Assim, o profissional deve também refletir e sistematizar as atividades realizadas pelos alunos, articulando as dimensões técnicas, políticas e teóricas em consonância com o atual projeto profissional. Sendo assim, essa articulação deve ter como base

[...] luta no campo democrático – popular por direitos que acumule forças políticas, base organizativa e conquistas materiais e sociais capazes de dinamizar a luta contra hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária, em que o homem seja a medida de todas as coisas” (IAMAMOTO, 2008, p. 226).

Nesse sentido, o entendimento das demandas e das situações particulares, vivenciadas no cotidiano do campo de estágio, necessita ser contextualizada tanto por alunos, quanto por supervisores, desenvolvendo propostas de trabalhos nos campos de estágio. Desse modo, entende-se que a supervisão de estágio, numa perspectiva pedagógica,

[...] busca legitimar a interação entre os sujeitos sociais de campo, alunos estagiários e supervisor acadêmico, intrinsecamente envolvidos num projeto coletivo e interdisciplinar que compõe, assim, uma tríade representativa do universo a qual pertencem (Lewgoy, 2010, p. 109).

Partindo da concepção de que a supervisão de estágio se configura como um “espaço de mediações entre formação e exercício profissional e espaço afirmativo de formação [...]”, entende-se que o assistente social supervisor de campo terá papel fundamental no processo de formação do aluno, desempenhando uma função pedagógica ao constituir o elo privilegiado da relação entre instituição campo de estágio e o processo de ensino. Assim, Lewgoy (2010, p. 118-119) compreende que, na “trilha chamada supervisão encontra-se, a dimensão pedagógica permeando tanto a supervisão acadêmica como a de campo”. Sobre a dimensão educativa ou pedagógica da supervisão de estágio, Caputi (2014) observa que ela envolve a busca pelas mediações em si e para si, concomitante e simultaneamente à vida social e consigo mesmo, num processo de interpretação transformadora e dialética do cotidiano. Exercer, portanto, a supervisão de estágio é estar mergulhado na dimensão educativa/pedagógica do trabalho e da formação profissional. Nesse processo, segundo a autora, ocorre a concretização da práxis profissional. Trata-se de um espaço de unidade entre os sujeitos da profissão e dos conteúdos do projeto ético político. Assim, essa dimensão está ancorada em Freire

[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, ou seja, o processo de ensino aprendizagem é dialógico, de mútua construção de conhecimentos. Como troca de saberes, a supervisão possibilita articulação e fortalecimento da categoria profissional, e vicissitudes de enfrentamentos do precarizado trabalho e educação em que está inserida (CAPUTI, 2014, p. 180).

Por esse motivo, Iamamoto (1998) já sinalizava para a necessidade de integração entre as agências de formação e os campos de estágio. Situação confirmada pela pesquisa de Caputi (2014), a qual permitiu a construção de estratégias de fortalecimento do projeto profissional, a partir do estágio supervisionado, tais como:

Realização de mais cursos (pelos órgãos da categoria em parceria com UFAs) que visem fortalecer as DCs e a PNE (ABEPSS, 2010); [...]Ampliação da discussão sobre condições de trabalho do assistente social articuladas com as condições e legitimidades dadas ao supervisor de estágio, tanto acadêmico quanto de campo; [...] discussão e deliberações acerca das condições de trabalho do assistente social, em todos os aspectos dos processos de trabalho profissional; fortalecimento da identidade profissional com o exercício da supervisão, de modo que os assistentes sociais se identifiquem mais com o "exercício da supervisão de estágio" [...]

Nessa mesma direção, Lewgoy (2010) observa que

[...] as respostas para as dificuldades do processo de supervisão de campo incluem aquelas que dizem respeito a supervisão acadêmica, na tentativa de não dissociar. Por essa razão, para superar um tratamento apenas ideológico é necessário compreendê-las em sua situação histórica concreta e, portanto, na constituição da supervisão e na sua reconstrução histórica como aspecto fundante dessa reflexão, ou seja, avanço dá-se na superação e na sua contextualização. [...] exige-se que a educação seja compreendida em suas múltiplas determinações, conforme o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (p. 110; 111).

Para este estudo, considerou-se que, a partir das Diretrizes, o estágio passa a compor o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, as orientações contidas nas leis de Regulamentação da Profissão nº. 8662/1993; no Código de Ética do Assistente Social (1993); na Lei sobre o estágio de estudantes nº. 11.788/2008; na Resolução do CFESS nº. 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social, e na Política Nacional de Estágio em Serviço Social (2010). Essa leitura foi realizada na perspectiva de uma concepção ampliada de supervisão, assim compreendida:

[...] relação orgânica e política com a totalidade do projeto de formação [...] abrange pensamento e ação como unidades do mesmo processo e envolve investimentos técnico-político do conjunto dos profissionais- trabalhadores, professores, assistentes sociais e supervisores - na participação efetiva para concretizar o projeto ético-político (LEWGOY, 2010, p. 131).

Entende-se que a supervisão de estágio está consolidada pela direção social da profissão, que a compromete com a universalização dos valores democráticos e igualitários, exigindo o conhecimento das respostas instrumentais para o enfrentamento das situações que se colocam no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. A supervisão, estando vinculada ao projeto político profissional, além de evidenciar a perspectiva legal e normativa da formação e do trabalho profissional, evidencia a dimensão política expressa no compromisso com a profissão.

Apesar de não se tratar de um campo novo, de acordo com as reflexões realizadas pela categoria, desde os primórdios da profissão, já é possível identificar a vinculação com a Política de Educação, como parte de um conjunto de “requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital [...]” (CFESS, 2013, p.16), ao mesmo tempo que também representa possibilidade de inserção no mundo do trabalho, já que vivemos em um mundo capitalista. A formação técnica é uma alavanca para a classe trabalhadora garantir direitos via trabalho. Nessa perspectiva, a concepção de educação que orienta

as ações dos assistentes sociais neste campo deve estar em consonância com o projeto profissional, envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética, vinculada a determinados projetos societários que se relacionam a outros projetos coletivos em disputa na sociedade. (REIS, 2008).

Sobre o direcionamento político do projeto profissional, AS11-S07 entende que

[...] seu trabalho requer posicionamento político contra todas as formas de desrespeito aos direitos sociais. Deve manter um trabalho articulado junto aos sindicatos e demais movimentos sociais, manter conhecimento e contato com a rede de atendimento no município onde atua, principalmente por meio dos conselhos gestores, deve participar dos órgãos decisórios da Instituição de ensino assumindo o papel de protagonista que a formação traz ao profissional, deve manter em dia o compromisso com o aperfeiçoamento intelectual; enfrentar todo o conservadorismo que venha a se levantar. [...] participando das tomadas de decisão por meio dos órgãos colegiados, da atuação em partido política, da fala na defesa intransigente dos direitos sociais; do aperfeiçoamento intelectual permanente por meio das leituras cotidianas de artigos e livros; por meio da pesquisa do perfil do estudante e das suas condições de permanência na instituição. AS11-S07

No entanto, é necessário compreender que a entrada de assistentes sociais neste campo ocorre, por um lado, resultante da histórica luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública e de qualidade, por outro, se subordina à agenda e aos diagnósticos de organismos fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e à qualificação da força de trabalho. Como ressalta AS07:

[...] em primeiro lugar existe uma contradição. É um espaço privilegiado de atuação, porque tu vais viabilizar direito. Tu trabalhas com perfil de estudante que é o perfil de estudante da classe trabalhadora [...]. Ela reproduz um modelo societário que está com a escola, ela reproduz o que está fora da sociedade [...] é homofobia, machismo, todas essas questões tão presentes dentro da instituição e seriam um campo de atuação para o assistente social trabalhar, educar, formar. Um trabalho excessivo do processo de estudo sócio econômico. Tu acabas não conseguindo apartar todas essas manifestações que estão dentro da instituição. Ao mesmo tempo, que é um espaço rico para trabalho, há impossibilidade de executar todo o trabalho que tu poderias em razão da demanda principal. Nós Assistentes sociais somente conseguimos se inserir nos institutos federais em função do PNAE, em função do programa e mesmo que o programa tenha dito lá nos seus objetivos, tenha definido nos objetivos a inclusão pela educação e tudo mais, tu acabas não dando conta de tudo que poderia ser feito ali dentro.

Os assistentes sociais se inserem na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e de permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, que têm caracterizado a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2013).

Iamamoto (2017) salienta que o trabalho do assistente social é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. O assistente social, por meio de seu trabalho, participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, das respostas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Essa presença de forças sociais e políticas reais permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

Retoma-se aqui a discussão sobre o Assistente Social, como profissional liberal, que dispõe de uma relativa autonomia, ao mesmo tempo em que existe uma tensão entre o seu projeto profissional e a sua condição de trabalhador assalariado. O trabalho do assistente social é mediado pela tensão existente entre o seu trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, neste caso, o Estado, e o seu compromisso com o atendimento das demandas dos sujeitos de direitos. As contradições presentes nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, conforme Iamamoto, (2007, p. 424), “interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos autorizados, entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político”. Nessa lógica de raciocínio, os assistentes sociais conferem que

[...] o espaço dos Institutos Federais e em especial o de “X”, um lugar que proporciona uma riqueza de vivências profissionais que vão desde uma grande possibilidade de trabalho para os profissionais do Serviço Social pela própria natureza e missão dos Institutos, as implementações que até o ano de 2016 foram de ordem crescente. Atualmente a experimentação de limites de toda a ordem, não experimentados desde sua constituição. O exercício profissional é desafiador. Em 2008 houve a necessidade da abertura de espaços de trabalho profissional e o confronto com convicções colonialistas e patrimonialistas fortemente impressas nas escolas que no momento se transformavam em Institutos Federais. Após essa organização e definição do trabalho do Assistente Social, determinadas ações que eram de sua competência, inicia-se a conquista e demonstração do importante trabalho desse profissional. E a partir daí a consolidação desse trabalho, que todo dia enfrenta situações que exigem do profissional uma postura firme em observação a ética profissional e aos enfrentamentos impostos pela organização econômica da sociedade capitalista [...]. AS01

Nesse sentido, buscou-se compreender a concepção de estágio supervisionado e de supervisão de campo, a fim de possibilitar a reflexão do processo de supervisão na execução da competência profissional, seja diante dos desafios que se colocam no campo da educação profissional, tendo como norte que o projeto de formação profissional associado ao projeto de transformação da sociedade, seja partindo do entendimento da exigência que a dimensão política do trabalho profissional impõe.

Portanto, parte-se da concepção de que o estágio supervisionado tem como princípio a indissociabilidade entre a relação teoria e prática, caracterizando-a como um processo de ensino e aprendizagem. Assim, foi considerado na pesquisa um espaço privilegiado de ensino-aprendizagem na formação profissional.

O estágio supervisionado, componente curricular obrigatório para a graduação em Serviço Social, segundo as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABPESS (1996), que historicamente tem se configurado como o nó crítico da formação, constitui-se na atualidade como um dos principais desafios à formação profissional. Isso porque vive-se um contexto em que a educação vem sendo tratada como mercadoria, o que pode ser observado, por exemplo, com a expansão de cursos “aligeirados e a distância”, com várias repercussões, como o aumento exponencial do número de estudantes em busca de estágio e que não conseguem ser absorvidos nos espaços ocupacionais. Ou ainda, situações que ferem a excelência do processo formativo, tais como: supervisor de campo com número excessivo de estagiários em relação à carga horária de trabalho; supervisor de campo sem vínculo trabalhista, atuando como voluntário; profissionais contratados exclusivamente para a supervisão de estágio, com desconhecimento da dinâmica institucional; estágios sem supervisão direta de assistentes sociais; excesso de estagiários em supervisão acadêmica, supervisão presencial esporádica, supervisão realizada a distância, acúmulo de papéis de supervisor acadêmico e de campo (IAMAMOTO, 2017).

No âmbito legal, em 2008, o CFESS aprovou a Resolução nº 533, a qual regulamentou a supervisão direta de estágio em Serviço Social, como já sinalizado ao longo deste estudo. Em 2009, a ABPESS concluiu a elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE), documento de fundamental importância na orientação e organização dos princípios e conteúdos formativos do estágio em Serviço Social. Nessa perspectiva, Lewgoy (2010) afirma que é preciso compreender o estágio como um processo construído social, política e tecnicamente a partir desta experiência. É a partir desta relação que o estudante se aproxima do cotidiano profissional do assistente social, requerendo a adoção de uma concepção que preserve o compromisso ético-político da profissão. O grande desafio desse processo é atender ao mercado, mas ultrapassá-lo, alcançando as demandas complexas da sociedade o qual oferece à profissão visibilidade e legitimidade social (LEWGOY, 2010).

O estágio caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os assistentes sociais, capacitando-o nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010, p. 14). Nesse processo, o estágio se constitui num

[...] instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2010, p. 11).

A supervisão de estágio, tanto acadêmica, quanto de campo, desempenha função pedagógica, visto que vislumbra a formação de profissionais qualificados, capazes de investigar e de produzir conhecimentos mediante a articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do trabalho profissional. Por esta razão, a dimensão político-pedagógica da supervisão precisa estar alicerçada no pensamento crítico e na direção do Projeto Profissional, atividade de forte potência, mas complexa, considerando a apreensão de suas interfaces, conforme verbalizações a seguir:

A supervisão de estágio é um espaço muito rico não só para o estagiário, mas em especial para nós supervisores, porque é o momento que te faz parar e pensar de fato aí na dimensão política do teu trabalho. A gente sozinha no dia a dia e sem outro colega assistente social para compartilhar acaba não fazendo, acaba passando, por não ter com quem trocar e também por estar engolido pelas demandas. Acho que em especial por não ter com quem trocar isso. Tenho repensado porque alguns processos foram muito positivos e outros bem negativos, dependendo do perfil do estudante. Como nosso trabalho é no IFF e na educação, não é um trabalho tão comum. Eles [os alunos] não conseguem entender o processo de trabalho. Muitas vezes demoram muito tempo para entender. É bastante trabalhoso. A última experiência foi bem difícil, a menina reprovou no estágio. Eu não soube lidar. A menina não cumpriu as habilidades mínimas para ser assistente social, não tinha uma postura ética, não tinha um conhecimento teórico mínimo, apropriação de conceitos, desde forma de falar. Era muito no senso comum. Não tinha como aprovar. Jamais pegaria um estagiário só para cumprir demandas. Eu queria de fato um processo produtivo para o estagiário, que fizesse ele pensar, agregar na formação dele. Esse contato com o supervisor acadêmico acho bem importante. Eu sempre direcionei mais para a presencial, ou eu conheço os professores para ter esse suporte, porque a gente precisa de suporte, não é fácil supervisionar. AS03-S02

Lewgoy (2010), em seu estudo com assistentes sociais supervisoras de campo,

também menciona o fato dos estudantes chegarem no estágio sem muita compreensão técnica e sem um método que lhes permita ter uma visão de homem ou de mundo para nortear seu trabalho. Nesse aspecto, a autora chama a atenção para a relevância do papel de ambos os supervisores, à medida que necessita clarear essas questões por meio do diálogo e da reflexão com o aluno. Nessa perspectiva, a supervisão de estágio precisa ser planejada entre ambos os supervisores, para que se efetive a supervisão direta, o que ainda é um desafio, considerando a compreensão desta concepção como direção e processo, como dimensão educativa, conforme relato a seguir:

[...] a supervisão a gente fazia uma hora por semana. Fazia sempre que possível depois dos atendimentos individuais e depois das reuniões. Porque eu achava importante não só fazer o atendimento por fazer. Tinha aquele momento de sentar e planejar o atendimento antes e fazer o registro no final junto com a supervisão. Tinha os atendimentos individuais que já demanda encaminhamento, muitas vezes continuidade de atendimento, então precisa fazer sentido de o estagiário entender o porquê de cada coisa. Entender o que era o ideal, o que podia ser feito. Onde que eu queria ele chegasse. O que não era adequado, mas que estava construindo para melhorar, para qualificar, mas que fazia parte daquele processo. Isso é uma dimensão que pesa na supervisão de estágio. A gente ainda não tem um campo ideal de trabalho. E perto de muitos locais de trabalho ainda é bem privilegiado. E preciso fazer o estudo, entender isso, esse contexto e não reproduzir. Não sair falando equivocadamente que a gente faz sem ter consciência do que está fazendo. Era uma preocupação que eu tinha. Por isso que eu ficava pensando, será que eu quero estagiário de novo? [...] é um compromisso enorme. AS03-S02

Nesse cenário de expansão do ensino de graduação à distância e seu rebatimento nos campos de estágio, Iamamoto (2008) chama a atenção que não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia, mas de compreender a EAD no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma do ensino superior, que, na lógica da privatização e da lucratividade, redireciona a educação na universidade brasileira. A autora assinala que o estímulo dessa tecnologia no ensino privado é um incentivo da ampliação da lucratividade das empresas educacionais, o que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização da formação e do trabalho profissional. Pode-se observar, no depoimento a seguir, como tem ocorrido a requisição de trabalho do assistente social para supervisionar estagiários no ensino Ead:

[...] hoje não tem mais na região ensino presencial de serviço social. Só tem as EAD. Eu sou tutora e me traz uma realização pessoal e profissional, mas não tem relação com fazer aqui dentro [IFF]. Não posso ser tutora de campo de estágio, tem esse impedimento. O papel da tutora é a professora presencial. As alunas não têm essa vivência. Eu não tenho nem onde inserir elas na educação, em campo nenhum na educação. Eu faço orientação de estágio. A supervisão de estágio sim, a acadêmica. É justamente isso, ter a oportunidade de estudar de novo. É a oportunidade. Queira ou não queira, tu

tens que estudar para poder ter a troca ali. [...]. É assim, existem encontros uma vez por semana, encontro presencial. Mas quem dá aula é o professor à distância. O aluno estuda o conteúdo, e ele vai para o polo apresentar o trabalho. Ele vai para tirar as dúvidas. Eles fazem a apresentação e a gente lê o conteúdo. É tirado as dúvidas do conteúdo ali. É como se fosse uma apresentação de trabalho com tira dúvidas. É essa a parte boa que daí tu volta a estudar, se não tu ficas adormecido. Agora eu quero fazer o doutorado, eu quero fazer em serviço social. AS04-S03

Diante desse cenário, tem-se questionado nos órgãos de representação da categoria, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pelo Conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e por pesquisadores do Serviço Social, em que medida os cursos de graduação tem implementado as Diretrizes Curriculares no processo de formação? Quais os impactos que a modalidade de ensino a distância tem causado na formação profissional e nos espaços sócio ocupacionais desses trabalhadores? Em que medida se vêm colocando novas configurações tanto para a formação do assistente social quanto para o trabalho profissional?

Nesse sentido, foi de grande importância a aprovação, pelo Conselho Federal de Serviço Social, da Resolução nº 533/2008, que regulamentou a supervisão direta de estágio no Serviço Social. E ainda, em 2009, a ABEPSS “apresentou a Política Nacional de Estágio (PNE), considerada como fundamental na orientação e organização dos princípios e conteúdos formativos do estágio em Serviço Social” (LEWGOY; MACIEL, 2016, p. 30). Orientação na organização dos processos de supervisão, considerando a dimensão político-pedagógica, na medida em que,

[...] o estágio supervisionado na formação profissional é um dos espaços mais importante na formação do assistente social. Espaço bastante rico e desafiador [...] um trabalho mais organizado, dedicando seu tempo para atividades que realmente sejam de sua especificidade. Acredito que ainda se perde muito tempo com atividades administrativas que outros profissionais poderiam fazer. As dimensões técnico-operativas e teórico metodológicas são mais palpáveis, mais fáceis de identificar no cotidiano. Já as políticas – pedagógicas (...) eu fui supervisora de estágio obrigatório [...] quando eu tinha estagiário eu me cobrava mais, com o estagiário obrigatoriamente eu me sentia na responsabilidade de parar, pensar e problematizar com ele o que a gente estava fazendo e com que objetivo. Problematizar cada espaço, os conteúdos das reuniões, dos atendimentos, do grupo, do projeto de ensino. AS03-S02

De acordo com a Resolução nº 533/2008 do CFESS, a atividade de supervisão direta do estágio constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, considerado como elemento de síntese na relação teoria-prática, na articulação entre

pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático. Esse processo ocorre com conhecimento da realidade institucional e problematização teórico-metodológica. É preciso valorizar a dimensão técnica, sem sobrepô-la à dimensão metodológica e ético-política do trabalho. Em relação à concepção de estágio supervisionado na formação do assistente social, os profissionais ressaltaram sua importância:

[...] é o primeiro passo do estudante no meio profissional. É um espaço extremamente importante que deve ser planejado com seriedade e com metodologia. A supervisão de campo é o método pelo qual se realiza a passagem de saberes ao estagiário com momentos de reflexão e crítica sobre aquilo que foi realizado. Atualmente estou realizando o curso oferecido pela “Y” e acredito ser um momento imprescindível, porque oferece um momento de reflexão sobre um fazer específico da profissão, colaborando na confecção de metodologia para tal atividade. AS10-S06

[...] é atividade essencial, fundamental e insubstituível na formação profissional. É parte obrigatória para a formação. A supervisão de campo é atribuição privativa do assistente social do campo de estágio em questão. Necessitaria de maior interface entre IFF e supervisão acadêmica. AS09-S05

[...] proporciona o primeiro contato com o trabalho profissional, com as expressões da questão social e as demandas dos usuários, é a formação profissional. Oportunidade de vivenciar a prática a partir do aprendizado orientado. Supervisionar o aprendizado do graduando assessorando o mesmo com leituras, no projeto de pesquisa, esclarecendo dúvidas, permitindo momentos de escuta e de avaliação. Apontar para o estudante que ele está em um ambiente cartesiano, tomado pelas ciências exatas, que temos que ter método e conhecimento para dialogar com as exatas diferentemente dos métodos de diálogo com as humanas e sociais para que o trabalho se torne mais eficiente. AS11-S07

O estagiário interage com as dinâmicas da sociedade e do mercado de trabalho, com a população usuária nos setores públicos e privados, com as determinações que incidem sobre o trabalho do assistente social. Entre elas, observa-se, na “radicalização da questão social”, agravada pela contrarreforma do Estado, que prevê a privatização de serviços públicos, com a redução da responsabilidade do estado no trato das necessidades sociais, com o desmonte de políticas públicas e regressão de direitos no sentido de romper com os padrões de universalidade políticas sociais. Esse contexto altera os processos de trabalho e as relações sociais nos espaços ocupacionais, nos quais os assistentes sociais trabalham, como se refere Iamamoto (2008). Nesse contexto, conforme o depoimento a seguir:

[...] a ideia de estágio supervisionado deve ser pensada no que se propõe, como promoção do debate entre a academia e o campo de estágio. O estudante de serviço social necessita da supervisão direta, com debates, reflexões da realidade vivida na conjuntura política, econômica e social na

direção de uma experiência de estágio mais reflexiva desses limites e possibilidades da atuação profissional. Defendo sempre a promoção de estágios de serviço social. Falo da minha experiência profissional. Penso que os Institutos Federais, especificamente, a categoria pode propor juntamente com a universidade e os CRESS uma proposta mais ampla de qualificação para uma atuação mais voltada na supervisão direta, em conformidade com a resolução e Lei dos Estágios. AS14 - S08

Ou seja,

[...] estágio e supervisão, como elementos inerentes da formação e exercício profissional, sofrem conjuntamente os reflexos da crise do capital, da política reducionista de direitos sociais efetuadas pelo Estado, da reforma universitária, da mercantilização da educação, dos achatamentos salariais, do retrocesso ao pensamento conservador e suas sequelas desenfreadas (CAPUTI, 2016, p. 391).

Tendo em vista esses princípios e diretrizes do projeto de formação em Serviço Social, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a supervisão de estágio. Este conteúdo é transversal ao processo de trabalho no qual o assistente social está inserido pelos seus fundamentos históricos, teóricos, legais, metodológicos e técnicos como parte constitutiva deste processo. A relação entre o estágio e a supervisão e sua maneira de desenvolver a qualidade do trabalho profissional incidem diretamente:

[...] no processo de formação do aluno estagiário, resultando em experiências bem ou mal sucedidas quanto para o próprio aluno quanto para o profissional supervisor. [...] a supervisão assume papel central [...] para formação profissional do estudante estagiário de um lado; e de outro, para aprimoramento intelectual do próprio assistente social supervisor e desenvolvimento de sua postura investigativa. A supervisão de estágio tende a estimular o desenvolvimento do agir profissional competente na medida em que o assistente social (supervisor) é compelido a realizar também sua função pedagógica (ORTIZ, 2010, p. 124).

Em relação ao compromisso com a sua função pedagógica, o assistente social supervisor de campo deverá seguir, em princípio, alguns elementos fundamentais no exercício de sua função pedagógica, apontados por Ortiz (2010), a saber: buscar a aproximação com unidade de ensino do seu estagiário, bem como o conteúdo programático da disciplina de estágio, e construir um plano de estágio, objetivando o melhor planejamento das atividades relativas ao estágio e à supervisão (ORTIZ, 2010). Para isso, o estágio supervisionado tem a tarefa de possibilitar experiências aos estudantes que ultrapassem o atendimento exclusivo de demandas institucionais e proporcionem o desenvolvimento da capacidade de decifrar a realidade, assim como de

construir propostas de trabalho criativas na direção de se efetivar direitos (LEWGOY, 2007).

Entende-se que a dimensão político-pedagógica que assume a supervisão de estágio em Serviço Social consiste no fortalecimento da articulação entre o espaço acadêmico e o trabalho profissional. Os problemas cotidianos vividos pelos profissionais nas instituições podem ser problematizados como temáticas de investigação e de pesquisa, retornando à formação e, conseqüentemente, ao trabalho profissional. Mota (2014), ao discutir sobre a dimensão política do Serviço Social, afirma a necessidade de se apanhar criticamente a imediatividade dos fenômenos, identificando as determinações subjacentes às demandas, promovendo a produção de conhecimentos e de referências que balizem a intervenção profissional, com vistas a superar o cotidiano caótico e reificado dos espaços ocupacionais. A autora chama atenção para o fato de que

[...] não se trata, portanto — como disseram meus alunos do curso de graduação — de “muita teoria” para uma prática empobrecida, mas, como eu lhes disse: o que existe é insuficiente fundamentação e sistematização teóricas que permitam estabelecer relações entre: conjuntura e estrutura, manifestações cotidianas e necessidades históricas, espontaneísmo e direção política dos processos, políticas sociais e intervenção do Estado, ideologias e práticas de classes, para elencar tão só os essenciais (MOTA, 2014, p. 7).

A dimensão político-pedagógica se expressa na particularidade da supervisão de campo, quando se busca neste processo articular a experiência de estágio como possibilidade de constituição de um espaço de pensamento crítico, de intervenção, de investigação e de produção de conhecimento. Para Abreu (2008) a não consideração do nexos orgânico que sustenta a questão pedagógica nas relações sociais, nos processos que mediatizam a racionalização da produção, do trabalho e da organização da cultura, conduz visão esvaziada dessas relações diante das determinações histórico-políticas. Esse entendimento amplia os desafios pedagógicos no âmbito do Serviço Social, no atual contexto político que tende a reatualização de práticas assistencialistas no contraponto da garantia e ampliação dos direitos. Partindo desse entendimento e com base em Gramsci (1995) que considera ser toda relação de hegemonia eminentemente pedagógica, Lewgoy (2010) refere que a vinculação da supervisão de estágio ao projeto político-profissional também requer ser operacionalizada no trabalho cotidiano do assistente social supervisor de campo junto aos alunos.

Considerada por Lewgoy (2010) como uma das dimensões essenciais ao processo de supervisão de estágio, a competência profissional foi considerada elemento transversal e constitutivo da formação e do exercício profissional. A competência é formada pela indissociabilidade das dimensões: ético-política – atenta a finalidade da ação e do compromisso profissional – postura crítico-investigativa sobre os fundamentos e o sentido atribuído aos conteúdos, ao método, aos objetivos, tendo como referência a afirmação de direitos; teórico-metodológicas – privilegia a história social como terreno das demandas e das possibilidades do conhecimento e das práticas; e a dimensão técnico-operativa - caracterizada pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento.

Nesse sentido, são assim entendidas as dimensões da competência que “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais”, e as atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (IAMAMOTO, 2002, p. 16), previstas na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), no Art. 5º - atribuições privativas do Assistente Social. Competências também podem ser consideradas habilidades que os profissionais possuem para desenvolver em razão de sua formação. Já as atribuições, são funções privativas aos assistentes sociais. As competências e atribuições dos assistentes sociais expressas na Lei que regulamenta a profissão requisitam aos profissionais respostas, de acordo com os princípios do projeto ético-político profissional. A compreensão da realidade deve levar em conta:

[...] a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996).

Como parte essencial da formação profissional, os assistentes sociais estão comprometidos com esse processo, conforme função privativa da supervisão de campo. Segundo Lewgoy (2010), na supervisão de estágio, a direção dada ao trabalho tem como

parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional, referenciados pelo Código de ética, Lei de Regulamentação e das Diretrizes curriculares, onde se destaca o comprometimento com a qualidade da formação e dos serviços prestados aos usuários. Nessa direção, “na supervisão de estágio a dimensão ético-política está alicerçada na ação e no pensamento crítico assumido continuamente” (LEWGOY, 2010, p. 150).

Para Guerra e Braga (2009), a supervisão pode ser pensada também para o trabalho do assistente social, por ser uma atividade imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada à formação e à capacitação profissional permanente. As autoras entendem que esse processo tem como possibilidade orientar o aprimoramento da intervenção profissional realizada por meio da formulação e da implementação de políticas e serviços sociais. Nesse sentido, AS02-S01 relata sua primeira experiência após a formação e a necessidade de se colocar politicamente no espaço sócio-ocupacional:

Meu primeiro emprego foi numa prefeitura e daí muito crua [...] na assistência social, na prefeitura. Eu não me colocava. Percebia que inclusive tinha algum déficit de algum conhecimento que eu precisava a mais. Acho que (a formação) não dá muita conta assim (da dimensão política). Ou porque a gente faz a graduação muito cedo, mas acho que não dá conta. Quando eu fiz eram quatro anos e meio. Eu saí sabendo os fundamentos. Logo que eu me formei, que eu comecei a esbarrar em algumas coisas, que eu precisava trabalhar com a população, com o usuário, eu procurei muito assistente sociais que eram formadas há mais tempo. AS02-S01

É no cotidiano do trabalho profissional que se colocam as tensões entre querer, poder e dever fazer. É no processo de aprendizagem, frente aos dilemas e impasses do trabalho cotidiano, que tanto a reflexão ética, quanto a política se colocam como componentes essenciais, conduzindo o fazer intencionalmente pelo projeto profissional coletivamente construído pela categoria. Guerra e Braga (2009) destacam a perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação profissional, na qual a supervisão é sua expressão, porque é,

[...] nela as duas dimensões da profissão se articulam, de modo a realizar uma síntese de múltiplas determinações que envolvem o exercício profissional na sua totalidade: as condições objetivas que se operam no mercado de trabalho, as condições subjetivas relativas ao sujeito e a necessidade de qualificá-las permanentemente. Nessa perspectiva, a supervisão, na condição de atribuição profissional, contempla uma dimensão formativa. Aqui, pensa-se tanto a supervisão de estágio quanto a supervisão de equipes, políticas, programas e projetos. Em todas as suas modalidades, a supervisão detém o potencial de cumprir com os princípios de compromisso com a qualidade dos serviços

prestados à população, bem como com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, expressa no nosso projeto ético-político profissional (GUERRA E BRAGA, 2009, p. 3).

Sobre a dimensão teórico-metodológica, no contexto da supervisão, Lewgoy (2010) entende que esta dimensão não é dada, mas construída. É necessário que primeiro o estagiário conheça a instituição, a realidade com a qual vai estagiar, o perfil dos usuários e a forma como se dá o trabalho. A partir daí o aluno poderá exercitar as competências previstas para o trabalho com base em seu saber teórico. Nesta relação teoria e prática, a autora esclarece que a teoria é o ponto de partida, mas não é determinante nem prevalece sobre a prática. Já a prática precisa ser entendida com base em categorias mais globais, colocando a prova os conceitos e as teorias que estabelecem veracidade ou falsidade. Nas observações de AS03-S02 e de AS06-S04, houve a referência a esse movimento pedagógico que exige do profissional constante releitura da realidade, como se pode observar nos seguintes depoimentos:

É um dificultador e também é cansativo. Essa dimensão de que tem uma construção que é histórica que já vem de alguns anos, que é da organização da categoria. Isso não fica claro para o estudante quando ele chega [...] daí tu tem que contextualizar tudo para aquilo fazer sentido [...] AS03-S02

Como qualquer campo de estágio, o Instituto Federal tem suas particularidades e cabe ao supervisor de campo a produção de documentos em relação ao Serviço Social na instituição e a preparação de demais materiais e subsídios, em uma preparação para recebimento do estagiário na instituição. AS06-S04

Nessa direção, Lewgoy (2010) aponta alguns instrumentos essenciais que devem compor o processo de supervisão: o projeto político-pedagógico do curso, o plano de ensino da disciplina, a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de ética e a bibliográfica básica para o entendimento da questão social, política social e do processo de trabalho no qual estão inseridos os assistentes sociais, uma vez que

[...] o nosso trabalho precisa avançar muito. A gente ainda fica numa esfera muito burocrática, muito subalterna no trabalho dentro da instituição. [...] tem processos que envolvem a gestão, nós assistentes sociais do IFF Sul, a gente participa da câmara de assistência estudantil. Ali eu acho que tem uma dimensão política bem importante, porque a gente discute a questão da assistência estudantil, no IFF sul é uma política[...] das cotas também foi um movimento coletivo da categoria para a gente sair dessa demanda porque precariza muito nosso trabalho, inclusive muitos de nós sofriam ameaça de pais de alunos porque a vaga dependia da aprovação do assistente social. A dimensão política se for pensar ela está todo dia, porque todo dia é uma luta para construir o que é a profissão, o que é atribuição do serviço social, o que é direito em educação, o que é a assistência estudantil. AS03-S02

Lewgoy (2010, p. 189) conclui em seus estudos que a supervisão de estágio na efetivação da competência profissional pressupõe um conjunto de conhecimentos, posturas e habilidades e também a conexão entre três eixos: “a vinculação orgânica entre instituições; a inter-relação entre as disciplinas e a interlocução com outras áreas dos saberes”. Sobre o terceiro eixo, destaca-se que a interlocução com outras áreas potencializa o convívio com equipes e com outros saberes que demarcam a interdisciplinaridade, considerado este pela autora um traço marcante da formação profissional. O conteúdo da fala da AS03 – S02 revela algumas dificuldades encontradas por ela no processo de ensino aprendizagem do estágio, conseqüentemente na supervisão de campo, tais como:

[...] não ter uma equipe, não ter um trabalho interdisciplinar, poucas reuniões que o estagiário poderia participar, não tinha muito espaço coletivo. Ficava restrito, mais específico. Às vezes era muito cansativo para mim, quanto para o estagiário. Gostaria que ele circulasse, tivesse mais autonomia, atendesse na medida do possível com profissionais de outras áreas, tivesse mais experiência dessa dimensão política nas discussões de equipe, nas reuniões com os cursos, com conselho de classe. Sempre convidava o estagiário para participar junto, para relacionar aquilo que a gente atendia em atendimento individual ou em grupo, com o que vinha da fala dos professores, por exemplo. Esses espaços ainda são muito reduzidos. AS03 – S02

[...] que a gente participe do conselho de classe porque toda demanda eles têm a necessidade de saber. Isso foi uma briga muito grande. Obrigatoriedade de saber quem é nosso aluno. De onde que ele vem? Não é o mesmo aluno aquele que estudou numa escola particular, que vai ter a mesma facilidade do outro. Não é aquele que vem a pé lá do bairro mais distante que vai ter a mesma facilidade de apreender que o outro. Essa visão eles estão conseguindo diferenciar. Foi uma construção bem bacana que eu consigo ver que foi uma sementinha que está tendo frutos. Foram brigas que a gente comprou, mas que está dando certo. [...] tudo influencia, o aluno acorda às seis da manhã para vir a pé. Não tem praticamente nada para tomar café da manhã. Ele espera o lanche das nove e meia, aqui. Ele não vai ter as mesmas condições de estudos daquele que o pai entrega aqui na porta do IFF. Não pegou chuva, não pegou nada, a condição é diferente. Não adianta tratar da mesma maneira, vai ser diferente, vai aprender diferente. AS04-S03

A interdisciplinaridade constitui-se num importante elemento tanto da formação, quanto do trabalho profissional. A exigência de um trabalho envolvendo outras áreas do saber compromete o profissional quanto à clareza da direção social da profissão. Da mesma forma aponta para a concretização de que teoria e prática são inseparáveis no processo de construção do conhecimento, e também da supervisão de estágio. Lewgoy (2010, p. 189) conclui em seus estudos que a supervisão de estágio, na efetivação da competência profissional, pressupõe um conjunto de conhecimentos, posturas e

habilidades e também a conexão entre três eixos: “a vinculação orgânica entre instituições; a inter-relação entre as disciplinas e a interlocução com outras áreas dos saberes”. Sobre o terceiro eixo, destaca-se que a interlocução com outras áreas potencializa o convívio com equipes e com outros saberes que demarcam a interdisciplinaridade, considerada pela autora como um traço marcante da formação profissional.

A exigência de um trabalho envolvendo outras atividades compromete o profissional quanto à clareza da direção social da profissão. Da mesma forma, aponta a necessidade de lembrar que teoria e prática são inseparáveis no processo de construção do conhecimento e se expressa na supervisão de estágio, quando o supervisor tem que:

[...] separar o que era mais específico do serviço social para o estagiário fazer, e o que era mais administrativo, eu tentava não envolver tanto ele [o estagiário]. Eu tinha que explicar porque que eu estava fazendo aquilo. Esses descompassos [...] que metade da minha carga horária eu era assistente social, e metade eu era qualquer coisa administrativa [...] lamentáveis, sobrava pouco tempo das minhas 30 horas, 10 horas eu era assistente social, o resto eu era alguma coisa administrativa. AS03 – S02

O relato de AS03-S02 sobre o desafio de romper com as atividades burocráticas e rotineiras do cotidiano reforça a justificativa de AS13, para não supervisionar estágios de Serviço Social, considerando que [...] “no setor que estou atualmente não estou atuando como assistente social”. AS13. Os dilemas e os desafios pelos quais os profissionais têm enfrentado em seu cotidiano de trabalho também são fatores determinantes no posicionamento dos profissionais, por exemplo, em não abrir vaga em campo de estágio. Os assistentes sociais, ao assumirem um cargo público, estão sujeitos às exigências técnico-administrativas comuns à função de servidor público e como em qualquer outro espaço sócio-ocupacional estão sujeitos também às armadilhas do cotidiano que são, por excelência, espaço de alienação, mas também de criação, de superação; segundo Caputi (2014), este é o espaço da supervisão de estágio. Os desafios do cotidiano de trabalho irão incidir no processo de supervisão de estudantes de Serviço Social, reforçando-se, assim, a necessidade da indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo na atividade de estágio e a necessidade de um trabalho mais coletivo entre supervisores e alunos.

O conteúdo das falas a seguir remete à compreensão de que além de se constituir em um desafio do trabalho profissional nos Institutos do processo de supervisão, é

preciso desenvolver a capacidade de decifrar a realidade, construir propostas de trabalho buscando efetivar direitos a partir das demandas emergentes do cotidiano, conforme relato a seguir:

Quando eu fui supervisor eu estava na condição de chefia [...] tive que deixar um pouco de lado todas essas atividades extras, fora do campus, porque o campus me consumia muito. Tinha reunião na reitoria, reuniões de chefia, reuniões e reuniões... essa questão burocrática eu sempre tentei mostrar pra (estagiária). [...] eu queria, e consegui garantir o mínimo de condições para ela (estagiária). O mínimo que eu digo é uma mesa, um computador, um espaço para ela poder fazer as coisas dela. Não é de qualquer forma que tu vais ter um estagiário na instituição. Eu acho que é uma realidade, não só minha. Nós não temos sala. A nossa sala é coletiva. Nós temos que se deslocar a outra sala para fazer o atendimento individual. [...] claro que daí eu deixei ela (estagiária) perto de mim, numa mesa perto de mim. AS06-S04

A preocupação AS06-S04, relatada acima, sobre as condições de trabalho para receber a estagiária de Serviço Social e poder exercer a supervisão, evidencia-se no art. 2º da Resolução nº 533, no parágrafo único, quando referência que a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos:

[...] espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

As condições para a realização do estágio supervisionado em Serviço Social, a partir de um conceito mais abrangente, superam a ideia da ambientação espacial, onde o labor se desenvolve, porque “[...] se refere a um conjunto integrado de recursos físicos, humanos e materiais que devem estar institucionalmente disponíveis para possibilitar o desenvolvimento integral dos objetivos laborais de cada sujeito que trabalha” (FERNANDES, 2018, p. 177). Nessa direção conceitual, as condições de trabalho no âmbito educacional dizem respeito a um “conjunto de recursos que possibilita uma melhor realização do trabalho educativo.” (KUENZER E CALDAS, 2009, p. 32). Na supervisão de estágio em Serviço Social, estas condições terão uma importância significativa no processo de ensino-aprendizagem, em relação ao tempo dedicado à supervisão de campo, também para a investigação no período de estágio.

A pesquisa e a produção do conhecimento representam parte constitutiva e essencial da formação e do trabalho profissional do assistente social, considerando o caráter interventivo e investigativo da profissão. Para intervir na realidade, é necessário

conhecê-la. Assim, o assistente social necessita também produzir conhecimento sobre as condições e relações sob as quais o trabalho profissional se realiza, bem como sobre os objetivos das condições e relações de vida, de trabalho, de lutas e resistências dos sujeitos sociais a quem se prestam os serviços (CAPUTI, 2014). Nesse sentido, observa-se no relato de AS06–S04 o compromisso investigativo no sentido de decifrar a realidade para captar novas mediações e assim qualificar seu fazer profissional:

[...] eu quero entender para além dos auxílios. Posso contribuir para garantia da permanência daquele aluno na instituição. Faz parte de uma proposta de trabalho, conhecer um pouco da realidade para entender como que tu dás conta de ficar no Instituto Federal, a partir daquilo que o auxílio te oferece. A partir disso vão surgindo outras demandas, seja para outras bolsas, seja para atendimento na área de saúde. Eu consigo identificar demandas que são foras da alçada do auxílio, entendeu? É uma forma de acompanhar e conhecer um pouco mais aqueles alunos, principalmente aqueles que te chamam atenção para algumas questões nas cartas. É uma carta de apresentação. [...] Ele fala um pouco da história de vida, se é aluno de fora. Por que é importante aquele auxílio, da necessidade do auxílio. É quando ele entrega os documentos para o auxílio. Pode ser uma folha de caderno. Ele fica livre para escrever o que quiser. Tem cartas de 3, 4, 5 páginas, a partir dessas cartas eu consigo mapear algumas coisas também. AS06 – S04

Entre as atribuições e competências profissionais estão a avaliação, a elaboração, execução de políticas, programas e projetos sociais, a formação profissional, entre outras que requerem o saber profissional. No relato de AS06 – S04 sobre o trabalho com projetos, observa-se a preocupação com a identificação das demandas presentes no cotidiano de trabalho, com o objetivo de formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, como também a preocupação com a publicização das atividades e da elaboração de projetos, conforme relato a seguir:

[...] O “Projeto de rede intersetorial de políticas públicas” apresentei no fórum de São Paulo, em 2015. Essa necessidade temos enquanto técnicos do Instituto de fazer esse movimento para fora e de trazer a comunidade para dentro. [...] o Projeto de visita domiciliar, a ideia inicial é para que ele servisse de base também para futura pesquisa do serviço social. [...] ninguém sabe dos cursos que tem lá. São totalmente gratuitos. Têm a possibilidade de auxílio. [...] O outro projeto que eu tentei criar, mas não de tempo hábil, [...]foi do grupo operativo com as famílias dos alunos do ensino médio. [...] situações de assédio, bullying, suicídio. [...] questões que para além de oferecer palestra para o aluno, teria que oferecer para a família junto tratar essas questões. AS 06 – S04

[...] sinto a necessidade de registrar a minha prática porque vou ter estagiário. O que eu vou dar de subsídio para ele? O que o serviço social faz? Eu criei quatro projetos de trabalho, na realidade três foram executados e um não. Esses projetos de trabalho são na estrutura um projeto social, com introdução, resumo, justificativa, objetivo, tecnologia. A minha necessidade era registrar

a minha prática e ter em algum lugar, até porque eu sempre quis ter estagiário. Quando chegar estagiário vai ter um norte, ou um caminho para onde é que ele vai começar. Vai entender o que é o serviço social aqui dentro do instituto. AS06- S04

Diante dessas falas, observa-se que a supervisão de campo é significativa para os profissionais e expressa o posicionamento político almejado pela profissão no compromisso com a formação de um perfil de profissional competente em sua área, com capacidade de inserção criativa e propositiva, que faça frente ao conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (ABPESS, 2010). Nesse contexto, a construção do conhecimento implica a ação partilhada entre os protagonistas desse processo de ensino-aprendizagem - estudante estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo - onde, na avaliação de Lewgoy (2010), todos são beneficiados, já que a observação direta no cotidiano de estágio pode significar avanços na formação profissional do estagiário e oxigenação do assistente social supervisor de campo. A autora acredita que essa aproximação mantém o profissional atualizado para qualificar o seu trabalho. Este movimento pedagógico mostra-se, no cotidiano, como importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação própria do trabalho assalariado, favorecendo ao final do processo os usuários, neste caso os estudantes dos IFs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa trajetória investigativa completada com a dissertação, se buscou, através da área da educação profissional, enfatizar a sua importância para o acesso ao direito à educação pela classe trabalhadora, através da expansão da Rede Federal de ensino e da conformação da Política de Assistência Estudantil. Também buscou-se alcançar o objetivo proposto de apresentar como se constitui e se expressa a dimensão político-pedagógica do trabalho dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs, a partir da supervisão de estágio em Serviço Social. Para tanto, analisou-se as demandas institucionais e as requisições profissionais para o Serviço Social nos IFs, procurando evidenciar a dimensão político-pedagógica do trabalho profissional. Este espaço sócio-ocupacional constitui-se um campo de mediações, que se tornam tanto mais complexas, quanto maior for a quantidade de determinações histórico-sociais constitutivas do seu tecido social, visto que a educação não é um campo neutro, é um campo em que se disputam interesses de natureza diversa e antagonica.

A dimensão político-pedagógica do trabalho dos assistentes sociais nos IFs e na particularidade da supervisão de campo na formação de assistentes sociais, também possibilita intervenções onde se evidencia que os usuários se reconheçam como sujeitos de direitos. Essa dimensão irá se constituir e se expressar no atendimento aos estudantes e suas famílias, ao esclarecer que os auxílios não são ajuda ou favor, mas sim um direito a educação para permanecerem e concluírem seus estudos, possibilitando a transformação social nos IFs, e se expressa no atendimento das necessidades dos usuários e nas relações de poder institucionais que se expressam na condução das ações de gestão dentro do serviço público.

Ao desenhar a pesquisa, foi possível identificar que a expansão dos Institutos e a nova forma de acesso à educação pública, proporcionado pelo recorte dado pela política de ações afirmativas formalizadas pela Lei nº 12.711/2012, possibilitaram o ingresso de estudantes com perfis socioeconômico, político, cultural e ideológico diferenciados, nas diferentes modalidades e níveis de ensino. As destinadas a estudantes da rede pública e o recorte econômico para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita revelam um perfil de estudantes com altos níveis de desigualdades, que certamente contribuem para a não permanência e a conclusão de seus processos formativos.

Tendo em vista este cenário e no sentido de atentar as demandas apontadas pelo Movimento estudantil e de trabalhadores da educação, no que diz respeito às necessidades dos estudantes das Instituições Federais de Ensino, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). É nesse Programa que, prioritariamente, os assistentes sociais desenvolveram suas atividades profissionais. Assim, primeiramente, procurou-se na pesquisa conhecer os aspectos constitutivos e singulares do trabalho dos assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional dos Institutos, considerando que estes compõem o processo de supervisão de campo. Assim, evidenciou-se que o assistente social, ao trabalhar na operacionalização da assistência estudantil, depara-se com multiplicidades de demandas dos diversos sujeitos envolvidos com a Política Social de Educação Profissional e Tecnológica; os estudantes, as Instituições Federais de Ensino e o Estado. Evidencia-se no percurso investigativo nesse espaço sócio-ocupacional e campo de estágio do Serviço Social, que a dimensão político-pedagógica se constitui e se expressa no cotidiano de trabalho profissional e irá reverberar no processo de supervisão direta de estágio.

A supervisão de campo como uma atribuição do trabalho do assistente social tem a sua dimensão político-pedagógica expressa no processo de ensino-aprendizagem através da construção junto ao estagiário de práticas educativas de caráter político, que desafiam o Serviço Social a buscar respostas de enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional na perspectiva de uma educação como um direito social e emancipadora. Os desafios do cotidiano de trabalho irão incidir no processo de supervisão de estudantes de Serviço Social, reforçando-se, assim, a necessidade da indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo na atividade de estágio e a necessidade de um trabalho mais coletivo entre supervisores e alunos.

A dimensão político-pedagógica se constitui na relação com os estudantes, na educação continuada e permanente dos profissionais, nas relações institucionais com outros profissionais e nas ações de gestão da Política de educação profissional e de Assistência Estudantil. No processo de ensino-aprendizagem junto aos estudantes pelo reconhecimento e reflexão da realidade profissional nesse espaço sócio-ocupacional no âmbito da política de educação; pelo reconhecimento dos limites e das potencialidades das respostas profissionais no enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional na perspectiva de uma educação emancipadora.

No que se refere ao comprometimento com os interesses dos estudantes são priorizados no campo da assistência estudantil, enquanto instância de poder, espaços para promover junto aos estudantes processos educativos, democráticos e de resistência, considerando as reformas neoliberais que apontam para a tendência de reatualização de práticas assistencialistas em detrimento da garantia de direitos, onde também se colocam os desafios político-pedagógicos do Serviço Social, na perspectiva de constituição de uma nova cultura pelas classes subalternas (ABREU, 2004).

Com base em Alves (2018), o assistente social, ao atuar juntamente com outros profissionais em equipes interdisciplinares, desempenha também uma função político-pedagógica, assim como os demais profissionais tendem a desenvolver nas respectivas áreas de atuação, a qual se revela quando os profissionais são levados a pensar sobre si no processo de trabalho em que estão inseridos e na identificação deste com os interesses dos estudantes. Podemos citar o acesso à educação. Diferentes demandas irão impactar no acesso, a permanência e o êxito do estudante nesta política. Por isso, compreender a concepção de educação a qual orienta o trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia significa desvelar a direção política e quais referenciais teóricos têm pautado o trabalho e o processo de supervisão de estágio em Serviço Social, contribuindo assim para evidenciar suas particularidades a partir de uma concepção de educação sintonizada com o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Constatou-se na pesquisa que as concepções de educação com que trabalham os assistentes sociais dos IFs partem do entendimento de que a educação é protagonizada por sujeitos que compõem uma classe e que ela ocorre a partir de ação política e pedagógica, podendo contribuir com a emancipação social dos sujeitos ao contemplar os seus modos de vida, da classe trabalhadora, das instituições educacionais e de todas as demais (ABREU, 2009). No sentido da educação emancipadora, identificou-se que a maioria dos profissionais entrevistados mencionou a *autonomia* como uma exigência ética para se pensar a educação e, portanto, o trabalho profissional. A educação também foi apontada como um conceito amplo. Os assistentes sociais fazem referência ao entendimento da função pedagógica que o assistente social desenvolve neste espaço sócio-ocupacional, onde as ações pedagógicas se concretizam com a ação material e ideológica no modo de vida, de sentir, pensar e agir das classes subalternas, interferindo na reprodução subjetiva dessas classes (ABREU, 2008).

Percebe-se, ainda, nos depoimentos, o entendimento que a educação não se reduz às relações escolares. Pode-se analisar que a política de educação também apresenta um caráter ressocializador e pode ser considerada constitutiva dos processos de organização da cultura uma vez que a educação é uma forma de acesso das classes subalternas à produção de conhecimento, de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades, ao mesmo tempo em que está voltada para a qualificação profissional. A função pedagógica do assistente social é “determinada [...] pelo vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos [...]” (ABREU, 2008, p. 17). E, portanto, terá papel estratégico na defesa de uma educação para além das necessidades do capital e do mercado.

Conhecer a concepção de educação que tem orientado o trabalho dos assistentes sociais e supervisores de campo nos Institutos Federais permitiu revelar também que a direção política do trabalho, bem como a articulação das referências teóricas, evidencia uma concepção de educação que está em consonância com o projeto ético-político do serviço social. Os assistentes sociais dos Institutos concebem a educação mediada pelas relações societárias ou relações de classes e se expressam no cotidiano profissional por meio de sua dimensão política, no sentido de compreender sua relação com o poder das classes ou quando se estabelecer alguma disputa no âmbito do cotidiano.

Destaca-se ainda neste espaço como um dos principais desafios profissionais nos Institutos é o de assegurar as condições de permanência na educação, tomando-as como expressões das desigualdades sociais que atravessam a política educacional. Percebe-se pela análise dos depoimentos que, nos Institutos, os profissionais buscam para além das aparências dos dados imediatos, ou seja, o de tornar claro junto aos estudantes as reais implicações de suas demandas, os meios e condições de ter acesso aos direitos. Constatou-se que os profissionais trabalham de acordo com os “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, com abordagens individuais e junto às famílias dos estudantes e/ou trabalhadores da Política de Educação; intervenção coletiva junto aos movimentos sociais (movimento estudantil, conselhos de direitos das políticas públicas); investigativa; de controle social e construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras nas conferências e conselhos desta política e de outras; político-pedagógica e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua

rede de serviços e da legislação social; e ainda com o gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços.

Observa-se que tanto no trabalho desenvolvido nos campi, como nas Reitorias, o assistente social irá trabalhar com a dimensão político-pedagógica, incidindo na supervisão de campo de estágio quando: supervisiona e trabalha com a garantia dos direitos sociais aos estudantes e familiares; assessora a instituição no cumprimento dos direitos na instituição de ensino; planeja, implementa, monitora e avalia programas governamentais que viabilizem serviços sociais aos estudantes; assessora equipes multidisciplinares na Reitoria e nos campi; assessora gestores nas decisões que impliquem viabilização de direitos sociais; assessora equipes multidisciplinares; viabiliza capacitação permanente; formula normativas institucionais para a implementação de programas de socioassistenciais e educacionais; atua interdisciplinarmente e politicamente; fomenta a formação política e a organização estudantil, emite laudo social e estudo social ou multidisciplinar numa perspectiva educativa e emancipadora; realiza pesquisas em âmbito institucional; realiza denúncias, dentre outras. É importante considerar ainda o momento político do país, da realidade institucional e regional e das condições de trabalho do assistente social, ancorado na Lei de Regulamentação da profissão, no Código de Ética e com as demais normativas que fazem parte do cotidiano do trabalho do assistente social.

No espaço dos Institutos, assim como em outros espaços ocupacionais, o assistente social conta com uma relativa autonomia para perfilar o seu trabalho. Nesse espaço, os dilemas da alienação, indissociáveis do trabalho assalariado também incidem sobre o trabalho do assistente social, que se vê mediado por normas, rotinas, objetivos, princípios e diretrizes institucionais e relacionais que, de algum modo, exercem influência ou imprimem direção às ações e à condição de realização deste trabalho. O Serviço Social, que não tem meios necessários para empreender seu trabalho, no âmbito do Estado, passa a incidir sobre o seu trabalho a estrutura burocrático-administrativa das instituições, atribuindo uma característica de *servidor público* a esse profissional (IAMAMOTO, 2008, FERNANDES, 2018).

O trabalho dos assistentes sociais adquire uma dimensão política pela forma estratégica no processo de luta pela qualidade da educação, visto que, na condição de sujeito coletivo, já vem atuando no reconhecimento dessa política como integrante da seguridade social, ampliando o alcance do campo da proteção social no país (CFESS, 2013). A dimensão político-pedagógica do trabalho dos assistentes sociais nos IFs,

conforme referenciada nos documentos institucionais, fundamenta que os usuários se reconheçam como sujeitos de direitos na sua forma de pensar e operar, possibilitando uma nova forma de pensar sobre determinado assunto, através de esclarecimentos e reconhecimento de seus direitos. Essa dimensão irá se constituir e se expressar no atendimento aos estudantes e suas famílias, ao esclarecer que os auxílios não são ajuda, ou favor, mas sim um direito a educação para permanecerem e concluírem seus estudos, possibilitando a transformação social no IFs, e se constitui e se expressa no atendimento das necessidades dos estudantes e nas relações de poder institucionais que se expressam na condução das ações de gestão dentro do serviço público.

Destacou-se, ainda, a dimensão político-pedagógica a partir dos supervisores de campo de estágio, compreendendo que esta dimensão se constitui e se expressa no cotidiano de trabalho profissional e irá reverberar no processo de supervisão direta de estágio. A Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética são os instrumentos legais que, para além do papel jurídico, assumem uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e, principalmente, firmam a aliança com a classe trabalhadora, na qual estão inseridos os estudantes dos Institutos e suas famílias. A supervisão de campo como uma atribuição do trabalho do assistente social tem a sua dimensão político-pedagógica expressa no processo de ensino-aprendizagem através da construção junto ao estagiário de práticas educativas de caráter político, que desafiam o Serviço Social a buscar respostas de enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional na perspectiva de uma educação como um direito social e emancipadora.

As concepções de estágio supervisionado e de supervisão possibilitaram reflexões sobre o processo de supervisão na execução da competência profissional, diante dos desafios que se colocam no campo da educação profissional, tendo como norte que o projeto de formação profissional, associado ao projeto de transformação da sociedade, parte do entendimento da exigência que a dimensão política do trabalho profissional impõe. Portanto, parte-se da concepção de que o estágio supervisionado tem como princípio a indissociabilidade entre a relação teoria e prática, caracterizando-se como um processo de ensino e aprendizagem. Assim, foi considerado na pesquisa um espaço privilegiado de ensino-aprendizagem na formação profissional. Concluiu-se que a dimensão política pedagógica na supervisão de estágio é parte constitutiva dos processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se inserem nos espaços sócio ocupacionais. Contudo, será reafirmada cotidianamente pela educação permanente e

pela participação política e organizativa dos assistentes sociais junto aos órgãos de representação da categoria profissional, bem como a representação estudantil.

Os dilemas e os desafios pelos quais os profissionais têm enfrentado no seu cotidiano de trabalho também são fatores determinantes no posicionamento dos profissionais, por exemplo, em não abrir vaga em campo de estágio. Os assistentes sociais, ao assumirem um cargo público, estão sujeitos às exigências técnico-administrativas comuns à função de servidor público e como em qualquer outro espaço sócio-ocupacional está sujeito também às armadilhas do cotidiano que são, por excelência, espaço de alienação, mas também de criação, de superação, (CAPUTI,2014). Este é o espaço da supervisão de estágio

Os desafios do cotidiano de trabalho irão incidir no processo de supervisão de estudantes de Serviço Social, reforçando-se, assim, a necessidade da indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo na atividade de estágio e a necessidade de um trabalho mais coletivo entre supervisores e alunos. A pesquisa e a produção do conhecimento representam parte constitutiva e essencial da formação e do trabalho profissional do assistente social, considerando o caráter interventivo e investigativo da profissão. Para intervir na realidade é necessário conhecê-la. O assistente social necessita também produzir conhecimento sobre as condições e as relações sob as quais o trabalho profissional se realiza, bem como dos objetivos, das condições e das relações de vida, de trabalho, de lutas e de resistências dos sujeitos sociais a quem se prestam os serviços. Observa-se, no relato dos depoimentos, o compromisso investigativo no sentido de decifrar a realidade para captar novas mediações e, assim, qualificar seu fazer profissional.

Observou-se na pesquisa que o espaço da supervisão de campo é significativo para os profissionais e expressa o posicionamento político almejado pela profissão no compromisso com a formação de um perfil de profissional competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva que faça frente ao conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Nesse processo, a construção do conhecimento implica ação compartilhada entre os protagonistas deste processo de ensino-aprendizagem: estudante estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo. Na avaliação de Lewgoy (2010), todos são beneficiados, pois a observação direta no cotidiano de estágio traz avanços na formação profissional do estagiário e oxigenação do trabalho do assistente social supervisor de campo. Este movimento pedagógico mostra-se no cotidiano, como importante estratégia de alargamento da

relativa autonomia do assistente social, contra a alienação própria do trabalho assalariado, favorecendo ao final do processo os usuários, neste caso os estudantes dos IFs, bem como os profissionais em formação. No acolhimento dos estagiários, há um movimento de exercício de criatividade e resistência de ambos os supervisores, que desafia aos profissionais articular de forma mais contundente as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Ao final do estudo, concluímos que a dimensão político-pedagógica se constitui no cotidiano profissional na relação com os estudantes, nas relações institucionais com outros profissionais e nas ações de gestão da Política de educação profissional e de Assistência Estudantil. Sintetizam-se as principais conclusões do percurso investigativo: neste espaço sócio-ocupacional e campo de estágio do Serviço Social, a dimensão político-pedagógica da supervisão de campo se expressa no processo de ensino-aprendizagem ao reconhecer e refletir com os estudantes a realidade profissional nesse espaço sócio-ocupacional no âmbito da política de educação; reconhecimento dos limites e das potencialidades das respostas profissionais no enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional na perspectiva de uma educação emancipadora; a supervisão direta de estágio em Serviço Social deve ser estimulada tanto pelas Universidades, quanto por meio da participação política e organizativa dos órgãos de representação da categoria.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 25 set. 2017.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 25 set. 2017.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Formação Profissional do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, v. 25, n. 79, p. 72-81, 2004.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em: 4 mar. 2018.

ABRAMIDES, M. B. C. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. **Tese (Doutorado)** — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do serviço social: bases históricoconceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n.79, p.43-71, set. 2004.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS – ABEPSS, 2009.

ALVES, F. L. A Configuração da Demanda de Atuação dos Assistentes Sociais em Serviços de Saúde: questões do “social” como matéria-objeto de trabalho. Franciele Lopes Alves. Florianópolis, 2018. 409f. **Tese (Doutorado)**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018.

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES

FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>>. Acesso em: 23 set. 2015.

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007. Disponível em: <http://www.andifes.org.br>. Acesso em: 23 set. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOSCHETTI, I. Tensões e Possibilidades da Política de Assistência Social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12800>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.612, de 26 de dezembro de 1928**. Autoriza o Governo a criar, em Paris, a Casa do Estudante Brasileiro, abrindo o crédito necessário para a sua construção. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5612-26-dezembro-1928-561387-publicacaooriginal-85007-pl.html>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. **e-MEC. Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. 2017. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. 2008b. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/servidores/estagios/3-LEGISLACAO-DE-ESTAGIO.pdf. Acesso em: 17 ago. 2017

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <https://comprov.ufcg.edu.br/files/Vestibulares/2019/2019.2/legislacao/Lei%20N%D0%B7%2012711%20de%2029%20de%20Agosto%20de2012.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 10 maio 2016.

BURIOLOLA, M. F. **O estágio supervisionado.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAPUTI, L. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 3, 2016. p. 389-394. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802016000300389&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 ago. 2017.

CAPUTI, L.; MOREIRA, T. W. F. Estágio supervisionado em Serviço Social: contribuição para defesa do projeto ético-político profissional. **Universidade e Sociedade**, n. 62. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-607482245.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

CARDOSO, F. G. Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social: tendências quanto a concepção e organização de conteúdos na implementação das Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social. **Revista Temporalis**, n. 14, p. 31-53, 2007.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Cartilha estágio supervisionado:** meia formação não garante um direito. Brasília, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 22 jun. 2017.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008.** Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2013.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 05-15, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

CLOSS, T.T. Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área. Thaisa Teixeira Closs. Porto Alegre, 2015. 253f. **Tese (Doutorado).** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior:** uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf?sequence=1>

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Soc.**

Soc. [online]. 2014, n.118, pp.265-293.

FERNANDES, L. da N. **As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira**. 2018, 304 f. Tese (**Doutorado em Serviço Social**) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.F. Educar o trabalhador cidadão produtivo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Franco. (orgs). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP: Anísio Teixeira, 2005.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Y.; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: 2009.

HOEPNER, C. M. “A viagem de volta”: a formação profissional em Serviço Social no estado do Rio Grande do Sul. Charles Machado Hoepner. Porto Alegre, 2017. 181f. **Dissertação (Mestrado)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2017.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13-38, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 ago. 2017.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 609-639, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

IAMAMOTO, M. V. A produção de Conhecimento em Serviço Social no Brasil. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS) 2004, Porto Alegre. **Anais[...]** Porto Alegre: EMPRESS, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.
- IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285. Acesso em: 18 dez. 2017.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KUENZER, A. Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. *In*: FERRETI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. **Trabalho, formação e currículo.** São Paulo: Xamã, 1999.
- KUENZER, A. Z.; CALDAS, A. Trabalho docente: comprometimento e desistência. *In*: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, Nara L. R. **A intensificação do trabalho docentes: tecnologias e produtividade.** Campinas: Papyrus, 2009.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEWGOY, A. M. B. A supervisão de estágio na formação em Serviço Social: novas configurações e desafios. *In*: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. (Coletânea nova de Serviço Social).
- LEWGOY, A. M. B. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. **Revista Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 23-49, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14227>. Acesso em: 16 set. 2017.
- LEWGOY, A. M. B. **Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão!** 2007. 255 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. **Revista Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 23-49, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14227>. Acesso em: 16 set. 2017.
- LIMA, Katia. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.
- LUSA, M. G; CARLOS, S. A. **Formação e trabalho em Serviço Social: desafios, resistências e sonhos marcando coletivamente a história do sul brasileiro.** Porto Alegre: Movimento, 2016.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas; v. 1).

MATOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 678-698, 2015
MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 694-705, 2014.

NASCIMENTO, C.M do e ARCOVERDE, A. C. B. **O Serviço Social na Assistência Estudantil: Reflexões Acerca da Dimensão Político-Pedagógica da Profissão**. In: FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, ANDIFES. UFU - PROEX, 2012.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS Ministério da Saúde, 2006. p. 141-160.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, v. 15, n. 44, p. 26-42, 1994.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v.17, n. 50, p. 87-132, 1996.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, constantes desafios. **Revista Serviço Social e Realidade**, v. 13, n. 2, 2004.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 121-134. (Coletânea Nova de Serviço Social).

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2009

PEREIRA-PEREIRA, P. A. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PERONI, V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, 2013. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, V. M. V. (org.). **Diálogos sobre as redefinições no**

papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PRADA, T. **O trabalho em rede na intervenção dos assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2015.

PRADA, T.; GARCIA, M. L. T. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, 2017, n. 129, p. 304-325, 2017.

PRADA, T.; SURDINE, M. C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, v. 20, n. 43, p. 268-289, 2018.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2003

RAMOS, M.N; FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M.F. A reforma do ensino médio técnico nas instituições federais de educação tecnológica: da legislação aos fatos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Franco. (orgs). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP: Anísio Teixeira, 2005.

REIS, M. B. M. dos. **Notas sobre o Projeto Ético Político. Assistente Social e Direitos.** 5. ed. rev. e atual. até junho de 2008. (Volume 1).

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa.** 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, J. dos. Início dos anos 1990: reestruturação produtiva, reforma do estado e sistema educacional. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. F. (org). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP: Anísio Teixeira, 2006.

SCHEFFER, G. Pedacos do tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 1, p. 292-311, 2013.

SETEC/MEC. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008) Brasília: MEC, SETEC, 2008.

SOUZA, J. D. A. de. **Na travessia: assistência estudantil na educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação.** 2017. 190 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDomienseAlmeidaSouza.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017

TABORDA, E. **Autonomia em Marx, Gramsci e Lukács: análise a partir do projeto ético-político do serviço social.** 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

TAUFICK, A. L. de O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 1, p. 181-201, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50020/31328>. Acesso: 9 mar. 2019.

TEIXEIRA, J. B., BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TONET, I. **Educação numa encruzilhada**. 2018. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/A_EDUCACAO_NUMA_ENCRUZILHADA.pdf. Acesso em: 17 maio 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social – GEFESS**. Dados obtidos junto ao Grupo de Pesquisa. Porto Alegre, 2017

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, H. de S. Redefinição do papel do estado e as implicações para as políticas sociais: quem paga “o pato” com a ofensiva neoconservadora. In: V SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS (GEPPS), 2018, Franca. **Anais** [...]. Campinas: GEPPS, 2018. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/v-gepps-versao-final.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A DIMENSÃO POLÍTICA PEDAGÓGICA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: ESTUDO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL.

Pesquisador: Alzira Maria Baptista Lewgoy

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 98914818.1.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.208.138

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa objetiva investigar como a dimensão político - pedagógica se constitui e se expressa no trabalho profissional dos Assistentes Sociais inseridos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no estado do Rio Grande do Sul, a partir supervisão de campo. Nesta perspectiva, é importante considerar as atribuições, competências, particularidades e desafios do trabalho profissional do Assistente Social no campo da educação e, especialmente, da Política de Assistência Estudantil. A metodologia proposta na investigação sobre a supervisão de estágio neste espaço sócio-ocupacional contextualiza e constitui-se no conhecimento do cenário do trabalho profissional, identificação das contradições nele existentes e as interferências que incidem na formação e no trabalho profissional, consequentemente no processo de supervisão de estágio. Utiliza-se como técnicas de coleta, o questionário eletrônico e a entrevista, cujas informações serão gravadas e transcritas para análise de conteúdo na perspectiva de Bardin. Os documentos ficarão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora, pelo período de 5 anos, em dispositivo eletrônico, na sala do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social - GEFESS, no Instituto de Psicologia da UFRGS. Os resultados serão publicizados por meio da dissertação e de produções científicas sem a identificação dos sujeitos participantes resguardando o sigilo, e seminário com a participação de estudantes e profissionais. O estudo tem como benefício a produção de conhecimento sobre o

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Página 21 de 24

Continuação do Parecer: 3.208.138

tema no debate teórico-político e crítico do Serviço Social na formação e trabalho profissional na apreensão e aprofundamento da supervisão de estágio. Esta investigação está de acordo com os critérios éticos e as normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, e será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (CEP/UFRGS), conforme previsto na Resolução nº 510 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde - CNS no Brasil. Como resultados esperados o estudo torna-se inovador e necessário, considerando a proposta de discussão sobre a dimensão político – pedagógica da supervisão de campo nos processos de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos na Política de Educação, bem como, pelo compromisso assumido com a qualificação da formação e do trabalho profissional em tempos de redução de recursos humanos, financeiros e matérias na educação pública brasileira.

Objetivo da Pesquisa:

PRIMÁRIO : Investigar como se constitui a dimensão política-pedagógica do processo de supervisão de estágio em Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul.

Objetivo Secundário:

Conhecer como ocorre o processo de supervisão de estágio em Serviço Social; Identificar a dimensão político-pedagógica de supervisão de estágio em Serviço Social, Analisar os principais fundamentos, mediações e desafios da supervisão de estágio em Serviço Social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS Segundo a pesquisadora, a participação neste estudo, a priori, prevê riscos mínimos. Todavia, alguns temas abordados podem, eventualmente, gerar desconforto por isso você poderá negar-se a responder e desistir a qualquer momento mesmo que tenha concordado em participar da pesquisa sem que isso acarrete qualquer ônus.

BENEFÍCIOS –

Como benefícios a pesquisadora destaca o benefício à produção de conhecimento sobre o tema abordado a fim de contribuir com o debate teórico-político e crítico do Serviço Social na Educação e para a apreensão e aprofundamento da supervisão de estágio, mediante a apropriação dos conteúdos das discussões sobre os processos que envolvem a formação e o trabalho profissional.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 91.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 3.298.138

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O referido projeto apresenta uma proposta de pesquisa relevante, estruturada e fundamentada através de revisão de literatura consolidada. O Projeto se refere a pesquisa de mestrado dará continuidade a estudo já realizado pelo grupo de pesquisa e pesquisadora responsável . Trata-se de segundo envio ao comitê e todas observações foram retomadas pela pesquisadora demonstrando e evidenciando todo cuidado ético da investigação proposta.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado por este CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1117755.pdf	26/01/2019 16:19:31		Aceito
Outros	cartaresposta_camile.docx	26/01/2019 16:17:27	CAMILE ALVES CEZAR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_camile.docx	26/01/2019 16:16:12	CAMILE ALVES CEZAR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Camile_qualificada.docx	26/01/2019 16:15:58	CAMILE ALVES CEZAR	Aceito
Orçamento	orcamento_camile.docx	26/01/2019 16:15:38	CAMILE ALVES CEZAR	Aceito
Cronograma	cronograma_camile.docx	26/01/2019 16:15:19	CAMILE ALVES CEZAR	Aceito
Outros	ata_qualificacao_Camile.pdf	18/10/2018 12:47:33	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito
Folha de Rosto	rosto_camile_18_09.pdf	18/10/2018 12:40:18	Alzira Maria Baptista Lewgoy	Aceito

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 91.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 3.208.138

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PORTO ALEGRE, 19 de Março de 2019

Assinado por:
Milena da Rosa Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 91.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cnp-psico@ufrgs.br

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A Dimensão Política Pedagógica da Supervisão de Estágio em Serviço Social: estudo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS está realizando uma pesquisa sob coordenação da Prof^a Dr^a Alzira Maria Baptista Lewgoy com participação da mestranda Camile Alves Cezar, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, uma pesquisa cujo objetivo é investigar como o aspecto político-pedagógico se constitui e se expressa no exercício profissional dos Assistentes Sociais inseridos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), no estado do Rio Grande do Sul, a partir supervisão de campo. Considerando suas atribuições, competências, particularidades e desafios da atuação profissional do Assistente Social no campo da educação e, especialmente, da Política de Assistência Estudantil. Ao pesquisar a supervisão de estágio neste espaço sócio-ocupacional é importante conhecer o cenário de atuação profissional, identificar as contradições nele existentes, e como tais contradições interferem direta e indiretamente no trabalho do assistente social e conseqüentemente do processo de supervisão de estágio. É preciso compreender como o contexto socioeconômico, a dinâmica institucional, a lógica da gestão pública e as características e demandas do público-alvo incidem no processo de ensino-aprendizagem do estágio supervisionado em Serviço Social. Assim, você está sendo convidado (a) para participar desta pesquisa, respondendo a um questionário eletrônico e através de uma entrevista, a ser realizada em seu local de trabalho ou em local de sua preferência, com duração de aproximadamente 1 hora, onde poderá ser utilizado um gravador para a coleta dos dados para viabilizar a posterior transcrição e análise do material. Fica estabelecido que todas as informações que decorram das entrevistas ficarão armazenadas pelo período de 5 anos, em dispositivo eletrônico, no Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social - GEFES, na sala 318 do Anexo Saúde I, situada a rua Ramiro Barcelos nº 2777, grupo vinculado ao Curso de Serviço Social da UFRGS, no Instituto de Psicologia, sob a responsabilidade da orientadora desta

pesquisa. Estas informações serão utilizadas para fins de análise na composição da dissertação, publicações científicas e seminários. Todas as publicações que vierem a ser realizados não permitirão a identificação dos sujeitos participantes desta pesquisa, sendo resguardado o sigilo sobre sua participação. Esta pesquisa trará como benefício à produção de conhecimento sobre o tema abordado a fim de contribuir com o debate teórico-político e crítico do Serviço Social na Educação e para a apreensão e aprofundamento da supervisão de estágio, mediante a apropriação dos conteúdos das discussões sobre os processos que envolvem a formação e o trabalho profissional. A participação neste estudo, a priori, prevê riscos mínimos. Todavia, alguns temas abordados podem, eventualmente, gerar desconforto por isso você poderá negar-se a responder e desistir a qualquer momento mesmo que tenha concordado em participar da pesquisa sem que isso acarrete qualquer ônus. Assim, estou ciente de que a pesquisa pode ocasionar riscos mínimos, controlados com a observância às normas preconizadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos. Tais riscos serão atenuados com a garantia de princípios éticos, como o sigilo, a privacidade e o anonimato dos participantes da pesquisa. Fui esclarecido (a) de que posso me retirar da pesquisa e também me recusar a dar alguma informação, a qualquer momento, sem prejuízo nenhum. Assim, os participantes que eventualmente apresentarem necessidade serão escutados, atendidos e orientados pela pesquisadora, para atendimento especializado nas suas cidades de origem. Eu, _____ (Assistente Social) fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito da pesquisa e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar. A pesquisadora certificou-me de que todos os meus dados de identificação nesta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa. Caso tiver qualquer pergunta sobre este estudo, sobre os meus direitos como participante deste estudo ou se penso que fui prejudicado pela minha participação, posso contatar a pesquisadora coordenadora pelo e-mail alzira.lewgoy@ufrgs.br ou pelo telefone (51)33085700. Esta pesquisa foi submetida à análise e aprovação pelo Comitê de Ética da UFRGS, fone 3308-5066 e e-mail: ceppsico@ufrgs.br.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Assinatura do Participante

Nome

Data

Mestranda Camile Alves Cezar

Prof. Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO SOBRE O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL SUPERVISOR DE CAMPO

PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 INSTITUIÇÃO: *Campus*: _____

Núcleo/Setor: _____ Número no CRESS/RS: _____

1.2 Sexo: feminino masculino Data de Nascimento: ___/___/___

2. FORMAÇÃO:

2.1 GRADUAÇÃO: Instituição: _____ Pública Privada. Ano de Conclusão: _____

2.2 PÓS-GRADUAÇÃO: Especialização em: ___ Pública Privada Ano de Conclusão:

Mestrado em: _____ Pública Privada Ano de Conclusão _____

Doutorado em: _____ Pública Privada Ano de Conclusão: _____

3. SITUAÇÃO FUNCIONAL:

3.1 Admissão no Instituto Federal ano: _____

3.2 Carga horária semanal: 40 horas 30h. Explicar motivo: _____

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

4.1 Participa nas atividades organizadas pela categoria profissional?

Não. Justifique a resposta: _____

Sim. Assinale em quais atividades você participa:

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)

Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)

Seminários Conferências Outros. Especifique: _____

4.2 Participa de Grupo de Estudo:

Não. Justifique a resposta: _____ Sim. Em qual grupo participa? _____

4.3 Participação em Cursos de aperfeiçoamento e/ou de capacitação profissional:

Não Sim. De que forma? _____

Através da Instituição - Política institucional de apoio a servidores.

Outra forma, citar: _____

O Setor de Serviço Social está ligado a qual diretoria e/ou coordenação/setor/departamento?

3.2 Existem condições oferecidas pela Instituição para garantir o sigilo profissional ?

() Não. Explique: _____() Sim

REFERENTE ÀS CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL – COMENTE:

3.2 Concepção de

educação: _____

3.3 Concepção de Assistência Estudantil: _____

3.4 Concepção sobre a dimensão pedagógica do Serviço Social: _____

3.6 Concepção sobre a dimensão política do Serviço Social: _____

3.6 Comente sobre as condições (limites, avanços e possibilidades) para a materialização do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social na Política de Educação, especificamente no trabalho realizado neste Instituto Federal:

3.7 Concepção sobre formação em Serviço Social _____

3.8 Como você conceituaria a Supervisão e o estágio? _____

3.9 Você supervisiona estágio em seu local de trabalho? _____

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM SUPERVISORES DE CAMPO

1. Qual relação e sentido da Política de Assistência Estudantil para formação profissional?
2. Qual o papel desenvolvido pelo Assistente Social na supervisão de campo?
3. Qual é a sua concepção de estágio supervisionado na formação profissional do/a assistente social?
4. Como você conceituaria a Supervisão campo em estágio de Serviço Social?
5. Como é realizada ou já foi realizada a supervisão de estágio no seu cotidiano de trabalho?
6. Quais os conhecimentos e habilidades que você considera importantes para a relação da unidade teoria e prática?
7. Quais as facilidades e dificuldades que você encontra para desenvolver a supervisão?
8. Quais são os instrumentos utilizados no processo pedagógico junto aos estagiários?
9. Quais os principais desafios e possibilidades para a realização do estágio supervisionado no IF?